UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA – MESTRADO

FRANCILENE RAMOS LOURENÇO SOARES

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA” NA CIDADE DE CONTAGEM: uma análise da sua produção didática

Belo Horizonte

2020

FRANCILENE RAMOS LOURENÇO SOARES

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA” NA CIDADE DE CONTAGEM: uma análise da sua produção didática

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG como requisito para obtenção do título de mestre em educação.

Linha de Pesquisa: Culturas, Memórias e Linguagens em Processos Educativos.

Orientadora: Prof.ª Dr. ª Lana Mara de Castro Siman.

Belo Horizonte

Faculdade de Educação – UEMG

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

S676 Soares, Francilene Ramos.
Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” na cidade de Contagem: uma análise da sua produção didática / Francilene Ramos Lourenço Soares. Belo Horizonte, 2019.

143f.: il.

Orientadora: Dra. Lana Mara Castro Siman.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana. Universidade do Estado de Minas Gerais.

Referências e anexos: (f. 125 - 142).

1. Educação Patrimonial. 2.Patrimônio Cultural. 3. Materiais didáticos. I. Título. II. Lana Mara Castro Siman. III. Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação.

CDD370

FRANCILENE RAMOS LOURENÇO SOARES

Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" na cidade de Contagem: uma análise da sua produção didática

Dissertação apresentada em 13 de fevereiro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Banca Examinadora constituída pelas professoras:

_____

Prof. Drª. Lana Mara de Castro Siman (Orientadora)

Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

_____

Prof. Drª. Ana Paula Braz Maleta (Banca Examinadora)

Universidade do Estado de Minas Gerais –Faculdade de Educação

_____

Prof. Drª. Letícia Julião (Banca Examinadora)

Universidade Federal de Minas Gerais – Escola da Ciência da Informação

Membros suplentes

Prof. Drª. Araci Rodrigues Coelho – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Drª. Juliana Cordeiro Soar Branco – Universidade do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2020.

Dedico este trabalho à minha querida e amada vovó Terezinha (in memorian), *que sempre cuidou de mim e que subiu aos céus no decorrer dessa minha caminhada. A ela, minha saudade e gratidão eterna.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por ter-me guiado até aqui. Concluir o mestrado é para mim a realização de um sonho, e chegar ao final do caminho não foi uma tarefa fácil.

Tive pessoas que me apoiaram e me incentivaram no decorrer dessa caminhada. Sem elas, esse momento não seria possível. Por isso, agradeço:

À minha querida vovó Terezinha (*in memorian*), incentivadora e apoiadora dos meus sonhos. Sem ela, esse sonho não seria possível. Embora não esteja mais presente entre nós, sua presença se faz pelos ensinamentos que me deixou ao longo da vida.

Aos meus filhos, Pedro Lucas e Miguel, por existirem na minha vida, por acreditarem no meu sonho, e me desculpar pelas minhas ausências, pelos passeios mais curtos e por aqueles que deixamos de fazer, e também pela atenção que, muitas vezes, deixei de dar-lhes.

Ao meu marido, Tadeu, pela compreensão nos momentos incompreensíveis e pelo companheirismo nos dias mais difíceis. "Eu sei o quanto foi complicado permanecer ao meu lado, mas tenha a certeza do quão foi importante para mim você ter chegado comigo até aqui".

Ao meu pai e à minha mãe (*in memoriam*), com quem convivi pouco devido às adversidades da vida.

Ao meu irmão, Walisson, ouvidor das minhas queixas, dos meus planos e das minhas expectativas futuras.

Ao meu tio, João Bosco, e às minhas tias, Rosimar e Conceição, que sempre me incentivaram e me apoiaram. Em especial, à minha tia Nevinha, a quem sempre peço ajuda e socorro nos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao meu primo Arthur, que me ajudou a cuidar dos meninos durante minhas aulas no mestrado.

À minha grande amiga, Fabíola, incentivadora e conselheira nas decisões acadêmicas e nos momentos pessoais. Obrigada pela força e pelo carinho de sempre!

À minha prima Suzy, que cuidou com zelo e carinho dos meus filhos nos momentos em que eu não pude estar presente.

Aos meus colegas da Turma X do mestrado, que compartilharam comigo suas dificuldades, conquistas e dilemas. Vivenciar esse momento com vocês foi uma experiência singular em minha vida.

Aos colegas da turma de optativa, que contribuíram com suas reflexões, discussões e amizade.

Aos meus colegas de Graduação em História da UFMG, sempre presentes e amigos no decorrer dessa caminhada.

Aos meus caros colegas de trabalho na Biblioteca, Fabi e Webert, que sempre me incentivaram e me apoiaram durante este percurso. Tamo junto!

À minha amiga Jordânia, que, além de minha vizinha, também é mestranda e orientanda da professora Lana. Valeu Jojo!

À minha orientadora, professora Lana Mara de Castro Siman. Sem palavras para agradecer o apoio, as orientações e a dedicação no decorrer do mestrado. Gostaria de agradecer não só pelo apoio profissional, mas também pelo carinho e amizade nos momentos mais turbulentos e difíceis, e também pelos lanchinhos e cafezinhos. Meu muito obrigada!

Ao programa de Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, pela oportunidade. Aos servidores da Secretaria do Mestrado em Educação da UEMG, pelo carinho, educação e presteza no atendimento aos alunos. Aos professores do mestrado, pelos ensinamentos e reflexões, que contribuíram sistematicamente para a minha formação e para a formação dos meus colegas no mestrado em educação. Em especial, à professora Vera Lúcia Nogueira, coordenadora do mestrado quando iniciei, sempre dedicada ao programa e aos alunos.

À professora Aracy Coelho, da UFMG, parecerista do meu projeto de pesquisa. Seus apontamentos e sugestões no projeto foram de extrema importância para um novo olhar sobre a pesquisa.

À professora Letícia Julião, da UFMG, que contribui para a qualificação, ampliando os horizontes do trabalho, indicando referências, sugestões e críticas, que contribuíram significativamente para o andamento da pesquisa.

À professora Ana Paula Maleta, da UEMG, que contribuiu para a qualificação do meu trabalho de mestrado, apontando sugestões e críticas fundamentais para a pesquisa.

À Renilda, que contribuiu com a revisão deste trabalho.

Sou o que quero ser, porque possuo apenas uma vida e nela só tenho uma chance de fazer o que quero. Tenho felicidade o bastante para fazê-la doce, dificuldades para fazê-la forte, tristeza para fazê-la humana e esperança suficiente para fazê-la feliz. As pessoas mais felizes não têm as melhores coisas, elas sabem fazer o melhor das oportunidades que aparecem em seus caminhos (Clarice Lispector).

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo principal analisar a produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por dentro da História" no município de Contagem, Minas Gerais. O referido programa foi premiado em 2008 com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para análise, selecionamos alguns materiais da produção didática do programa direcionada para alunos e professores das escolas do ensino básico do município: o livro " Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito", as músicas da Turma do Contagito e o filme "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito". Nesse processo, buscamos refletir sobre a importância dele para a preservação do Patrimônio Cultural nesta cidade e para a comunidade na perspectiva educativa da Educação Patrimonial, problematizando e analisando como que a produção didática propõe realizar a proposta de Educação Patrimonial divulgada pelo referido programa (Por Dentro da História) e como a narrativa sobre a história da cidade é construída e veiculada por esses materiais. Na construção da pesquisa, partimos da hipótese de que a Educação Patrimonial, quando bem planejada, crítica e voltada para os sujeitos, levando em conta suas experiências e vivências, apresenta um grande potencial para a preservação do Patrimônio Cultural e para o desenvolvimento da consciência cidadã e do pertencimento identitário. O embasamento teórico e conceitual deste trabalho se apoia em autores envolvidos direta e indiretamente com as temáticas do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial, a saber: José Reginaldo Gonçalves, Mário Chagas, Maria Cecília Londres Fonseca, Regina Abreu, Simone Scifoni, Ulpiano Bezerra de Meneses, e outros. No percurso metodológico desta pesquisa de abordagem qualitativa, optamos pelo estudo de caso como estratégia de pesquisa, e, para coleta de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a análise de fontes escritas e audiovisuais. Para organização e interpretação dos dados coletados, recorremos a alguns elementos da análise de conteúdo e da análise do discurso. Assim, a partir da pesquisa realizada, foi possível depreender que a produção didática corrobora em parte com a materialização das propostas e perspectivas do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" na cidade de Contagem. Observamos também que os materiais analisados se complementam, ao fazerem uso de diferentes linguagens, da ludicidade e da sensibilidade, sobretudo das crianças. No entanto, tais materiais poderiam ter um alcance maior, como é intenção do Programa de Educação Patrimonial "Por dentro da História", se apresentassem elementos de mediação que estimulasse e instigasse os diferentes públicos que pretende atingir (crianças, jovens e adultos, e adultos/professores) a exercitarem uma visão problematizadora , mais ampla e profunda sobre a história de Contagem.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Contagem. Patrimônio Cultural. Memória. História.

ABSTRACT

This master's dissertation has as main objective to analyze the didactic production of the Patrimonial Education Program "Inside History" in the municipality of Contagem, Minas Gerais. This program was awarded in 2008 with the Rodrigo Melo Franco de Andrade award. For analysis, we selected some materials from the didactic production of the program aimed at students and teachers of elementary schools in the municipality: the book "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito", the songs by Turma do Contagito and the film "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito ". In this process, we seek to reflect on its importance for the preservation of Cultural Heritage in this city and for the community in the educational perspective of Heritage Education, problematizing and analyzing how the didactic production proposes to carry out the Heritage Education proposal published by the referred program (Por Dentro of History) and how the narrative about the history of the city is constructed and conveyed by these materials. In the construction of the research, we started from the hypothesis that Heritage Education, when well planned, critical and focused on the subjects, taking into account their experiences and experiences, has great potential for the preservation of Cultural Heritage and for the development of citizen awareness and identity belonging. The theoretical and conceptual basis of this work is based on authors directly and indirectly involved with the themes of Cultural Heritage and Heritage Education, namely: José Reginaldo Gonçalves, Mário Chagas, Maria Cecília Londres Fonseca, Regina Abreu, Simone Scifoni, Ulpiano Bezerra de Meneses, and others. In the methodological path of this qualitative research, we opted for the case study as a research strategy, and, for data collection, we used the bibliographic research and the analysis of written and audiovisual sources. To organize and interpret the collected data, we used some elements of content analysis and discourse analysis. Thus, from the research carried out, it was possible to conclude that the didactic production partly corroborates the materialization of the proposals and perspectives of the Heritage Education Program "Por Dentro da História" in the city of Contagem. We also observed that the analyzed materials complement each other, when using different languages, playfulness and sensitivity, especially for children. However, such materials could have a greater reach, as is the intention of the Heritage Education Program "Inside History", if they presented elements of mediation that stimulated and instigated the different audiences it intends to reach (children, youth and adults, and adults / teachers) to exercise a problematic, broader and deeper view of the history of Contagem.

Keywords: Heritage Education. Score. Cultural heritage. Memory. History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Igreja do Rosário – Data provável da fotografia: década de 1920 47
Figura 2 – Plano da Cidade Industrial com traçado hexagonal 48
Figura 3 – Metalúrgicos em greve na Cidade Industrial 49
Figura 4 – Movimento Grevista na Belgo Mineira, 1968 50
Figura 5 – Ruínas da Fazenda Vista Alegre 52
Figura 6 – Cine teatro Municipal de Contagem em 1950 53
Figura 7 – Cine teatro Municipal de Contagem na década de 1960 53
Figura 8 – Cine Teatro Municipal na década de 1970 54
Figura 9 – Cine Teatro Municipal em 2010 54
Figura 10 – Cine Teatro Municipal em 2020 55
Figura 11 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1920 56
Figura 12 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1940 56
Figura 13 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1950 57
Figura 14 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1970 57
Figura 15 – Igreja São Gonçalo na década de 1990 58
Figura 16 – Igreja São Gonçalo em 2020 58
Figura 17 – Espaço Popular 59
Figura 18 – Comunidade Negra dos Arturos 60
Figura 19 – Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho 61
Figura 20 – Casa de Cacos 62
Figura 21 – Chaminés da Itaú 63
Figura 22 – Capela Santa Helena 64
Figura 23 – Prefeitura de Contagem 64
Figura 24 – Praça Presidente Tancredo Neves 65
Figura 25 – Casa da Cultura Nair Mendes Moreira 65
Figura 26 – Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges 66
Figura 27 – Capela São Domingos de Gusmão 67
Figura 28 – Parque Gentil Diniz 68
Figura 29 – Turma do Contagito 80
Figura 30 – Desenho original do Zé Gonçalo (à esquerda) 81
Figura 31 – Ilustração do Zé Gonçalo no livro (à direita) 81
Figura 32 – Desenho original do Arturinho (à esquerda) 82
Figura 33 – Ilustração do Arturinho no livro (à direita) 82
Figura 34 – Desenho original do Contagito (à esquerda) 84
Figura 35 – Ilustração do Contagito no livro (à direita) 84
Figura 36 – Desenho original da Faluca (à esquerda) 85
Figura 37 – Ilustração da Faluca no livro (à direita) 85
Figura 38 – Desenho original da Chami (à esquerda) 86
Figura 39 – Ilustração da Chami no livro (à direita) 86
Figura 40 – Capa do livro “Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito” 91
Figura 41 – Livro: Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito (p. 10-11). 100

Figura 42 – Capa do DVD do Filme “Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito” 105
Figura 43 – Capa do CD de Músicas da Turma do Contagito.....114
Figura 44 – Pintura do Patrimônio Cultural de Contagem no Viaduto da Avenida Alvarenga Peixoto no Bairro Amazonas – Contagem. 132
Figura 45 – Grafite do Patrimônio Cultural de Contagem no Viaduto das Américas – Contagem.....132
Figura 46 – Pintura na Trincheira José Quintão Romero, que remete à história de Contagem 133
Figura 47 – Pintura na Trincheira José Quintão Romero, que remete à história de Contagem 133
Figura 48 – Desenho na Trincheira José Quintão Romero, que remete à história de Contagem 134
Figura 49 – Pintura do Patrimônio Cultural de Contagem em torno do Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz. 134
Figura 50 – Desenho do Patrimônio Cultural de Contagem e da Turma do Contagito em torno do Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz.....135
Figura 51 – Desenho do Patrimônio Cultural de Contagem e da Turma do Contagito em torno do Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz.....135
Figura 52 – Pintura da Casa Nair Mendes em uma tenda na Praça da Jabuticaba. 136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COMPAC	Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
CONEP	Conselho Estadual de Patrimônio
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 A HISTÓRIA DE CONTAGEM CONTADA POR MEIO DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL 25

1.1 DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL 25

1.2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL 30

1.3 O PATRIMÔNIO DITO IMATERIAL 38

1.4 RELAÇÃO ENTRE NARRATIVA HISTÓRICA SOBRE A CIDADE DE CONTAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL 40

1.5 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONTAGEM: UMA BREVE APRESENTAÇÃO.... 51

2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL "POR DENTRO DA HISTÓRIA" 69

2.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA METODOLOGIA OU CAMPO DE PRÁTICAS, DE MEDIAÇÕES E AÇÕES EDUCATIVAS DIVERSAS? 69

2.2 A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO PROGRAMA "POR DENTRO DA HISTÓRIA".....73

2.3 CONHECENDO CONTAGEM COM A TURMA DO CONTAGITO.....80

3 A PRODUÇAO DIDÁTICA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL "POR DENTRO DA HISTÓRIA" 87

3.1 OLHARES SOBRE A PRODUÇÃO DIDÁTICA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL "POR DENTRO DA HISTÓRIA"..... 87

3.2 UMA LEITURA DO LIVRO "CONHECENDO CONTAGEM COM A TURMA DO CONTAGITO"..... 91

3.3 UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS MATERIAIS DO LIVRO "CONHECENDO CONTAGEM COM A TURMA DO CONTAGITO.....100

3.4 "CONHECENDO CONTAGEM COM A TURMA DO CONTAGITO": O FILME..... 105

3.5 MÚSICAS DA TURMA DO CONTAGITO: UMA ESCUTA SENSÍVEL 114

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 120

REFERÊNCIAS 123

APÊNDICE A – O PATRIMÔNIO DA CIDADE PELA CIDADE 132

APÊNDICE B – QUADRO DOS DADOS COLETADOS NOS MATERIAIS 137

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado, proponho-me a investigar a produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" no município de Contagem. Esse interesse pelo programa deve-se à minha relação com a cidade de Contagem enquanto moradora, à minha formação em História e Educação, que contribuiu para que eu apurasse o olhar e ampliasse a leitura crítica do mundo; o que se justifica nos dizeres de Sandra Pesavento: "Historiadores devem ser capazes de buscar a palavra onde há silêncio, de encontrar o gesto onde se registra a ausência, e ver além do que aquilo que é mostrado ou dito, pois eles veem de outra forma" (PESAVENTO, 2004, p. 25). Em Paulo Freire (2008), encontro uma direção que melhor define minha motivação pela temática de pesquisa: passei de uma curiosidade ingênua para uma curiosidade epistemológica, que me levou a refletir sobre o que havia vivido na cidade, sobre os silêncios, as presenças e as ausências.

Foi na minha graduação que pude desenvolver, no estágio supervisionado, um trabalho em grupo na Escola Estadual Sarah Kubitschek em Belo Horizonte, orientado pelo professor Luiz Carlos Villalta, da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo principal do trabalho era atentar para o uso do cinema em sala de aula, e ir além do seu caráter ilustrativo, procurando problematizar criticamente seu contexto de produção, suas ideologias ocultas e o seu discurso invisível. Intitulado "O cinema na sala de aula: museus, tempo e história", o trabalho com os alunos do quarto ano do Ensino Fundamental iniciou-se com a exibição do filme "Uma Noite no Museu", no qual os objetos e personagens ali representados ganharam vida e lugar na história. A partir dessa exibição, procuramos desconstruir a noção de museu como um lugar estático, e de coisa velha e do passado. Em um segundo momento, os alunos construíram o museu da turma; cada criança levou um objeto de valor afetivo e contou a história deste relacionando-o com suas experiências e vivências. E, por último, desenhamos uma linha do tempo, em que marcávamos a data do objeto do aluno em relação à sua data de nascimento. Conseguimos identificar nesse momento como é complexa a noção do tempo para as crianças, e como que algumas referências que fazem parte do cotidiano delas podem aproximá-las desse conceito que não é dado, mas sim construído social e historicamente.

Tendo o entendimento de que "os objetos são dotados de uma significação especial, que faz com que eles representem o "invisível" (TAMANINE, 2015, p. 4), recorro-me à Scifoni (2017), quando ela nos diz que:

> Fotos antigas, roupas de infância, álbuns de figurinhas, brinquedos antigos, toda pessoa guarda algum tipo de objeto que remete à experiência vivida em seu passado, ainda que ele seja muito recente. A guarda destes objetos pessoais se dá na medida em que cada um deles é capaz de mobilizar lembranças, necessárias à compreensão do que somos como indivíduo humano, ou seja, da formação de uma identidade. São exemplos do que Bosi (2010) chamou de objetos biográficos, expressão que a autora tomou emprestado, originariamente, de Violette Morin (SCIFIONI, 2017, p. 12).

A partir dessa experiência, criei um novo olhar sobre o museu, um olhar desconfiado sobre a exposição museológica, tendo Meneses (2000) muito contribuído quando argumenta que:

> A exposição museológica não pode ser tomada como um enunciado universal e atemporal, autoevidente, mas como um sistema linguístico que é preciso aprender: tal como aprendemos a linguagem falada, a linguagem escrita e a linguagem visual (embora entre nós, é claro, predominem, ainda, o analfabetismo da escrita e da imagem). A exposição, [...] é também a ponta do iceberg: se o museu quiser educar, não pode deixar de trazer à tona, sempre que possível, a parte do iceberg (MENESES, 2000, p. 96).

Nessa perspectiva, o autor afirma que "é com a formação crítica que os museus deveriam comprometer-se ao trabalhar questões de identidade e história. Identidade e história não podem ser objetivos de um museu, mas objetos de seu tratamento crítico" (MENESES, 2000, p. 95).

Agora, no contexto do meu Mestrado em Educação, já com um olhar mais apurado e investigativo, comecei a observar as ações do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" na cidade de Contagem, localidade onde nasci e da qual sou moradora. Não fui aluna das escolas do município no período do Programa, mas pude observar e vivenciar suas ações educativas na cidade e pela cidade. As personagens criadas pelo Programa – Turma do Contagito – apresentavam-se em diversos espaços da cidade; realizavam visitas nas escolas, nas praças, em eventos da prefeitura, e outros. Desse modo, meu interesse e curiosidade pelo Programa vai ao encontro da minha formação em História e Educação, da minha experiência desenvolvida no trabalho realizado na graduação e da minha relação com a cidade de Contagem e com seu Patrimônio Cultural.

Inicialmente observamos que essa pesquisa seria composta de uma (inter) ligação entre as temáticas de Educação Patrimonial, História Local e Patrimônio Cultural, que, por sua vez, convocam os campos da memória, patrimônio e cultura, história e

educação. Desse modo, este trabalho propõe um diálogo entre a história de Contagem, seu Patrimônio Cultural e o Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História".

À medida que fui cursando as disciplinas do mestrado e discutindo meu projeto, pude ter uma visão mais complexa do meu tema e problema de pesquisa, sendo necessário estabelecer um contato maior com as fontes de informação, com sujeitos que haviam experienciado o Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", e, nesse movimento, pude torná-lo mais familiar. Ora, se o problema existia, ele me instigava, mas encontrava-me, ao mesmo tempo, com uma certa dificuldade em materializá-lo, torná-lo mais compreensível. Em meio a esse desafio, de definir o problema, pude tomar consciência da minha curiosidade ingênua e transformá-la em curiosidade epistemológica. A partir daí e dos vários exercícios realizados, pude estabelecer a ligação entre o Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", desenvolvido em Contagem, e o meu interesse de pesquisa. Ainda assim, tinha muitas inquietações, muitos caminhos para optar, muitas "seduções" da pesquisa. Escolher e traçar o percurso foi a parte mais difícil, porém a mais instigante, pois é o momento não só de escolhas, mas também de muitas reflexões e renúncias. Nessa fase, a contribuição da minha orientadora, a professora Lana, foi de extrema importância, pois ao me mostrar as possibilidades e os desafios de cada escolha, consegui, com a ajuda dela, estabelecer os contornos e o caminho da pesquisa.

Definido o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, traçamos a metodologia e o referencial teórico para dar início à pesquisa da produção didática do Programa. Nesse momento, foi também muito importante a leitura critíca da professora Araci Rodrigues Coelho como parecerista do meu projeto

No período da qualificação, a banca formada pela professora Letícia Julião, da Universidade Federal de Minas Gerais, e pela professora Ana Paula Maleta, da Universidade do Estado de Minas Gerais, foi de fundamental importância. As professoras contribuíram com indicações de referência, apontamentos sobre a organização dos capítulos e com observações pontuais, que tornaram esse trabalho mais rico do ponto de vista conceitual e metodológico no campo da Educação Patrimonial e do Patrimônio Cultural.

Mesmo sendo um campo relativamente recente de estudos, a Educação Patrimonial constitui-se como uma importante vertente a ser trabalhada com os alunos não só na sala de aula, mas principalmente fora dela e na sua relação com a localidade. A partir e ou por meio da educação patrimonial, podemos aproximar crianças e jovens dos

bens culturais de seu grupo ou de sua comunidade ou cidade, de maneira que possam estabelecer com eles relações de identificação, pois, como afirmam Medeiros e Surya (2009):

> O conhecimento crítico e sensível, e a apropriação consciente por parte das comunidades do seu "patrimônio" são fatores essenciais no processo de preservação desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania" (MEDEIROS, SURYA, 2009, p. 7).

Assim, a Educação Patrimonial é também uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, e sua não realização repercute de forma negativa, pois torna-se difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens (MEDEIROS; SURYA, 2009).

No nosso país, "a Educação Patrimonial ainda não é tratada com a devida importância, pois até em cidades ditas como Patrimônio Histórico da Humanidade, ainda existem casos de degradação dos bens patrimoniais" (ROCHA, 2013, p. 102). A esse respeito é importante considerar o quanto é urgente a formulação de políticas públicas que contemplem a Educação Patrimonial na intenção de envolver não só o poder público e os órgãos de proteção do Patrimônio Cultural, mas, principalmente, as comunidades; dentre elas, a escolar.

Com mais de uma década de existência, o Programa de Educação Patrimonial em Contagem "Por Dentro da História" parece-nos ser visto como parte integrante de uma política pública na área cultural do munícipio, o que nos leva a supor o compromisso que essa cidade, por meio do poder público, assumiu como o seu Patrimônio Cultural e com a Educação Patrimonial.[1]

Quando discutimos Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, estamos entrando em um espaço de conflitos e de uma representatividade que não contemplam a todos no espaço e no tempo. As intencionalidades e a seleção do que se quer que seja lembrado e esquecido é intencional e carregada de significados simbólicos que precisam ser lidos com um olhar apurado. Para enfatizar essa afirmação, tomamos de empréstimo o título da obra de Stela Maris Murta (2002): "Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar". Olhar que precisa ser cauteloso, observador e crítico, capaz de enxergar no patrimônio as intencionalidades que ele traduz e reflete no tempo presente.

[1] Seria importante a realização de estudos que colocassem em foco as políticas públicas para os campos da educação e cultura no que se refere à continuidade de investimentos em ações de educação patrimonial.

Assim, torna-se primordial a preservação do Patrimônio Cultural, mas a Educação Patrimonial deve transcender o objetivo da preservação, precisa ir além, deve considerar o sujeito nas suas relações com o Patrimônio Cultural em diferentes espaços e tempos históricos, e isso depende de não só conhecer o patrimônio, mas também interpretá-lo, identificar-se com ele para que se sinta comprometido com a sua preservação.

Observa-se, por meio da revisão bibliográfica, que muitos estudos situam a Educação Patrimonial como meio de despertar a consciência do ato de preservar o Patrimônio Cultural, mas pouco problematizam como os sujeitos constroem suas representações sobre os bens culturais, e como esses os ressignificam a partir das suas vivências e experiências cotidianas.

A utilização do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) como referencial teórico de muitos autores que tratam da Educação Patrimonial também é outra observação que extraímos no processo de revisão bibliográfica. Desse modo, torna-se necessário, ao nosso ver, problematizar as relações entre Patrimônio Cultural, as concepções e práticas da Educação Patrimonial e as políticas de acesso aos bens culturais, para que novas abordagens sobre o tema possam ser pensadas. É preciso considerar, ainda, que tanto o conceito de Patrimônio Cultural como o de Educação Patrimonial são dinâmicos, mudam ao longo do tempo e estão inseridos em um determinado contexto e sociedade.

Consideramos que a Educação Patrimonial pode contribuir para despertar o interesse por acesso à cultura, pois pesquisas têm evidenciado que o "desejo por cultura" e não apenas o seu acesso, não é natural, inato; ao contrário, necessita ser despertado e alimentado (BOTELHO, 2017). Nesse sentido, a relevância do estudo desse tema pauta-se pela possibilidade que tem para provocar, nos sujeitos, um desejo de cultura e de seu conhecimento e, em decorrência, poderá promover o estabelecimento de vínculos identitários com a localidade e o engajamento cidadão em lutas pela sua preservação, assim como a patrimonialização de outros bens culturais até então não reconhecidos. Desse modo, a Educação Patrimonial tem como desafio trabalhar no sentido de refletir sobre o conhecimento que todo patrimônio é suporte, assim como contestar e contextualizar sua autoridade narrativa (DEMARCHI, 2016).

É importante lembrar que a temática Educação Patrimonial não faz parte do currículo obrigatório do Ensino Básico; no entanto, poderia ser desenvolvida dentro do tema transversal pluralidade cultural, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCN) publicados em 1997 (1.ª a 4.ª série) e 1998 (5.ª a 8.ª série). Com a promulgação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em 2018, esse tema passou a ocupar outro espaço no âmbito da educação escolar.

Se, nos PCN, o Patrimônio Cultural era tratado dentro dos temas transversais, na BNCC, ele está inserido em "objetos de conhecimento", que integra as unidades temáticas da disciplina de Arte nos Anos Inicias do Ensino Fundamental, e também é descrito em competências e habilidades.

No texto de abertura da BNCC de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, é dito em relação ao Patrimônio Cultural:

> Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. **Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira** (BRASIL, 2018, p. 70, grifos nossos).

É interessante observar que tanto a disciplina de Arte quanto a de Língua Portuguesa compõem a Área de Linguagens na BNCC. Na Educação Infantil, o Patrimônio Cultural é citado na BNCC nos campos de experiência do seguinte modo:

> Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, 2018, p. 40).

Nas competências do campo de linguagens do Ensino Fundamental, o Patrimônio Cultural também aparece dentro da quinta competência, que é:

> Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2018, p. 65).

Apresentados os lugares que o Patrimônio Cultural ocupa na BNCC, observamos que esse lugar poderia e deveria ser ampliado. Na BNCC, não é dada ao Patrimônio Cultural sua devida importância no processo de construção de conhecimento pelos alunos nas diferentes fases de ensino. As escassas e superficiais citações do Patrimônio Cultural refletem a importância, ou melhor, a falta dela nesse documento, que

propõe uma Base Nacional Comum Curricular para o país. Assim, repensar esse lugar é também repensar que tipo de cidadão se deseja formar, com quais finalidades e interesses. Ferraro e Nascimento (2017) enfatizam que:

> No âmbito educacional, embora o patrimônio cultural seja mencionado em alguns documentos, nada, ou quase nada, acontece real e concretamente. As teorias encontram-se inteiramente desvinculadas da prática e as ações e relações entre sociedade e academia não se mantêm ou não se realizam (FERRARO; NASCIMENTO, 2017, p. 94).

Mesmo não sendo a Educação Patrimonial um campo disciplinar obrigatório da educação básica, a sua presença, no caso do município de Contagem, se faz, a partir dos últimos quinze anos, com o Programa "Por dentro da História". Nesse sentido, o interesse dessa pesquisa se concentrou na compreensão e problematização da produção didática deste Programa, entendendo que "[...] materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina" (BITENCOURT, 2008, p. 295). Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial assume um importante papel: o de contribuir para que os sujeitos eduquem o olhar; em outras palavras, que assumam uma perspectiva crítica que vai além do que possa ser visto. No caso dos museus, por exemplo, nunca foram existências neutras e despidas de carga política, simbólica e estética, sempre tiveram uma intencionalidade na seleção e construção da exposição museal, dos materiais "informativos" que veiculam, dos artifícios de iluminação e de espaço, assim também como a própria seleção dos objetos.

A partir do exposto, propomo-nos a investigar: de que forma a produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" atende ao que se propõe? Qual ou quais narrativas da história de Contagem é veicula pela Turma do Contagito? Qual patrimônio, ou melhor, quais bens patrimoniais e referências culturais são escolhidos pelo Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" para narrar a História de Contagem?

A partir dessas indagações, propomos uma análise da produção didática do Programa na perspectiva educativa da Educação Patrimonial, identificando os elementos que contribuem para viabilizar o alcance dos objetivos e propostas do "Por Dentro da História". Desse modo, nosso objetivo geral é desvelar como esse material, enquanto um mediador pedagógico pretende subsidiar o trabalho de Educação Patrimonial nas escolas

do município de Contagem. Com vistas a atingir esse objetivo geral, temos como objetivos específicos:

• Identificar a(s) narrativa(s) sobre a história de Contagem construída(s) para ser(em) representada(s) pelos personagens eleitos para compor a Turma do Contagito.

• Identificar e descrever as referências culturais e lugares de memória privilegiados pela produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" para a construção da narrativa sobre a história de Contagem.

• Analisar, do ponto de vista didático-pedagógico, qual proposta de Educação Patrimonial se configura nos diferentes materiais, identificando: os elementos que confirmam, problematizam ou omitem as narrativas veiculadas; os elementos que promovem ou não as intencionalidades educativas declaradas pelo Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História; os elementos que não estão presentes.

Do ponto de vista metodológico, vários movimentos foram realizados, destacando-se leituras no campo da Educação Patrimonial, do Patrimônio Cultural, da História da Leitura, além de outros; localização dos materiais produzidos pelo e para o programa "Por Dentro da História" em diferentes espaços institucionais (Biblioteca Pública de Contagem, site da Prefeitura do município, em escolas municipais) e com amigos que possuíam o material no seu formato físico.

As informações referentes ao Programa, às suas propostas, etapas, aos objetivos e à produção didática foram acessadas por meio da primeira edição da Revista de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" (2009). A partir desse levantamento, selecionamos os materiais para análise que correspondessem aos objetivos e às questões da pesquisa.

Reunidos os materiais, iniciamos o trabalho de seleção, tendo em vista os objetivos da pesquisa, o que nos levou a escolher: o filme "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito", as músicas da Turma do Contagito e o livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito".

Assim, para a execução deste trabalho, numa abordagem qualitativa em Ciências Sociais, adotamos o estudo de caso como estratégia de pesquisa, no qual se destacou, para coleta de dados, a pesquisa bibliográfica e a análise de fontes textuais, visuais e audiovisuais. Para estudo, interpretação e tratamento dos dados, recorremos a alguns elementos da análise de conteúdo e da análise do discurso.

Por meio da pesquisa bibliográfica, pude aprofundar meus conhecimentos para problematizar o Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", apropriando-me de um aporte teórico-conceitual do Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

Inicialmente, realizei a leitura integral do Livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito" e da primeira edição da Revista de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" (2009), referências fundamentais para a proposta da pesquisa. Em um segundo momento, efetuei a transcrição do áudio do DVD do filme "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito" e das músicas que compõem o CD da Turma do Contagito.

No momento da coleta de dados, pensamos também na possibilidade de realizar entrevistas com algumas pessoas que participaram da construção do programa, mas não foi possível efetuá-las. Tentamos também contatar a autora do livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito" e mentora do programa, mas não conseguimos localizá-la. Consideramos fundamentais essas referências para a pesquisa, mas, como pesquisadoras, defrontamos com dificuldades que, ao invés de encurtar a jornada, nos fariam ampliar o caminho para além do tempo estabelecido para a conclusão do mestrado. Visando suprir, em certa medida, essa lacuna, estivemos atentas a identificar, nas narrativas escritas, visuais (fixas e em movimento) os silenciamentos e ou ocultamentos de determinadas referências culturais, sabendo que esses podem dizer muito, até mais do que se encontra presente.

Na revisão bibliográfica, para um melhor aprofundamento no campo da Educação Patrimonial, exploramos principalmente os trabalhos de João Demarchi, intitulados "Perspectivas em Educação Patrimonial" e "O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial", além dos trabalhos de outros autores.

Uma referência significativa para o conhecimento da história de Contagem foi o trabalho de Anderson da Cunha Santos (2017), intitulado "Patrimônio cultural e história local: a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem". O trabalho desse autor dialoga diretamente com a temática desta pesquisa; porém, o que nos chamou mais atenção foi o fato de Santos (2017) ter participado da construção do programa. Desse modo, o olhar do autor deve ser analisado e investigado a partir do seu lugar de fala. Assim, consideramos esse trabalho de grande importância para esta pesquisa.

Outro trabalho que dialoga diretamente com a temática desta pesquisa é o de Simone Ramos, intitulado "A fruição dos espaços sociais tombados: o caso de Contagem-MG". A dissertação de mestrado da autora foi apresentada em 2017 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Essa referência foi fundamental para a compreensão mais aprofundada sobre a relação dos moradores do município com o Patrimônio material da cidade.

Para um conhecimento mais amplo sobre o Patrimônio Cultural de Contagem, o trabalho "Arturos, Filhos do Rosário: nas práticas sociais, uma história que se revela na Festa de Nossa Senhora do Rosário" de Karla Tereza Ocelli Costa (2013) foi de extrema relevância.

Ressaltamos a importância, mas também a dificuldade de encontrar trabalhos que pesquisem e analisem materiais didáticos voltados para a Educação Patrimonial. Nesse sentido, acreditamos que este trabalho também cumpre uma função importante para suscitar interesse para novas pesquisas pelo tema.

Para embasar este trabalho teórica, conceitual e metodologicamente, selecionamos como referenciais autores relacionados direta e indiretamente com a temática apresentada, e que dialogam com os objetivos e problema da pesquisa, tais como: Ulpiano Meneses, Sandra Pesavento, Maria Cecília Londres Fonseca, Simone Scifoni e outros.

Optamos por não discutir a mercantilização e a exploração turística do Patrimônio Cultural neste trabalho, por esse tema não tangenciar os objetivos aqui propostos. Uma consideração importante também é o fato de a cidade de Contagem não ter uma demanda turística elevada, e nem sua economia ser dependente desse setor, como é o caso de algumas outras cidades que possuem um grande potencial turístico cultural e são dependentes desse ramo para alavancar sua economia.

Este trabalho de pesquisa estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo "A história de Contagem contada por meio do seu Patrimônio Cultural", discutimos as relações entre memória, história e Patrimônio Cultural e apresentamos um breve histórico sobre a preservação do patrimônio nacional. Compreendido o contexto brasileiro, adentramos na narrativa histórica local de Contagem e no processo de formação e preservação do seu Patrimônio Cultural.

No segundo capítulo “O Programa de Educação Patrimonial “Por dentro da História’”, discutimos a polêmica em torno do marco histórico referencial do campo de Educação Patrimonial no Brasil e problematizamos a utilização do Guia Básico de Educação Patrimonial, situando o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” e as personagens que compõem a Turma do Contagito.

No terceiro capítulo, “A produção didática do Programa de Educação Patrimonial Por Dentro da História”, descrevemos e analisamos os materiais didáticos produzidos pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”, além de problematizar na análise do material a narrativa construída em torno da história da cidade pela representatividade das personagens que compõem a Turma do Contagito, identificando os lugares de memória e as referências culturais selecionadas pelo programa para a construção desta narrativa.

Nas considerações finais procuramos retomar o que o foi a trajetória da dissertação, ressaltando os achados resultantes da análise dos diferentes materiais que compõem a produção didática do “Programa de Educação Patrimonial Por Dentro da História”, enfatizando as contribuições dos nossos estudos. Nesse momento, também, buscamos apontar novas questões para estudos futuros.

1 A HISTÓRIA DE CONTAGEM CONTADA POR MEIO DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo, temos por objetivo apresentar, em linhas gerais, a história de Contagem[2] e a constituição do seu Patrimônio Cultural ao longo dos tempos. Para tanto, discutimos as relações entre história, memória e patrimônio, assim como a dinamicidade e a ampliação do conceito de patrimônio no Brasil, a sua preservação e os debates em torno da sua imaterialidade. Isso é necessário para a compreensão do contexto histórico da formação e da preservação do Patrimônio Cultural de Contagem, da (s) narrativa(s) construída(s) sobre a história da cidade e as intencionalidades do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História".

1.1 DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Para falar da história de uma cidade, da configuração dos seus espaços no tempo, precisamos entender que "a cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada" (PESAVENTO, 2007, p. 15). Nesse sentido, podemos dizer que a cidade do presente é composta de muitas outras cidades, nas suas diferentes camadas de tempo.

Pesavento (2007) compara a cidade ao palimpsesto. O palimpsesto era um material utilizado na Antiguidade, no qual se escrevia e depois raspava-se para se escrever novamente, mas, geralmente, ficavam vestígios e marcas do que era escrito anteriormente. Assim, a cidade é como o palimpsesto, é composta no presente, por vestígios e traços de outras sociedades do passado; é a materialidade de diferentes tempos em um mesmo espaço geográfico. O Patrimônio Cultural local é assim, produto dessas múltiplas cidades que compõem a cidade do presente, e, ao evocar o passado, reconstruí-lo e representá-lo, adentra-se em um campo de tensões.

Comumente associamos o Patrimônio Cultural à ideia da representatividade de um passado comum a todos os grupos sociais. Isso mascara o quanto é conflituoso e

[2] Para escrita das linhas gerais a respeito do processo de formação histórica de Contagem, lançamos mão da produção historiográfica mais recente a esse respeito, tendo privilegiado, para essa finalidade, as produções de CAMPOS e ANASTASIA (1991).

isento de neutralidade o que denominamos Patrimônio Cultural. É necessário pensar que Patrimônio se insere em um contexto que não é mais singular, e sim plural. Ao revelar o passado, e assumir a função de representá-lo, o Patrimônio precisa não só ser preservado, mas, acima de tudo, necessita ser problematizado quanto à sua constituição. Nesse sentido, podemos dizer que as sobrevivências do passado são frutos de uma seleção, legitimada no presente por meio da generalização social do Patrimônio, supondo-o ter uma mesma representatividade para todos, o que acaba por excluir a multiplicidade de bens culturais e de memórias que representa. Desse modo, o que se preserva é a memória de um determinado grupo social. A escolha do que preservar deve passar pelo dever de dar voz à pluralidade de vivências, possibilitando, assim, a apropriação da memória de grande parcela da sociedade, alijada desse patrimônio (AURÉLIO, 2004).

A palavra patrimônio vem do latim *patrimonium*, que significa bens de família, herança (HOUAISS, 2011). "Ao conceito de Patrimônio atribuem-se, geralmente, valores de pertença desde o pessoal e local até o universal" (PINTO, 2016, p. 21). Recentemente, a palavra patrimônio foi associada à concepção de bem cultural (PINTO, 2016). Essa definição nos leva a refletir sobre o sentido desse conceito no contexto cultural, sua dimensão simbólica no tempo e no espaço, e a importância de salvaguardar uma memória passada, pulsante e viva no presente. "A identidade (em sentido multiperspectivado) é, por isso, um valor inseparável do patrimônio, pois este é, antes de mais, considerado como o que nos é intimamente significativo" (PINTO, 2016, p. 21).

Abreu (2007) lembra-nos de que a "noção de Patrimônio foi formulada no contexto da sociedade ocidental moderna e que está diretamente ligada a uma noção de herança particular que pode não fazer sentido em outros contextos" (ABREU, 2007, p. 55). "A noção de patrimônio, com a qual nos habituamos, como se ela sempre tivesse existido em todo tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo" (ABREU, 2007, p. 54). Sobre essa concepção, a autora afirma que:

> Ela está diretamente associada à noção de história, que no Ocidente moderno vai ser objeto de todo um aparato técnico e metodológico específico diretamente relacionado à ideia moderna de ciência, por outro lado, a concepção cíclica de tempo está mais direcionada ao contexto mítico-religioso. No caso da concepção linear, os registros escritos e, especialmente, as noções de documento e monumento desempenham papel central. No caso da concepção cíclica, predominam as narrativas orais e a memória social é construída por meio de festas, narrativas míticas, cerimônias e rituais (ABREU, 2007, p. 53-54).

Abreu (2007) nos diz ainda que “nas sociedades onde predomina a concepção cíclica de tempo, a memória está disseminada no tecido social. Como assinalou Pierre Nora, as sociedades tradicionais são sociedades memórias por excelência” (ABREU, 2007, p. 54), pois, nessas sociedades:

> Não é necessário guardar objetos ou fazer registros de qualquer ordem. As festas, os rituais, os cânticos, as narrativas míticas que se repetem dia após dia desempenham esta função de fazer lembrar para o grupo suas tradições mais importantes. Nestas sociedades, com forte capital de memória, não há um sentido de guarda, armazenamento ou preservação de objetos, assim como não há o sentido que conhecemos de herança (ABREU, 2007, p. 54).

Assim, a noção de Patrimônio Cultural nas diferentes sociedades está diretamente relacionada à concepção de tempo e à forma com que cada uma lida com a Memória Social. Gonçalves lembra que “ainda que possamos usar a categoria patrimônio em contextos muito diversos, é necessário adotar certas precauções. É preciso contrastar cuidadosamente as concepções do observador e as concepções nativas” (GONÇALVES, 2009, p. 28). Sobre essa categoria, Gonçalves afirma que:

> O Patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2009, p. 31).

O Patrimônio Cultural está diretamente interligado às relações que se estabelecem entre a memória e a História. Enquanto a História tem um compromisso com a análise dos documentos para se tentar chegar a uma versão mais próxima possível da verdade, a memória é uma seleção do pensamento humano, que se assenta na lembrança e no esquecimento.

A memória é uma seleção que vai além do que simples representações do passado. Jô Gondar nos diz que “a memória não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados” (GONDAR, 2005, p. 18). Assim, a memória é muito mais do presente do que

do passado. Ela é constantemente ressignificada pelo agora. Meneses também nos diz que:

> Mais que mecanismos de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências, a memória se constrói filtrando e selecionando, ela também pode ser induzida, provocada. Finalmente, a noção de que a memória aparece como enraizada no passado lhe fornece a seiva vital e ao qual ela serve (restando-lhe, quanto ao presente, transmitir os bens que já tiver acumulado) é também falsa: a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente (MENESES, 2000, p. 93).

Ao discutir os embates entre a "memória oficial" e as "memórias subterrâneas", Michael Pollak afirma que "ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial" (POLLAK, 1989, p. 4). "Como qualquer experiência humana, a memória histórica constitui-se uma das formas mais fortes e sutis de dominação e legitimação do poder" (ORIÁ, 2002, p. 136).

A história é uma construção do historiador, que, para fabricá-la, apoia-se nos documentos; mas esses documentos devem ser analisados de forma crítica; Le Goff nos lembra que "todo documento é um monumento e cabe ao historiador não acreditar na neutralidade da informação" (LE GOFF, 1990, p. 549). Assim, o documento deve ser investigado, pois é produto da sociedade e do contexto político, social e econômico do qual se originou. E isso relaciona-se com as batalhas de memória dessas sociedades e as relações de poder nelas estabelecidas. Nesse sentido, a narrativa histórica deve ser vista de forma crítica, pois "quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado é um homem do presente. Assim, uma vez produzido, todo texto histórico torna-se ele mesmo objeto de História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado" (KARNAL, 2003, p. 7).

Embora sejam distintas pelo lugar que ocupam no tempo e no espaço, a memória e a história permanecem imbricadas e vivas quando falamos de Patrimônio Cultural, pois o Patrimônio evoca as duas.

O conceito – lugares de memória – foi forjado nos anos de 1970 por Pierre Nora, e pode ser descrito como "o conjunto de referências culturais, lugares, práticas e expressões originadas de um passado comum" (SIMAN; SILVA; MOREIRA, 2017, p. 55). Para Pierre Nora, os lugares de memórias têm a função de não deixar a memória

morrer, de lembrá-la constantemente ao longo dos tempos. Sobre esse passado comum, Pollak nos diz que:

> Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (POLLAK, 1989, p. 3).

Assim, quando adentramos no Patrimônio Cultural, encontramos a memória e a história em um lugar que é dinâmico, carregado de significados, simbologias e relações de poder. Esse lugar não é neutro, e não representa todos os grupos sociais. Daí seu caráter mutável, conflituoso e provocativo dos sentidos. Lemos (2013) nos diz que:

> Existiram, como sabemos, os chamados "gabinetes de curiosidades", guardando-se as coisas mais disparatas. Essa guarda de bens, em geral, nunca se ateve, porém, à preocupação de registrar estágios culturais já ultrapassados de toda uma comunidade. Em geral, guardaram-se objetos e as construções ricas da classe poderosa. Guardara-se os artefatos de exceção e perderam-se para todo o sempre os bens usuais e corriqueiros do povo. Esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não têm representatividade (LEMOS, 2013, p. 23).

A partir das palavras de Lemos (2013), somos levados a pensar nos excluídos e esquecidos pela memória e pela história oficial, mas também na possibilidade de resgate desse passado, dessas identidades, dessa história e dessa memória no tempo presente por meio do Patrimônio Cultural e dos seus vestígios. Assim, é importante pensarmos o que é o Patrimônio Cultural, o que ou quem ele representa, porque ele representa ou não representa, e qual sua importância para o tempo presente. Para refletirmos sobre essas indagações, é preciso compreendermos a trajetória de preservação do patrimônio em diferentes contextos históricos.

A Revolução Francesa foi o acontecimento que marcou historicamente o processo de preservação do patrimônio, pois foi neste período que se teve uma

necessidade maior de proteção dos bens culturais. Em certa medida, isso se justificou devido à destruição do patrimônio como forma de "vandalismo ideológico" (CHOAY, 2001). O desmantelamento dos bens culturais que evocava a memória de um passado monárquico gerou uma preocupação em relação à proteção desses bens na França, o que acabou resultando em medidas de proteção desses bens. Os desdobramentos da preservação de monumentos históricos na França ao longo do século XIX repercutiram em muitas outras regiões da Europa (KUHL, 2007).

No contexto de preservação do patrimônio, muitos documentos e discussões contribuíram para a ampliação e modificação do conceito de Patrimônio em nível nacional e internacional ao longo da história. Dos marcos históricos que influenciaram a preservação do Patrimônio Cultural, é imprescindível reafirmar a importância das Cartas Patrimoniais como instrumentos essenciais de salvaguarda do Patrimônio Cultural da humanidade. Essas cartas são frutos da discussão de um determinado momento, são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Assim, o caráter dessas cartas é indicativo, ou, no máximo, prescritivo (KUHL, 2010).

1.2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL

No Brasil, a história de preservação do Patrimônio Cultural tem como ponto inicial o anteprojeto do modernista Mário de Andrade para a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, que, após várias mudanças no nome, atualmente é denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Chuva (2012) nos lembra que a política preservacionista de Mário de Andrade "enfatiza sua perspectiva etnográfica, especialmente o que chamava de 'etnografia popular': o povo brasileiro em seus costumes e usanças em tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil" (CHUVA, 2012, p. 154). Na ideia original do anteprojeto de Mário de Andrade, é possível observar a valorização da cultura e da arte popular, a valorização das pluralidades de cultura, o que não pode ser percebido nos primeiros anos de atuação do SPHAN. Somente partes do projeto de Mário de Andrade são incorporadas na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (SPHAN), no contexto do Estado Novo (1937-1945) (NOGUEIRA, 2008). Assim, do Anteprojeto do modernista, o órgão federal de proteção ao patrimônio aproveitou pouco, conforme afirma Lemos:

> Por uma lei de janeiro de 1937 que reorganizou o Ministério da Educação, então chefiado por Gustavo Capanema, foi criado o "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" dando a perceber que o texto do escritor paulista não fora, já de início, seguido como deveria, porque no próprio nome da entidade destinada à defesa do "patrimônio" se distinguiam bens "artísticos" dos históricos (LEMOS, 2013, p. 44).

A priori, a institucionalização de uma política de proteção ao patrimônio brasileiro foi pensada como meio de contribuir para a formação de uma identidade nacional. As mudanças ocorridas no Brasil em decorrência da Revolução de 1930 exigiram uma nova organização do Estado, na qual a valorização da nacionalidade foi fundamental para a estruturação de um projeto de país e para a afirmação do regime varguista (TORELLY, 2012). Inicialmente, a tarefa de preservação do patrimônio brasileiro foi direcionada para os intelectuais modernistas. Fonseca (2005) nos lembra que:

> A constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolo da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação (FONSECA, 2005, p. 20).

A primeira lei de proteção ao patrimônio nacional no Brasil deu-se pelo Decreto n.º 25 de 1937, que estabeleceu a prática do tombamento, promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas. Esse decreto divide o patrimônio em histórico e artístico. No seu artigo primeiro, define como constituintes do Patrimônio Histórico e artístico nacional:

> O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
>
> § 1.º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4.º desta lei (BRASIL, 1937).

A definição dada no Decreto n.º 25 de 1937 nos leva a pensar na exuberância, monumentalidade e excepcionalidade do Patrimônio. Além desse conceito, a política de tombamento do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que, desde o seu surgimento em 1937, então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), também contribuiu para pensarmos o patrimônio nacional como o lugar das elites e das grandes obras arquitetônicas, pois privilegiou o tombamento do patrimônio chamado "pedra e cal".

No processo de proteção dos bens imóveis pelo órgão de proteção federal, a arquitetura barroca foi favorecida. "Da ruptura com os valores artísticos e estéticos eurocêntricos, o movimento modernista encontrou no barroco mineiro do século XVIII os referenciais de nossa identidade nacional ou da brasilidade como preferiam" (NOGUEIRA, 2008, p. 240). De acordo com Nascimento (2016), "a opção pela arquitetura do período colonial ancora-se na noção do patrimônio como constituidor da nacionalidade" (NASCIMENTO, 2016, p.122). Ainda de acordo com esse autor, "a arquitetura barroca erigida pelo colonizador português, buscada com afinco pelos técnicos do patrimônio e encontrada em diversos pontos do país unificava o território e conferia identidade ao Brasil" (NASCIMENTO, 2016, p. 122). Como observa Nascimento:

> A escrita da história era pressuposto da atividade de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Preservou-se aquilo que seria fonte da história ou prova documental da articulação identitária nacional. A arquitetura colonial e barroca era testemunho de épocas pregressas, às quais articulavam-se os conceitos e preceitos de constituição nacional. Ela era fonte de produção de conhecimento, institucionalizada nas práticas de preservação no Brasil e nos primeiros momentos de escrita da história da arquitetura. A preservação de certos exemplares garantiria o conhecimento do que se gostaria de escrever como história. Lançou-se mão do tombamento como recurso de afirmação da arquitetura, defendida como garantia da materialidade e prova de originalidade não só às gerações futuras, mas às ameaças do presente. Os tombamentos eram a prova final da vitória (NASCIMENTO, 2016, p. 123).

A seleção do que seria preservado deveria ir ao encontro do ideário de uma identidade nacional. O retrato da preservação, ou seja, os vestígios deixados pelo tempo, que agora estavam salvaguardados, era a imagem que iria compor a memória e a escrita da história da nação brasileira.

No processo de preservação do patrimônio nacional, é preciso considerar também a atuação do IPHAN nas suas diferentes fases, em diferentes momentos históricos para compreendermos os fatores e os contextos que orientaram e influenciaram a política preservacionista no Brasil desde seus primórdios.

A fase heroica do SPHAN vai desde sua criação em 1937 até 1967, quando termina a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Com a aposentadoria de Rodrigo, assume o arquiteto Renato Soeiro (1967-1979). Essa fase constitui um período intermediário, quando o órgão busca adaptar-se a uma nova conjuntura buscando ajuda internacional e coexistindo com outras instituições federais atuantes na esfera da preservação. A fase moderna inicia-se com a ascensão de Aloísio Magalhães na política Cultural, quando se elaboram novas propostas de atuação (FONSECA, 2005).

Na fase heroica, as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística. Nesse período, Rodrigo Melo já atentava para a importância da educação no processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro (IPHAN, 2014).

Com a criação do CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais na década de 1970 por Aloísio Magalhães é que a questão educacional foi abordada de forma mais sistemática no que tange à preservação do Patrimônio Cultural.

Apesar de não ter atuado diretamente na área de educação, as diretrizes teóricas e conceituais e o *modus operandi* adotado pelo CNRC contribuíram para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação do patrimônio (IPHAN, 2014). Como exemplo disso, podemos citar o projeto Interação:

> Em sintonia com o ideário do CNRC, o Projeto Interação contestava a uniformidade e homogeneização em favor do reconhecimento das diferenças culturais e defendia uma metodologia de trabalho baseada na observação direta e no acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas (IPHAN, 2014, p. 11).

No que tange à atuação do CNRC, pode-se dizer que o seu interesse se voltava para as manifestações culturas vivas, inseridas em práticas sociais contemporâneas. Via-se, nesse interesse, também, a possibilidade de gerar valor econômico (FONSECA, 2005). Nesse sentido:

> A adoção de conceito antropológico de cultura e de referência cultural, bem como a ampliação dos objetos de especulação criativa, oriundos das ideias e formulações do CNRC permitiram a valorização e a releitura dos saberes e dos fazeres tradicionais, como o artesanato, a cerâmica e a tecelagem, mediante o conhecimento e o fomento das cadeias produtivas (TORELLY, 2012, p. 9).

A ascensão de Aloísio Magalhães ao cargo de diretor do IPHAN em 1972 também contribuiu para que novas perspectivas no processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro pudessem ser pensadas, como nos lembra Nogueira (2008):

> Derrotada pela hegemonia da pedra e cal, a semente do projeto andradiano para o patrimônio encontra ressonância na gestão de Aloisio Magalhães, nos idos dos anos de 1970, quando é incorporada aos trabalhos do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural e da FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória. A partir desta década, a ressemantização do conceito aponta para o chamado patrimônio cultural em sua versão atual (NOGUEIRA, 2008, p. 241).

Além da conjuntura nacional, o contexto internacional também irá influenciar direta e indiretamente as práticas preservacionistas no Brasil. Desse modo, as políticas e as práticas voltadas para a preservação do patrimônio não podem, em momento algum, ser desvinculadas do quadro político, econômico e social, tanto em nível nacional como internacional.

Sobre o cenário e as mudanças das práticas preservacionistas patrimoniais na década de 1970, Fonseca (2005) lembra que, a partir dessa década, muitos fatores contribuíram para uma mudança sensível nas políticas de preservação no Brasil e no mundo. Dentre esses fatores, ela cita:

> Em primeiro lugar, as disciplinas – sobretudo a história, e consequentemente a história da arte – que fundamentavam a seleção de bens excepcionais que mereciam ser preservados, passaram por uma mudança de orientação, não só em termos de objeto como também de perspectiva.
> Em segundo lugar, a essa mudança no campo do saber correspondeu a difusão da democracia como valor em outros campos – sexo, etnia, etc. – que não apenas o do exercício da cidadania política. Afirmavam-se os direitos das identidades coletivas particulares, sobrepondo-se à ideia, dominante no século XIX e primeira metade do século XX, de uma identidade nacional. Em certos casos, propunha-se não só a construção dos patrimônios das minorias até então excluídas da representação da nação, como também se reivindicava a participação dos múltiplos segmentos da sociedade na gestão do patrimônio nacional.
> Em terceiro lugar, o processo de descolonização e a criação dos Estados-nações, sobretudo no continente africano, como também a luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, levou a novas equações de poder, que não se resumiam aos parâmetros do modelo marxista, considerado eurocêntrico. À dominação econômica se acrescentou a consciência da dominação cultural sobre os povos colonizados (FONSECA, 2005, p. 169-170).

Além desses fatores, a autora ainda nos diz que, nos anos 1970 e 1980, a via da cultura passou a constituir um caminho privilegiado para a elaboração de novas identidades coletivas, e que, muito frequentemente, contestam a legitimidade dos patrimônios nacionais (FONSECA, 2005). Nessa conjuntura, as práticas preservacionistas, assim também como o próprio conceito de patrimônio, não davam conta das diversidades que reclamavam seu lugar na história. Torelly (2012) nos diz que:

> A dinâmica da sociedade brasileira nos anos 1970 era bem mais complexa, e havia a percepção, já fundada, de que o patrimônio cultural ia além da pedra e cal e da herança lusa; e que demandava novas formulações e instrumentos, capazes de abranger a diversidade cultural do País, especialmente as manifestações das culturas ameríndia e africana, fortemente presentes no cotidiano e no imaginário nacional e que, até então, não obtinham um reconhecimento proporcional à sua importância (TORELLY, 2002, p. 8).

Nesse contexto, na Conferência Geral da UNESCO, em 1972, é elaborada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Essa Convenção trouxe, pela primeira vez, a definição de Patrimônio Natural:

> ARTIGO 2.º Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

No caso do Brasil, o Decreto n. 25 de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e institui o tombamento de bens móveis e imóveis, já havia feito referência à preservação do Patrimônio Natural no seu artigo 1.º, parágrafo 2:

> § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Observa-se, nesse documento, que o Patrimônio Natural era parte constituinte do patrimônio histórico e artístico nacional. Scifioni (2006) nos lembra que foi na década de 1970, na Convenção da Unesco, que surgiu a noção de patrimônio natural e que este se consagrou mundialmente, mas alerta para o fato de que sua origem é anterior e que "decorre da preocupação com o monumento, que a princípio aparece como histórico e artístico, para depois se configurar, também como o monumento natural'' (SCIFIONI, 2006, p. 27).

Scifioni também nos traz duas direções no que tange ao sentido da construção da ideia de Patrimônio Natural em níveis mundial e nacional. De acordo com a autora, mundialmente, a noção de patrimônio firmou-se como expressão de grandiosidade e beleza, o que deriva de um sentido de monumentalidade como preservação estética. Já no Brasil, a partir de algumas experiências regionais, o Patrimônio Natural foi entendido como uma conquista da sociedade, como uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva, um patrimônio que faz parte da vida humana e não aquele que se opõe a ela (SCIFIONI, 2006).

No Brasil, de acordo com Pereira (2018), as políticas públicas de seleção do Patrimônio Cultural nacional privilegiaram a proteção de alguns bens em detrimento de outros, e, nessa disputa pela seleção do que deveria ser preservado, "o patrimônio natural se constituiu historicamente como uma das categorias menos privilegiadas" (PEREIRA, 2018, p. 35).

A ampliação do conceito de patrimônio no Brasil foi dada pela Constituição Federal de 1988, passando de patrimônio histórico e artístico a Patrimônio Cultural. A Constituição, no artigo 216, define como constituintes do Patrimônio Cultural da nação:

> ARTIGO 216 – Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I – As formas de expressão;
> II – Os modos de criar, fazer e viver;
> III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A partir desse conceito de Patrimônio Cultural na Constituição Federal, podemos lembrar do Anteprojeto de Mário de Andrade, os conceitos como o de arte ameríndia e popular, incluindo o que hoje denominamos de saberes, fazeres e falares, bem como o de paisagem cultural estão nele presentes, o que lhe confere impressionante contemporaneidade após tanto tempo (TORELLY, 2012).

Podemos observar também a diferença entre o conceito de Patrimônio descrito no Decreto n.º 25 de 1937 e o apresentado na Constituição de 1988. Sobre esses conceitos, Meneses nos diz que, no Decreto n.º 25 de 1937, "era o poder público que instituía o Patrimônio Cultural, o qual só se comporia de bens tombados" (MENESES, 2012, p. 33). Assim, "o tombamento tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido" (MENESES, 2012, p. 33). Já a "Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade" (MENESES, 2012, p. 33).

Sobre os valores culturais, Meneses (2012) nos apresenta cinco componentes deles que ele considera principais: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Ele ressalta que "esses componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos" (MENESES, 2012, p. 35). Assim, por meio desses valores, o Patrimônio Cultural é constantemente ressignificado pelos sujeitos no plano das representações.

Outra discussão importante sobre o tema do Patrimônio é a trazida por Gonçalves (2005). Consideramos importante a reflexão do autor sobre a categoria ressonância para entendermos os discursos sobre o Patrimônio Cultural. Quando trata da ressonância, Gonçalves diz que "determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população" (GONÇALVES, 2005, p. 19). O autor

chama atenção para o fato de que "os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar 'ressonância' junto a seu público" (GONÇALVES, 2005, p. 19). Nesse sentido, os bens culturais tidos como Patrimônios Culturais precisam estabelecer relações com os sujeitos dotadas de significados, que sejam provocativas dos sentidos e das sensibilidades. Assim, a seleção desses bens pelo poder público ou pelos órgãos de proteção não pode estar desvinculada da representatividade e dos valores desses para uma determinada sociedade.

1.3 O PATRIMÔNIO DITO IMATERIAL

Além da ampliação do conceito de Patrimônio, a Constituição cidadã toma como Patrimônio Cultural não somente o patrimônio tangível, mas também o imaterial. Observa-se que o texto constitucional se refere a bens de natureza material e imaterial, o que nos transmite uma ideia de separação entre a materialidade e a imaterialidade do Patrimônio Cultural. Sobre essa questão, Abreu (2007, p. 59) afirma que "há um grande debate sinalizando a improcedência desta dicotomia entre o material e o imaterial no seio da noção de cultura". Isso pode ser observado na fala de Meneses:

> A Constituição Federal de 1988, ao introduzir uma listagem de categorias do Patrimônio Cultural, inclui o patrimônio intangível, caracterizado mais por processos do que por produtos, como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, os quais, porém, se examinarmos mais de perto, pressupõem múltiplos suportes sensoriais, incluindo o corpo. Os constituintes talvez nem tivessem consciência de que, desse modo, estavam incluindo o corpo como partícipe do Patrimônio Cultural. O "saber-fazer", por exemplo, não é um conhecimento abstrato, conceitual, imaterial, filosófico ou científico, mas um conhecimento corporificado. Os especialistas falam de uma memória-hábito ou memória corporificada (*embodied memory*) (MENESES, 2012, p. 31).

O Patrimônio imaterial teve sua preservação reconhecida por meio do Decreto 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Fonseca (2005) lembra que "o decreto-lei n.º 3.551/2000 é, sem dúvida, um marco na trajetória das políticas de patrimônio, não apenas no Brasil, mas também no contexto internacional (FONSECA, 2005, p. 19). É importante lembrar que a Carta de Fortaleza (1997), que resultou do Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção" em comemoração aos sessenta anos do

IPHAN, constituiu-se como um documento de grande importância, pois, de certa forma, contribuiu para motivar e influenciar a promulgação do decreto 3.551/2000. Nessa carta, "recomendava-se o aprofundamento da discussão sobre o conceito de Patrimônio Imaterial e o desenvolvimento de estudos para criação de instrumento legal instituído o registro como seu principal modo de preservação" (PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2003 *apud* FONSECA, 2005, p. 18).

A ampliação do conceito de patrimônio pela Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento do patrimônio dito imaterial, corroboram para que os diversos grupos de diferentes etnias possam oficialmente proteger sua cultura e os elementos materiais que a compõem, assim também como ter suas identidades reconhecidas.

Observa-se, no decreto 3.551/2000, que a "imaterialidade" do patrimônio é totalmente apartada do material. "É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos. De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura" (GONÇALVES, 2009, p. 30). Segundo essa concepção, a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas. É o que afirma Schlanger (1998), citado por Gonçalves:

> A categoria "intangibilidade" talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de "cultura". Ou, mais precisamente, ao afastamento dessa disciplina, ao longo do século XX, em relação ao estudo de objetos materiais e técnicas (SCHLANGER, 1998 apud GONÇALVES, 2009, p. 29-30).

Tanto a Constituição de 1988 como o Decreto n. º 3551/2000 não discorrem sobre a relação que se estabelece entre a materialidade e a imaterialidade do Patrimônio Cultural. Separar as dimensões material e imaterial do Patrimônio Cultural é despi-lo das suas marcas e dos seus significados, é fragmentá-lo, é retirar suas feições.

O reconhecimento da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural foi de vital importância, pois reconhecer o Patrimônio Imaterial é também reconhecer a pluralidade de culturas, de saberes e de viveres de um país que está longe de ser homogêneo culturalmente, mas separá-lo da sua dimensão material é impossível. Meneses nos diz que:

> Patrimônio Cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois, se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se (MENESES, 2012, p. 31).

O material e o imaterial do patrimônio não podem ser tão facilmente dissociados, pois as relações que se estabelecem entre ambos não podem ser delimitadas. A materialidade e a imaterialidade do Patrimônio Cultural se emaranham de tal jeito que estabelecer os seus limites se torna uma tarefa complicada. Pode-se definir legalmente sua materialidade e imaterialidade, mas dificilmente conseguiremos separar essas duas dimensões no campo das representações. Assim, "seria desejável que, ao utilizarmos a expressão 'patrimônio imaterial' a despíssemos de qualquer polaridade com um patrimônio material" (MENESES, 2012, p. 31). Nessa perspectiva, não podemos pensar o Patrimônio Cultural dito imaterial sem relacioná-lo à sua materialidade, assim também não podemos tirar a imaterialidade do patrimônio dito material. O patrimônio puramente "intangível" não existe, de algum modo tem um caráter material.

1.4 RELAÇÃO ENTRE NARRATIVA HISTÓRICA SOBRE A CIDADE DE CONTAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL

A partir do contexto em que se deu a preservação dos bens culturais no Brasil, entramos na história da cidade de Contagem, conhecida pelo seu passado colonial e pelas heranças deixadas desse período, que se materializam no seu Patrimônio Cultural.

A cidade de Contagem tem uma história que se inicia quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Com o passar do tempo, essa cidade sofreu muitas transformações na paisagem do espaço urbano, acompanhando a dinâmica da vida social contemporânea. E, para não deixar a memória e a história da cidade se perder, a Prefeitura de Contagem iniciou, em meados dos anos 1990, o tombamento de alguns bens materiais da cidade.

Com base nas políticas de tombamento na cidade, muitas ações educativas voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural começaram a acontecer em Contagem, o que propiciou o surgimento do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" em 2005. Para dar vida e cara à história da cidade, o Programa de Educação Patrimonial conta com a "Turma do Contagito".

O livro “Contagem: origens” das professoras Anastasia e Campos (1991) foi uma referência fundamental para o aprofundamento e o conhecimento da história dessa cidade. O lançamento do livro na década de 1990 já pode ser considerado um marco para as políticas de preservação do Patrimônio Cultural no município. A obra nasceu do convênio estabelecido, em dezembro de 1990, entre a Prefeitura de Contagem e o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, com a intermediação da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP.

Campos e Anastasia (1991) destacam que, na abordagem sobre a história de Contagem, optaram por uma linha mais estrutural do que factual, com destaque à vida cotidiana das populações, e não tiveram a intenção de exaltar nomes, famílias ou grupos políticos. Diante do exposto, consideramos esse referencial teórico de extrema importância para uma análise crítica sobre a história da cidade.

Outra referência que subsidiou a pesquisa sobre a história de Contagem foi a obra “Contagem Perante a História: 1716-1978” de Geraldo Fonseca (1978). O “Atlas Escolar: histórico, geográfico e cultural de Contagem” também é um material de referência. A obra foi produzida pela Prefeitura de Contagem em 2009, tendo uma segunda edição em 2011, ano em que Contagem completou cem anos de emancipação política.

É importante também observar a história da cidade que é apresentada no site da Prefeitura de Contagem[3]. Essa história foi dividida em três grandes momentos. O primeiro momento foi a instalação do Registro no Sítio das Abóboras em 1716. O segundo momento data de 1897, quando a capital de Minas Gerais foi transferida para Belo Horizonte, acontecimento que impulsionou o crescimento de Contagem. E o terceiro momento foi em 1941, ano da instalação da Cidade Industrial, o que moldou as feições que Contagem assumiu nos anos seguintes (CONTAGEM, 2019). Pelo visto, os três grandes momentos da história da cidade, coincidência ou não, estão ligados ao desenvolvimento econômico e ao “progresso” de Contagem. Mesmo o posto de fiscalização que remete às origens históricas da cidade teve uma finalidade administrativa e econômica. É possível observar nessa divisão da história de Contagem o lugar de fala da Prefeitura, e como o seu discurso elege os marcos econômicos na história da cidade em detrimento de outros fatos históricos.

[3] http://www.contagem.mg.gov.br/?es=historia_contagem

A história de Contagem inicia nos Setecentos, e existem várias versões sobre sua origem. Segundo Santos (2017), relatos da tradição oral fazem referência a uma suposta família "Abóboras" que teria fundado a cidade no início do século XVIII. Mas essa versão carece de respaldos documentais que a confirmem. Geraldo Fonseca vai além e diz que: "Contagem não teve fundadores, afirmamos com plena convicção" (FONSECA, 1978, p. 38).

As versões mais aceitas e divulgadas sobre a origem da cidade é a da instalação do registro em 1716 e a do arraial que surgiu em torno da Capela São Gonçalo do Amarante. De acordo com Santos (2017), não há certeza sobre data de surgimento do arraial, o que existe são algumas evidências históricas, a saber: 1711 (data de concessão de sesmarias), 1716 (data provável do início das atividades do Posto Fiscal) e 1725 (data gravada no cajado de prata do santo padroeiro da Matriz de São Gonçalo do Amarante).

Conta-se que na Região das Abóboras foi instalado um Registro, posto de fiscalização da Coroa Portuguesa, onde era realizada a cobrança de impostos dos que passavam com mercadorias por aquele caminho. No período da mineração nas "Minas Gerais", a escolha para instalação de um posto fiscal na "Região das Abóboras" provavelmente considerou a localização geográfica estratégica, onde se cruzavam rotas de circulação de mercadorias que ligavam a antiga Comarca do Rio das Velhas (Sabará) a São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (SANTOS, 2017). De acordo com Fonseca (1978, p. 21): "pelo Registro instalado nas proximidades do Ribeirão das Abóboras passava o suprimento indispensável aos mineiros de Sabará e, posteriormente, aos de Ribeirão do Carmo, de Ouro Preto, de Itaubira, de Caeté, e Pitangui".

No entanto, segundo Anastasia e Campos (1991), "o arraial iniciado com a implantação do registro não se expandiu como núcleo urbano. Teria se atrofiado imediatamente ao fechamento do registro, ou mesmo antes desse ato oficial" (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 64). De acordo com os documentos analisados pelas autoras, o fechamento do Registro data de 1759.

Paralela e simultaneamente ao arraial do registro, existiu a povoação de "Sam Gonçalo da Contagem das Abóboras", que surgiu em torno da capela com invocação daquele santo, sendo que o arraial surgido em torno da capela não foi decorrente do controle régio, mas sim da vontade natural dos povos da região do Ribeirão das Abóboras (CAMPOS; ANASTASIA, 1991). "O encerramento das funções do Registro alterou o vetor de desenvolvimento do povoado, que passou a se desenvolver nas franjas da Capela (hoje Matriz) de São Gonçalo" (RAMOS, 2017, p. 26). Assim, "enquanto o Registro

findava-se em taperas, o núcleo urbano mais dinâmico – 'Sam Gonçallo da Contage das Abóboras' – crescia comportando uma arquitetura, normas de se viver, vida social e etc." (CAMPOS, ANASTASIA, 1991, p. 65). Na visão de Campos e Anastasia:

> Houve na verdade a existência de três Contagens. A primeira foi decorrente de uma imposição metropolitana e se limitou a ser Registro Fiscal, contando com casas e currais, suficientes apenas para a contagem do gado. Simultaneamente ao Registro Fiscal e nas proximidades dele, surgiu a povoação de São Gonçallo (da Contage), resultado da livre determinação dos povos que escolheram um lugar mais adequado à vida urbana e, portanto, um pouco distante do Registro. Dessa São Gonçallo, permaneceram parte da primitiva arborização, algumas edificações e objetos de arte sacra – é a Contagem Sede. Por último, temos a Contagem Industrial – ou Parque Industrial – projeto do governo Benedito Valladares (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 66-67).

Com base nas referências de Campos e Anastasia (1991), podemos considerar que a expansão da cidade de Contagem está ligada diretamente ao povoamento em torno da capela de São Gonçalo do Amarante, mas não podemos deixar de considerar também a instalação do Registro em 1716 nas origens da cidade. E quanto à cidade ser conhecida por Contagem das Abóboras, Campos e Anastasia (1991) nos esclarece que:

> Face à multiplicidade de povoações denominadas de **São Gonçalo**, aquela situada às margens do Rio Abóboras era referida como Sam Gonçallo dos Abóboras. Como nas imediações havia um registro fiscal, falava-se também "Sam Gonçalo da Contage". E para não ser confundido com os outros registros ou contages da Capitania, denominava-se a "Contage dos Abóboras". E, assim, o arraial era "**Sam Gonçallo**", por devoção ao santo português, da "*Contage*" porque ficava próximo ao registro e, finalmente, "**das Abóboras**", em razão do ribeirão local. Portanto, temos "Sam Gonçallo da Contage dos Abóboras", um nome essencialmente religioso, onde o aspecto político/econômico é uma mera decorrência para esclarecer com maior precisão o lugar exato (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 95).

Segundo Campos e Anastasia (1991), observou-se em São Gonçalo da Contagem a "presença de uma sociedade marcada pelas relações bastante estreitas com o mundo natural e que, apesar de ser essencialmente escravista, não deixou traços visíveis de grandes diferenças nos costumes e sensibilidade" (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 96).

A existência das Irmandades nesta sociedade também é outro elemento que nos permite refletir sobre a religiosidade e os laços de sociabilidade deste período histórico. "As Irmandades do século XVIII não eram apenas devocionais, posto que apresentavam a afirmação social de um segmento e/ou categoria determinados"

(CAMPOS, ANASTASIA, p. 96). A atuação financeira das Irmandades na religião foi de grande importância para aprimorar e realizar grandes construções.

Até por volta de 1840, não existia outro templo no arraial, data provável para a edificação da primitiva capelinha de Nossa Senhora do Rosário. Reverenciada pelos cativos, a Nossa Senhora do Rosário foi consagrada a padroeira mais frequente de irmandades de negros, embora também tivesse devotos entre os brancos. A devoção ultrapassava a determinação social, mas não a eliminava (CAMPOS; ANASTASIA, 1991).

A Irmandade do Rosário de Contagem foi elitista na direção e paternalista com relação aos irmãos escravos. Nesse contexto, os Arturos representavam uma alternativa diferente por ser enraizada num cotidiano mais igualitário e familiar (CAMPOS; ANASTASIA, 1991).

Os Arturos são descendentes de Arthur Camilo Silvério, filho do escravo Camilo Silvério. Arthur nasceu livre em razão da Lei do Ventre Livre, haja vista seu nascimento ter ocorrido por volta de 1880/1885. Porém, mesmo livre, pôde viver e sentir os resquícios da escravidão. Ele teve dez filhos com dona Carmelinda Maria da Silva (Dona Carmela), que constituiu a primeira geração de Arturos (CAMPOS; ANASTASIA, 1991). "Arthur trabalhou em fazendas de Senhores que naquela época dominavam as terras do município de Contagem, ocupando-se da lavoura e do gado. Embora não fosse escravo, era tratado como tal" (COSTA, 2013, p. 37).

O sincretismo religioso dos negros permitiu a interação entre as práticas religiosas católicas e africanas, o que contribuiu para o surgimento da missa conga. "Mesmo fragmentada, a religiosidade do negro se preservou como uma resposta de resistência às imposições dominantes" (COSTA, 2013, p. 117). Nesse contexto, é importante lembrar que:

> Os Arturos são atores de uma história estigmatizada pelo escravismo. O resgate da essência do homem negro significa responder à tolerância das ordens dominantes e da incompreensão religiosa que agrediu as formas de sagrado dos ancestrais. [...] No passado, os negros mantiveram intactas vozes de seus tambores, respondendo em surdina às opressões do escravismo. No presente, o canto dos Arturos reafirma sua identidade como forma de interpelar as arbitrariedades e a injustiça social (GOMES; PEREIRA, 2000 a*pud* COSTA, 2013, p. 206).

De acordo com Ramos (2017), "a devoção à Nossa Senhora do Rosário ainda se relaciona de maneira muito simbiótica à identidade da Comunidade dos Arturos"

(RAMOS, 2017, p. 81). Em relação à religiosidade dos Arturos, Costa (2013) lembra: "em suas cerimônias de coroação de reis e rainhas, nas orações e nos cantos tornam-se presentes os ensinamentos de uma história negro-africana que resistiu nos meandros do catolicismo" (COSTA, 2013, p. 117).

O culto a São Gonçalo do Amarante foi marcado pela supressão das distinções de classe e idade. Nosso Senhor dos Passos também foi outro santo que compôs a devoção religiosa em São Gonçalo da Contagem (CAMPOS, ANASTASIA,1991).

Quanto às construções e à ordenação do espaço, Campos e Anastasia (1991) afirmam que "procurava-se o controle cotidiano das populações, um certo conforto e segurança para os moradores, e mesmo um aprimoramento na feição urbana" (CAMPOS, ANASTASIA, 1991, p. 49). Observa-se que "tanto no século XVIII, quanto no XIX, uma questão importantíssima não só nas Vilas, como também nos arraiais sob sua jurisdição, foi o alinhamento das edificações dentro de uma mesma demarcação" (CAMPOS, ANASTASIA, 1991, p. 49).

Durante duzentos anos, de 1701 a 1901, Contagem esteve ligada a Sabará. Em 1901, Contagem passou a integrar o recém-criado município de Santa Quitéria (atualmente Esmeraldas). A emancipação foi sancionada em 1911 (CONTAGEM, 2019). Em 1938, Contagem perdeu novamente sua autonomia política, tornando-se distrito de Betim. Este período é conhecido pelos contagenses como "Cativeiro da Babilônia". Essa situação perdurou até 1948, quando Contagem recuperou sua autonomia amparada pela Lei 336, de 27 de dezembro. Para isso, foi importante a Constituição de 1947, que tendeu a reforçar o poder local (CONTAGEM, 2019). Nesse período em que estava ligada a Betim, Contagem acabou entrando em uma decadência política e econômica, apesar da manutenção do comércio agropastoril com Belo Horizonte (PREFEITURA DE CONTAGEM, 2011). Sobre esse contexto histórico, Ramos (2017) nos relata que:

> Em 30 de agosto de 1911, o distrito é elevado a vila com o nome de Contagem, com quatro distritos: Contagem, Campanha, Vargem da Pantana (hoje, município de Ibirité) e Vera Cruz (parte das cidades de Ribeirão das Neves e Pedro Leopoldo, atualmente). Em 17 de dezembro de 1938, o Decreto-lei Estadual 148 extingue a vila de Contagem e anexa seu território a Betim, como distrito. Em 31 de dezembro de 1943, com o advento da industrialização, Contagem compra parte do distrito-sede de Belo Horizonte (onde seria instalada a futura Cidade Industrial) (RAMOS, 2017, p. 78).

A Contagem do Período Colonial persistiu praticamente inalterada até meados do século XX. Após esse período, foi sacudida pelo progresso. O convívio com

a Cidade Industrial alterou-lhe essencialmente a feição antiga, a tal ponto que até a população conhece pouco do seu passado e das origens longínquas (CAMPOS; ANASTASIA, 1991).

Todas essas características de São Gonçallo da Contagem no Período Colonial nos permitem pensar sobre o Patrimônio Cultural herdado desse tempo histórico, mas o desenvolvimento e a expansão econômica não consideraram esse legado:

> Nas áreas urbanas de origem colonial, principalmente aquelas situadas no quadrilátero ferrífero, a Modernidade – em seus aspectos econômicos e sociais- foi contrária aos valores culturais do passado. Área das mais ricas do mundo em "reservas minerais", foi ocupada nos séculos XVIII e XIX pela mineração do ouro e atividades agropastoris, legando expressivo Patrimônio Cultural. No século XX essa cultura tradicional entrou num processo de fragmentação, decorrente inicialmente da implantação da média siderurgia em grande escala a partir dos anos 20. Mais tarde, os esforços das elites mineiras no sentido de industrializar Minas Gerais tomam vulto e assumem a forma de um projeto político com a criação do distrito industrial no município de Contagem, conforme o decreto lei n.º 778 de 20 de março de 1941 (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 125).

A partir de 1955 houve uma destruição violenta do Patrimônio Cultural, não só em Contagem-Sede, mas também em regiões próximas, como Betim e Esmeraldas (CAMPOS, ANASTASIA, 1991). "Entre 1955 e 1976 se efetivou a grande transformação da imagem da cidade, data de então a demolição da Igreja Matriz São Gonçalo (1969), da capela do Rosário (1973) e, ainda, da maioria das residências antigas" (CAMPOS; ANASTASIA ,1991, p. 133).

Segundo Ramos (2017), a demolição da Igreja do Rosário gerou protestos por parte da comunidade de Contagem e é a primeira manifestação de que se têm notícias no que tange à preservação dos bens culturais da cidade. Ao nosso ver, esse protesto se relaciona com a luta pela memória, pois a demolição da Igreja implicaria também no apagamento da memória que ela suscitava.

Parte da construção da Igreja Matriz de São Gonçalo foi demolida. Nesse contexto de destruição do Patrimônio Cultural e de uma nova reorganização do espaço é que a Cidade Industrial foi construída em Contagem. Ramos (2017) nos lembra que "quando a cidade se desenvolveu industrialmente, a 'beleza' de seu passado histórico passou a representar um retrocesso, uma imagem provinciana que comunicava uma existência rural, arcaica, que não interessava naquele momento" (p. 105).

Figura 1 – Igreja do Rosário – Data provável da fotografia: década de 1920

Fonte: Contagem no tempo (2017)[4].

O marco histórico que insere Contagem na industrialização é a construção da Cidade Industrial:

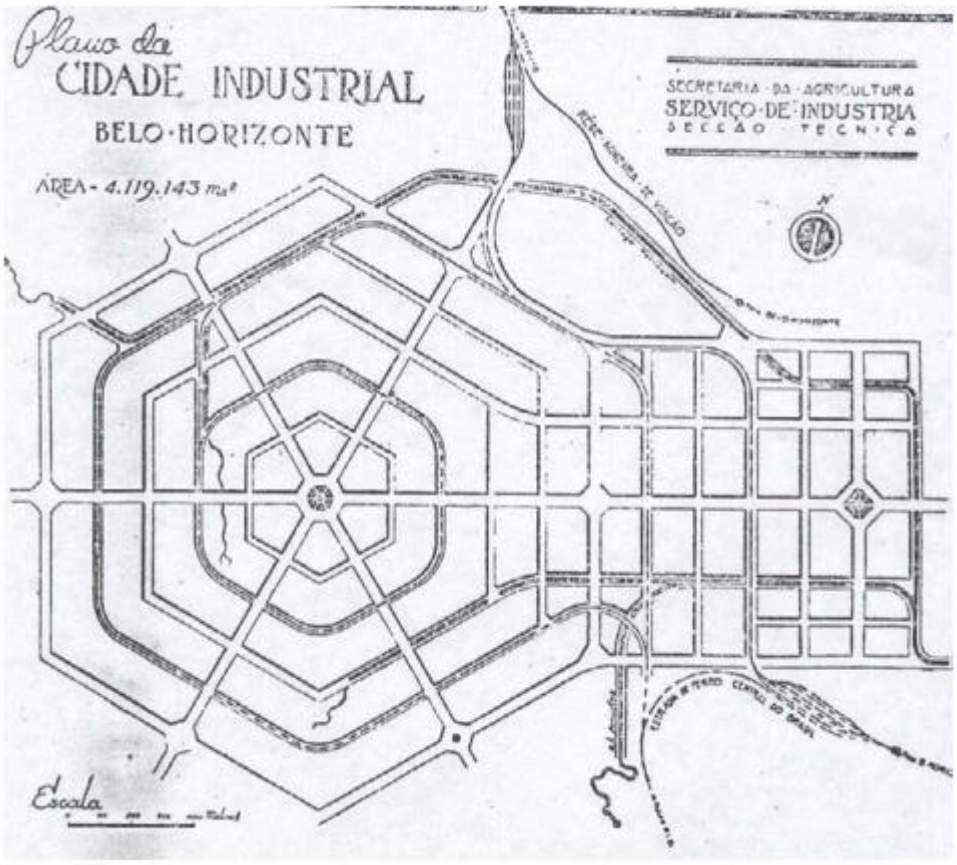
> Em 1941, o governador Israel Pinheiro inaugurou o sistema de distritos industriais que seria gradualmente construído em Minas Gerais ao longo das décadas seguintes. A criação do Parque Industrial, mais tarde denominado Cidade Industrial, em Contagem, foi a primeira e principal medida resultante desta nova política. A região foi escolhida por ser vizinha da capital, por apresentar um relevo suave e ter boas condições de acesso às estradas que ligam Minas Gerais ao Rio de Janeiro (445 km) e a São Paulo (600 km). Além disso, tratava-se, à época, de uma área pouco habitada, com vastas extensões de terrenos que poderiam ser adquiridos dos fazendeiros endividados. Finalmente, a escolha pouparia Belo Horizonte, considerada a "Cidade Jardim" do Estado (CONTAGEM, 2019).

A Cidade Industrial Juventino Dias, como foi chamada, foi instituída pelos Decretos-Lei 770, de 20 de março de 1941, e 778, de 19 de junho de 1941. Todavia, ela só passaria a existir de fato a partir da década de 1950 (CONTAGEM, 2019).

[4] http://www.contagemnotempo.com.br/igreja-do-rosario-data-provavel-decada-de-20/.

"O Planejamento da Cidade Industrial ficou a cargo de órgãos estaduais. O traçado hexagonal foi associado à cidade de Camberra, capital da Austrália (de acordo com a tradição oral)" (PREFEITURA DE CONTAGEM, 2011, p. 21). A Cidade Industrial Juventino Dias alterou drasticamente o vetor de desenvolvimento de Contagem (RAMOS, 2017).

Figura 2 – Plano da Cidade Industrial com traçado hexagonal



Fonte: Andrade, 2015, p. 9.

Em 1966, a Cidade Industrial já estava com sua capacidade praticamente esgotada. Em 1970, novamente por iniciativa do poder público, foi iniciada uma nova expansão industrial em Minas Gerais. Mais uma vez o local escolhido foi em Contagem. Por força da Lei Municipal n.º 911 de 1970 foi implantado o Centro Industrial de Contagem – Cinco. O auge da produção industrial em Contagem ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 (CONTAGEM, 2019).

A modernidade, sob a égide da industrialização, "justificou" a devastação dos bens culturais em Contagem. Essa ação violenta de aniquilação do Patrimônio Cultural

não considerou que "a dinâmica destruição dos bens culturais facilita a perda da identidade histórica" (CAMPOS, ANASTASIA, 1991, p. 133). Ramos (2017), ao analisar o município de Contagem nas últimas três décadas, constata o relativo abandono dos espaços públicos urbanos da cidade entre o período em que o município se desenvolvia economicamente sob o advento da Cidade Industrial até a retomada do uso desses espaços, a partir de meados da década de 1990.

Um acontecimento de grande importância que também marcou a história da cidade foi a greve dos metalúrgicos em 1968 no contexto da ditadura militar. A primeira grande mobilização sindical do Brasil durante a ditadura militar aconteceu em Contagem. "A greve começou no dia 16 de abril de 1968, em uma seção da Companhia Belgo Mineira, e atingiu 1.200 operários. O movimento ganhou rapidamente o conjunto dos trabalhadores e adotou como forma de pressão a ocupação da fábrica" (PREFEITURA DE CONTAGEM, 2011, p. 27). De acordo com Buonicore (2006), neste período histórico, a cidade de Contagem era um dos principais centros industriais de Minas Gerais, e possuía aproximadamente 28 mil habitantes, dos quais mais de 18 mil eram operários que trabalhavam e viviam no seu cinturão industrial.

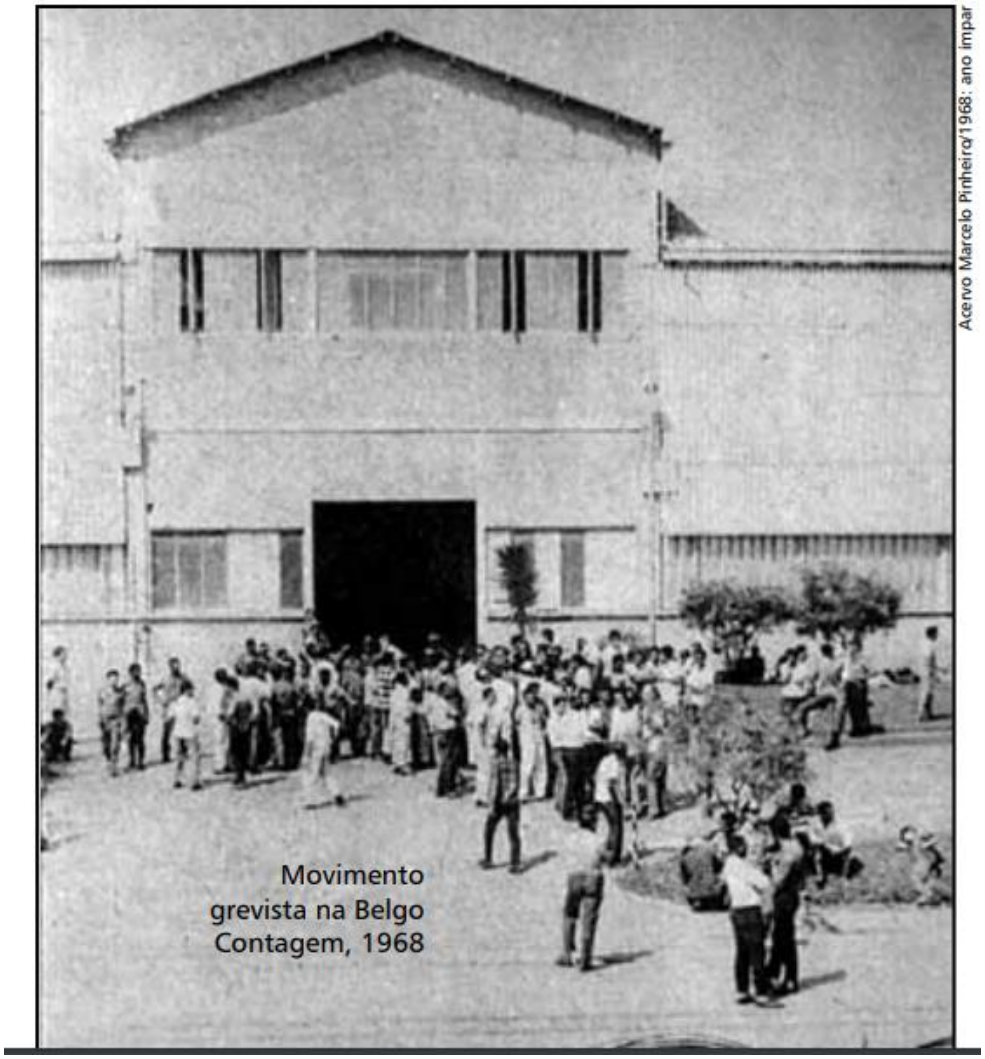
Figura 3 – Metalúrgicos em greve na Cidade Industrial

Metalúrgicos da Belgo-Mineira, MG. Abril de 1968. Apesp/Fundo Última Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 50.

Fonte: Contagem no tempo, 2016[5].

[5] http://www.contagemnotempo.com.br/?s=metal%C3%BArgicos+em+greve.

Figura 4 – Movimento Grevista na Belgo Mineira, 1968



Fonte: Contagem no tempo, 2016[6].

Os operários da Cidade Industrial que aderiram à greve reivindicavam aumento salarial e melhores condições de trabalho (GROSSI, 1979). A greve foi reprimida pelos militares, o que forçou os trabalhadores a, gradativamente, abandonar o movimento; mas a greve já havia ganhado repercussão nacional. No dia 1.º de maio de 1968, com os trabalhadores ainda em greve, o então presidente Costa e Silva autorizou o reajuste salarial, pondo fim ao movimento (CONTAGEM, 2019). A história de luta e resistência desses trabalhadores em um contexto antidemocrático fez com que:

[6] https://www.contagemnotempo.com.br/greve-dos-metalurgicos-1968-cidade-industrial/

> A partir de 1976, a Arquidiocese de Belo Horizonte passasse a realizar na Praça da Cemig, em Contagem, a Missa do Trabalhador, com a participação das pastorais sociais. Em 2007 completaram-se 31 anos da tradicional celebração, que leva centenas de fiéis à Praça da Cemig, para rezar e pedir melhores oportunidades de trabalho. Com o passar dos anos o evento passou a ter a participação de sindicalistas de diversas categorias profissionais, que junto com a missa realizam ato público em defesa de suas bandeiras de lutas (CONTAGEM, 2019).

O Atlas Escolar da Prefeitura de Contagem enfatiza como é importante recuperar a memória da industrialização em Contagem, pois observa-se como o vínculo estritamente profissional entre fábrica e operário se reflete hoje na dinâmica urbana da Cidade Industrial. Isso se confirma pela ausência de indicações pelos moradores de estruturas arquitetônicas que representam a história da região (PREFEITURA DE CONTAGEM, 2009). De acordo com Ramos (2017, p. 167), "o patrimônio industrial, hoje em processo de valorização museal, é uma destas 'novas' vertentes de democratização, em Contagem, simbolizado principalmente pela criação do Centro de Memória dos Trabalhadores e da Indústria de Contagem".

Hoje Contagem se apresenta como moderna e progressista, sendo a terceira cidade mais rica do Estado de Minas Gerais. Marcada por uma história de mais de trezentos anos, a cidade de Contagem possui um Patrimônio Cultural que agora coexiste com a nova geografia e modernidade da cidade. O espaço transformou-se, e, nessa direção, os modos de vida da população, os hábitos e valores. Assim, o sentimento de pertencimento à cidade se pulveriza e se fragiliza, enfraquecendo as identidades culturais. Nesse sentido, a Educação Patrimonial emerge como uma importante estratégia para "lembrar" a história da cidade e dos contagenses por meio do Patrimônio Cultural, fazendo com que as identidades culturais presentes neste espaço se reconheçam e se fortaleçam, gerando um sentimento de pertencimento e empoderamento identitário na população.

1.5 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CONTAGEM: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Para identificar os lugares de memória escolhidos pelo Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" para contar a história de Contagem, julgamos ser essencial buscar as referências culturais da cidade, pois o Patrimônio constitui-se na

história e memória da localidade, que, por sua vez, deixam no patrimônio os vestígios do tempo.

A seguir, apresentamos alguns bens culturais do Patrimônio Cultural de Contagem que foram tombados e registrados, mas é importante lembrar que não só os bens tombados ou registrados constituem o Patrimônio Cultural de um lugar.

O tombamento, o registro e o inventário constituem-se como medidas de salvaguarda do Patrimônio Cultural. Os bens culturais listados a seguir são os que constam no site da Prefeitura de Contagem[7].

Ruínas da Fazenda Vista Alegre

A Fazenda Vista Alegre foi uma edificação rural construída no século XVIII para ser utilizada como sede da fazenda do Coronel João Teixeira Camargos. Em sua área, havia intensa produção de farinha de mandioca e polvilho, comercializados em Contagem e Belo Horizonte. As ruínas da Fazenda Vista Alegre preservam a memória agropastoril de Contagem. A Fazenda foi tombada pelo Decreto 10.460 de 2.000 (CONTAGEM, 2019).

Figura 5 – Ruínas da Fazenda Vista Alegre

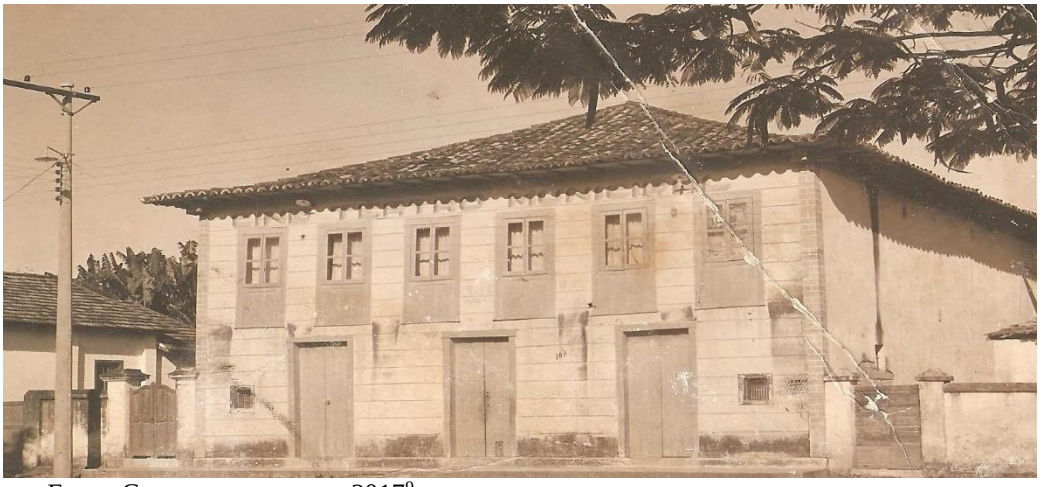
Fonte: Contagem, 2019.[8]

[7] http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio_historico
[8] http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio_historico&artigo=285094.

Cine Teatro Municipal de Contagem

O Cine Teatro Municipal de Contagem foi construído em mutirão pela comunidade no século XIX. No ano de 1964, a construção foi demolida e um novo teatro foi construído em estilo que, à época, foi considerado tecnicamente avançado. Em 2001, foi tombado pelo Decreto 10.806 (CONTAGEM, 2019). Pela linha do tempo, podemos observar as modificações que foram realizadas no Teatro Municipal.

Figura 6 – Cine teatro Municipal de Contagem em 1950



Fonte: Contagem no tempo, 2017[9].

Figura 7 – Cine teatro Municipal de Contagem na década de 1960

Fonte: Contagem no tempo, 2017[10].

[9] http://www.contagemnotempo.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Cine-Teatro-Municipal-1950-1.jpg
[10] http://www.contagemnotempo.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Cine-Teatro-Municipal-1950-1.jpg

Figura 8 – Cine Teatro Municipal na década de 1970

Fonte: Contagem no tempo, 2017[11].

Figura 9 – Cine Teatro Municipal em 2010

Fonte: Contagem no tempo, 2017[12].

[11] http://www.contagemnotempo.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Cine-Teatro-Municipal-1950-1.jpg
[12] http://www.contagemnotempo.com.br/cine-teatro-municipal-fotos-da-decada-de-50-70-2010-e-atual/

Figura 10 – Cine Teatro Municipal em 2020

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

Igreja São Gonçalo

A Igreja Matriz de São Gonçalo sofreu várias intervenções na sua estrutura ao longo dos tempos. Os primeiros registros sobre a Capela de São Gonçalo datam de 1725. No ano de 1825, foi substituída por uma edificação mais suntuosa. Em 1854, foi elevada à condição de matriz, separando-se da Paróquia Boa Viagem, no Curral del Rei. A Igreja possui imaginária em madeira e o retábulo em estilo Rococó. Também possui seis imagens do período colonial, a saber: São Gonçalo do Amarante, Nosso Senhor dos Passos, Nosso Senhor Morto, Nossa Senhora das Dores, Santa Luzia e Santa Helena (CONTAGEM, 2019).

Figura 11 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1920

Fonte: Contagem no tempo, 2016[13].

Figura 12 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1940

Fonte: Contagem no tempo, 2016.

[13] http://www.contagemnotempo.com.br/igreja-matriz-sao-goncalo-especial-evolucao-em-varias-fotos-decada-de-20-ate-os-dias-atuais/

Figura 13 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1950

Fonte: Contagem no tempo, 2016.

Figura 14 – Igreja Matriz de São Gonçalo na década de 1970

Fonte: Contagem no tempo, 2016.

Figura 15 – Igreja São Gonçalo na década de 1990

Fonte: Contagem no tempo, 2016.

Figura 16 – Igreja São Gonçalo em 2020

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

Espaço Popular

O espaço popular é anexo à Igreja Matriz de São Gonçalo. Anfiteatro ao ar livre, foi projetado pelo arquiteto Gustavo Penna em conceito que evoca as antigas ágoras gregas. Tem capacidade para aproximadamente 15 mil pessoas. Foi inaugurado em 1985 e tombado pelo Decreto 10.695, de 6 de dezembro de 2000 (CONTAGEM, 2019).

Figura 17 – Espaço Popular

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

Comunidade Negra dos Arturos

Em 28 de maio de 2014, a comunidade dos Arturos foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Patrimônio – CONEP, como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2015). De acordo com Ramos (2017), Minas Gerais registrou os Arturos nas categorias “lugares e celebrações”, enquanto Contagem os registrou apenas na categoria “lugares” (p.166).

Uma questão levantada por Costa (2013) é o fato de a comunidade dos Arturos não ser uma comunidade quilombola. A autora afirma que "os Arturos não são remanescentes de quilombos, por mais que o modelo de resistência dos quilombos e a memória combativa do negro quilombola possam ser vistos em seus cantos" (COSTA, 2013, p. 28). Para embasar essa afirmação, Costa se baseia na seguinte hipótese:

> A hipótese mais merecedora de crédito é aquela contada pelos filhos de Arthur, de que a origem da Comunidade se baseou na organização familiar, com a passagem do patrimônio material, cultural e religioso de uma geração para outra. Outro fator que fez com que os autores chegassem a esta conclusão foi a não presença de nenhuma história de quilombo na memória dos Arturos contemporâneos. Tendo tradicionalmente a oralidade como veículo transmissor do conhecimento de uma geração a outra, a reconstituição memorialística feita pelos filhos de Arthur Camilo aponta para uma origem realmente familiar da comunidade (COSTA, 2013, p. 36).

A partir da pesquisa de Costa (2013) sobre os Arturos, podemos observar que ainda existem muitas construções sobre a história e sobre o Patrimônio Cultural que ainda precisam ser debatidas. Comumente, associamos os Arturos como uma comunidade quilombola, o que é desconstruído pela autora.

Figura 18 – Comunidade Negra dos Arturos

Fonte: IEPHA, 2014.

Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho

Conhecidas como casa rosa, amarela e azul, o Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho é um conjunto arquitetônico formado por dois casarões de tipologia colonial (Casa Amarela e Casa Rosa) remanescentes do século XIX; e um casarão em estilo eclético (Casa Azul), construído no início do século XX (por volta de 1936). Espólio da Família do Sr. Randolfo Rocha, funcionavam em suas dependências um botequim, uma barbearia, uma venda e um açougue. Foram restaurados em 1998 e tombados conforme o Decreto 9.987, de 31 de março do mesmo ano (CONTAGEM, 2019).

Figura 19 – Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

Casa de Cacos

> Ao visitar a casa, em 1976, o ex-presidente Juscelino Kubitschek escreveu: "*Meu caro amigo Carlos, ao visitar a sua Casa de Cacos, quando aí passei, galvanizou-me o coração sentimental e a alma tornou-se imensamente inefável pela elevada beleza inaudita que veio estuar-me e encantar-me, deixando-me profundamente sensibilizado*" (CONTAGEM, 2019).

Localizada no bairro Bernardo Monteiro, a Casa de Cacos foi construída a partir de 1963 pelo geólogo Carlos Luís de Almeida, até sua morte em 1989. A casa é feita com mosaico de louça e cerâmica. Em 1991, a Casa de Cacos foi adquirida pela Prefeitura de Contagem, e no ano 2000 foi tombada pelo decreto 10.445 (CONTAGEM, 2019).

Figura 20 – Casa de Cacos

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

Chaminés da Itaú

São quatro chaminés que têm entre cinquenta e sessenta metros de altura. Foram construídas nas décadas de 1940, 1950 e 1960 do século XX na Companhia de Cimento Portland Itaú – primeira fábrica instalada na Cidade Industrial. A fábrica foi desativada na década de 1970, depois de intensas mobilizações populares contra a poluição. Em 1998, foi demolida para a construção de um shopping, o Itaú Power Center.

Mesmo com a demolição da fábrica, foram preservadas as chaminés e o prédio administrativo que abrigava os escritórios da fábrica e que apresenta estilo eclético no qual se mesclam traços do art déco e do neoclássico. Essas peças foram tombadas pelo Decreto 10.186, de 17 de junho de 1999. As chaminés são uma referência à memória do trabalho em Contagem (CONTAGEM, 2019).

Figura 21 – Chaminés da Itaú

Fonte: Francilene Ramos, 2019.

Conjunto Arquitetônico da Prefeitura Municipal (Prefeitura, Praça Presidente Tancredo Neves e Capela de Santa Helena)

O conjunto é formado pelo prédio construído na década de 1950 para abrigar o Seminário São José da Ordem dos Carmelitas, pela Praça Tancredo Neves e pela Capela Santa Helena. Em 1969, o prédio passou a sediar a Escola de Engenharia da Fundação da Universidade de Minas Gerais. Em 1985, tornou-se sede da Administração Municipal.

A Capela de Santa Helena foi construída em 1868 em estilo barroco. Foi demolida em meados da década de 1940 do século XX e reconstruída em estilo eclético, lembrando a arquitetura românica. A Praça Tancredo Neves foi construída em 1991, com uma área de lazer com 20.000 metros quadrados, arborização, *playground*, quadras poliesportivas, coreto, pista de caminhada e skate. O conjunto foi tombado pelo Decreto 190 de 22 de setembro de 2005 (CONTAGEM, 2019).

Figura 22 – Capela Santa Helena

Capela Santa Helena – Foto: Ronaldo Leandro
Fonte: Contagem, 2019.

Figura 23 – Prefeitura de Contagem

Prefeitura Municipal de Contagem – Foto: Ronaldo Leandro
Fonte: Contagem, 2019.

Figura 24 – Praça Presidente Tancredo Neves

Praça Presidente Tancredo Neves – Foto: Ronaldo Leandro
Fonte: Contagem, 2019.

Casa da Cultura Nair Mendes Moreira

Edificação construída no século XVIII, tradicionalmente conhecida como "Casa do Registro", é considerada a casa mais antiga da cidade e um dos núcleos de origem da antiga "Contagem das Abóboras". Em 2007, foi reconhecida pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como primeiro museu de Contagem. A construção simboliza o "posto de registro" instalado na região das Abóboras por volta de 1716. Foi restaurada em 1991 e tombada pelo Decreto 10.060 de 14 de dezembro de 1998 (CONTAGEM, 2019).

Figura 25 – Casa da Cultura Nair Mendes Moreira

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges

A capela foi construída em regime de mutirão pela população e inaugurada em 1943. Além do valor simbólico para a comunidade, sua preservação é motivada pelos vitrais com representação de cenas bíblicas em suas paredes laterais e fachadas. O forro da nave é decorado com cenas das aparições de Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora Aparecida. Os vitrais foram confeccionados em vidro italiano pela Casa Conrado de São Paulo. Tombada conforme o Decreto 10.446, de 14 de abril de 2000 (CONTAGEM, 2019).

Figura 26 – Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

Capela São Domingos de Gusmão

Foi construída em regime de mutirão pela comunidade na década de 1960 do século XX, e sua história se confunde com o processo de ocupação da região. O estilo arquitetônico remete às igrejas jesuíticas do século XVIII. Foi restaurada e reinaugurada em agosto de 2005 graças ao empenho da comunidade (CONTAGEM, 2019).

Figura 27 – Capela São Domingos de Gusmão

Fonte: Ipatrimônio, 2019[14].

[14] http://www.ipatrimonio.org/contagem-capela-de-sao-domingos-de-gusmao/#!/map=38329&loc=-19.83646499999999,-44.146707,17

Parque Gentil Diniz

O Parque Gentil Diniz, inaugurado em junho de 1991, possui uma área de 24.000 m^2, e conserva um casarão com estrutura de pau a pique em estilo colonial do século XIX. O casarão foi tombado pelo Decreto 9.886 de 1998 pelo Conselho de Patrimônio histórico e Cultural de Contagem pela sua importância histórico-cultural. No parque, funciona o Centro de Educação Ambiental Vargem das Flores, espaço onde se reúne mensalmente o Conselho de Meio Ambiente de Contagem e que também é utilizado para realização das atividades de conscientização da comunidade e visitantes. Na área do Parque Gentil Diniz, encontram-se exemplares do cerrado, Mata Atlântica e espécies frutíferas. Cerca de 80% de seu terreno é coberto por árvores, como as jabuticabeiras, símbolo da cidade, mangueiras, goiabeiras e jambeiros centenários. Também são encontradas várias espécies de animais, como mico-estrela e o caxinguelê; e ainda nascentes do Córrego das Acácias, que contribui para a represa de Vargem das Flores (CONTAGEM, 2019).

Figura 28 – Parque Gentil Diniz

Parque Gentil Diniz – Foto: Elias Ramos
Fonte: Contagem, 2019[15].

[15] http://www.contagem.mg.gov.br/?materia=397786#prettyPhoto

2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL "POR DENTRO DA HISTÓRIA"

Neste capítulo, abordamos a Educação Patrimonial em Contagem, apresentamos o Programa de Educação Patrimonial "Por dentro da História" e os personagens que compõem a Turma do Contagito. Para uma melhor compreensão e contextualização dessa proposta de educação, realizamos uma breve discussão e problematização sobre o que é Educação Patrimonial e os referenciais que contribuíram para embasar o campo no Brasil.

2.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA METODOLOGIA OU CAMPO DE PRÁTICAS, DE MEDIAÇÕES E AÇÕES EDUCATIVAS DIVERSAS?

No Brasil, a introdução do termo Educação Patrimonial como metodologia inspirada no modelo da Heritage Education, desenvolvido na Inglaterra, ocorre no 1.º Seminário sobre o "Uso Educacional de Museus e Monumentos", realizado no Museu Imperial no Rio de Janeiro em 1983 (IPHAN, 2014). O evento foi organizado pela museóloga e então diretora deste museu, Maria de Lourdes Parreiras Horta, e reuniu especialistas de várias áreas de formação e atuação de diversas regiões do Brasil (SIVIERO, 2015). Porém, esse momento não pode ser considerado como marco zero da Educação Patrimonial no Brasil, pois, já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens (IPHAN, 2014). Chagas (2006) entende que:

> [...] a tentativa de estabelecer um marco zero para a "educação patrimonial", fixando uma data de nascimento (1983), uma cidade (Petrópolis), um museu e uma determinada maternidade ou paternidade, não tem respaldo no cotidiano dos praticantes da assim chamada "Educação Patrimonial". O seu vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação. De outro modo: a expressão em análise constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum ator, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular (CHAGAS, 2006, p. 5).

No entendimento de Silva (2018), mesmo que o termo Educação Patrimonial tenha sido utilizado só no final de 1980, ele assumiu a função de enquadramento das memórias nacionais (POLLAK, 1989) como elemento mais substantivo de suas intervenções. “Educar para o patrimônio converteu-se, por algumas décadas, em estratégia fundamental para a unidade da nação e para sua própria produção” (SILVA, 2018, p. 5).

Em 1999, é lançado e publicado o Guia de Educação Patrimonial, produzido por Maria de Lourdes Parreira Horta e outros autores. Esse material, de acordo com Demarchi (2018), pode ser considerado um desdobramento do 1.º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos” e configurou-se como um norteador das práticas educativas no Brasil pelo seu caráter pedagógico e de fácil linguagem e acesso.

Esse guia vem sendo seguido por muitos profissionais para a prática da Educação Patrimonial, mas hoje o material tem sofrido várias críticas por apresentar a Educação Patrimonial como uma proposta que apresenta uma única metodologia. Alguns pesquisadores acreditam que “metodologias” poderia ser mais apropriado quando tratamos da Educação Patrimonial. Cléo Oliveira (2011) critica o guia, pois acredita que ele enquadra a educação patrimonial como uma “metodologia específica”, ao que propõe que deve ser mais do que isso, seja “uma ação que dispõe de várias metodologias para atingir seus propósitos” (OLIVEIRA, 2011 apud DEMARCHI, 2016, p. 273).

A proposta da Educação Patrimonial como uma única metodologia apresentada no Guia Básico de Educação Patrimonial fez com que vários praticantes desse tipo de educação recusassem o termo, gerando fragmentação da expressão e agregando outras terminologias: educação museal, educação para o patrimônio e outros; mas é importante lembrar que:

> Embora com diferentes nomes, a perspectiva não deixou de ser comum, ou seja, de um trabalho educativo voltado à mobilização de saberes em torno do patrimônio, memória e da herança cultural, tanto em espaços da educação formal como informal. A constituição de um arcabouço conceitual passa, assim, por superar esta dispersão e fazer convergir esforços no sentido de criar uma perspectiva epistemológica para o campo da educação patrimonial (SCIFONI, 2017, p. 6).

Além das dificuldades atuais de constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão sobre a Educação Patrimonial, Scifoni (2017) traz também alguns outros impasses sobre a Educação Patrimonial no Brasil. Um deles é a “permanência de ideias fora do tempo”, ou seja, formulações feitas no passado, que

tinham sentido frente àquelas condições históricas pretéritas, mas que são repetidas no presente, de forma acrítica, como se fossem verdades universais e inquestionáveis" (SCIFONI, 2017, p. 7). Como exemplo dessas ideias, a autora cita o jargão "Conhecer para preservar". Ela nos esclarece que:

> Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população acerca de seu patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação (SCIFONI, 217, p. 7).

No Guia Básico de Educação Patrimonial, a Educação Patrimonial é definida como "um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido" (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4); porém, na visão de Siviero, com o termo "alfabetização cultural":

> Pretende-se realizar uma ação educativa de transmissão de informações, valores e concepções de mundo de alguns "detentores de conhecimento" para aqueles que nada sabem e que devem ser conscientizados. Tal tipo de ação educativa não condiz, segundo Paulo Freire, com uma ação de conscientização e reforça a fetichização e reificação da cultura denunciada por Meneses (2000, p. 37, apud LEITE, 2007, p. 65) como fonte de alienação permanente. Para Freire, os processos de conscientização e de educação confundem-se na medida em que ambos devem ser encarados como um processo permanente de consciência-mundo e de atitude crítica dos homens em seu contexto espaço-temporal (SIVIERO, 2015, p. 97).

De acordo com Siviero (2015), a elaboração de um conceito de educação patrimonial e de suas diretrizes ocorreu, por sua vez, no II Enep, em julho de 2011. Oficialmente, o conceito foi publicado em 2014 no caderno Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos (IPHAN, 2014):

> [...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações a fim de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN, 2014, p. 19).

Scifoni (2017) atenta para o fato de que o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação. Assim, precisamos compreendê-lo "como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias" (SCIFONI, 2017, p.13). Desse modo, a Educação Patrimonial não deve ser vista como uma metodologia, mas sim como um campo de práticas e ações educativas diversas inseridas em uma dada realidade, cultura e sociedade.

A Educação Patrimonial caminha na direção de trabalhar não mais com a história e memória dos grandes homens e dos grandes feitos, mas sim com história das pessoas comuns, do cotidiano e das práticas culturais e sociais das pessoas que não estão na História e Memória Oficial. No entanto, é preciso ter em mente que a Educação Patrimonial não deve ser somente para o Patrimônio, mas, principalmente, pelo Patrimônio, ou seja, o objetivo não deve ser somente voltado para a preservação, deve-se considerar também o modo como os sujeitos, a partir das suas vivências e experiências, ressignificam o patrimônio e os sentidos que emergem dessa relação.

Para entendermos a construção de sentidos e significados pelo homem, precisamos passar pela linguagem, pois é por meio dela que o ser humano se constitui sujeito e atribui significados aos eventos, aos objetos, aos seres, tornando-se um ser histórico e cultural. Na perspectiva Vygotskyana, o significado é a estabilidade de ideias por um determinado grupo, e sua construção depende do contexto sociocultural e das situações vivenciadas. Já o sentido é o instante, não tem estabilidade, pois tem o caráter simbólico, e configura-se como mediador da relação entre o homem e o mundo, sendo um possibilitador dessa relação (COSTAS; FERREIRA, 2011).

Assim, quando discutimos o Patrimônio Cultural, sua preservação e as ressignificações que são construídas por meio dele, temos que problematizar também o valor que ele assume para os diversos sujeitos. Se para uns ele tem um valor artístico, para outros ele tem um valor histórico, e, para um terceiro, um valor religioso. Trabalhar esses valores no processo de preservação constitui então um emaranhado de representações que se combinam e se definem pelo olhar e pelos sentidos do sujeito, no tempo que não é dado, mas sim construído.

2.2 A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO PROGRAMA “POR DENTRO DA HISTÓRIA”

O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” em Contagem consolidou-se como um Programa no primeiro semestre de 2005. Anteriormente a esta data, era um projeto, que foi desenvolvido com o intuito de atender à demanda de um público que buscava informações na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem – sobre a história do município (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009).

A Casa de Cultura Nair Mendes Moreira foi o lugar que o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” emergiu como parte de uma política pública voltada para o Patrimônio Cultural. Edificação construída no século XVIII, tradicionalmente conhecida como "Casa do Registro", é considerada a casa mais antiga da cidade e um dos núcleos de origem da antiga "Contagem das Abóboras”. Foi restaurada em 1991 e tombada em 1998. Em 2007, foi reconhecida pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como primeiro museu de Contagem (CONTAGEM, 2019). Santos (2017) lembra-nos que a Casa de Cultura Nair Mendes:

> Ao longo destes anos, fez um grande esforço para estimular as visitas orientadas e também difundir seu acervo composto, além do próprio casarão, de alguns artefatos, documentos e de fotografias antigas do município. Na perspectiva do conceito de cidade educadora, procurou divulgar e existência de outros bens tombados e registrados como patrimônio cultural e incentivou o reconhecimento de outros bens culturais legitimados pelas comunidades que ainda não figuram na lista oficial protegida legalmente (SANTOS, 2017, p. 63).

As ações e atividades de Educação Patrimonial na cidade de Contagem não são uma prática recente, pois “foram iniciadas, como parte das diretrizes da política cultural do município, junto com o trabalho de identificação e proteção do Patrimônio Cultural, em meados da década de 1990 do século XX” (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 10), com a promulgação da lei de proteção do patrimônio, a Lei nº 2.842 de 29 de abril de 1996 e a criação do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem – COMPAC – com a aprovação da Lei n.º 2.961, de 11 de junho de 1997 (ANDRADE, 2015). A partir dessa Política de Gestão do Patrimônio Cultural em Contagem nos anos 1990, começa a prática do tombamento dos bens culturais materiais.

Os primeiros bens tombados foram: a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, Parque Municipal Gentil Diniz, Espaço Popular, Casa de Cacos de Louça, Matriz de São Gonçalo, Capela de Imaculada Conceição e Santa Edwiges.

Hoje, os bens culturais de Contagem tombados são: Chaminés da Itaú, Conjunto Arquitetônico da Prefeitura Municipal (Prefeitura, Praça Presidente Tancredo Neves e Capela de Santa Helena), Casa da Cultura Nair Mendes Moreira (Museu Histórico de Contagem), Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges, Capela São Domingos de Gusmão, Ruínas da Fazenda Vista Alegre, Cine Teatro Municipal, Parque Gentil Diniz, Espaço Popular, Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho, Casa de Cacos e a Comunidade Negra dos Arturos, que teve seu registro como Patrimônio Cultural imaterial.

É importante atentar para o fato de que a cidade de Contagem pode ter outros bens culturais reconhecidos pela comunidade que são constituintes do Patrimônio Cultural local, e que não foram tombados ou registrados.

Os avanços nas ações e atividades de Educação Patrimonial em Contagem permitiram assim que um projeto se transformasse em um programa. O Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" foi reconhecido em nível nacional, sendo o ganhador na categoria de Educação Patrimonial em 2008 no concurso promovido pelo IPHAN com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em dezembro de 2008, foi matéria da Revista de História n.39 da Biblioteca Nacional.

Com mais de quinze anos de atuação, o programa consolidou-se e sofreu modificações de acordo com a administração política do município. Assim, houve momentos de atuação mais sistemáticos, e momentos menos atuante. Durante esse período, o Programa de Educação Patrimonial produziu alguns materiais didáticos de auxílio ao professor e ao aluno para o desenvolvimento da Educação Patrimonial nas escolas do município. É possível observar a centralidade e a representatividade da Turma do Contagito na produção didática do programa.

A primeira edição da Revista de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" (2009) apresenta e divulga as informações referentes ao Programa, além de destacar seus objetivos, etapas e propostas futuras para o seu desenvolvimento. Os principais objetivos do Programa são:

> • desenvolver ações que permitam o acesso dos educadores, educandos e comunidade aos conceitos importantes sobre Patrimônio Cultural e sua Preservação;
> • promover o reconhecimento e a valorização por parte dos educandos, educadores e comunidade, de seu Patrimônio Cultural;
> • incentivar o trabalho transdisciplinar nas escolas a partir do tema Patrimônio Cultural;
> • sensibilizar educandos e educadores para a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural;
> • promover o desenvolvimento de projetos de leitura e interpretação de texto e imagens para educandos já alfabetizados ou em processo de alfabetização;
> • possibilitar que os educandos conheçam e reconheçam os referenciais simbólicos do patrimônio material e imaterial de Contagem;
> • fortalecer o sentimento de pertencimento à cidade por meio do conhecimento da História de Contagem;
> • valorizar e divulgar os bens e manifestações culturais da cidade (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009).

De acordo com a primeira edição da Revista do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" (2009), ele foi estruturado em onze etapas. A **primeira etapa** do programa foi o Concurso que elegeu a mascote da cidade de Contagem, que foi realizado em 2005 em várias escolas do município; a **segunda** foi a Publicação do Livro – Conhecendo Contagem com a *Turma do Contagito* em 2006; a **terceira** constituiu-se com Visitas da Turma do Contagito às escolas do município; na **quarta etapa**, houve distribuição dos livros nas escolas da Rede Municipal de Ensino. A realização do curso de iniciação à gestão do Patrimônio Cultural deu-se na **quinta etapa** do programa. A **sexta etapa** deu-se com a produção de materiais do Kit Escolar 2007. O concurso de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" foi a **sétima etapa** do Programa. A produção do DVD e CD – "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito" fazem parte da **oitava etapa** do programa. A **nona etapa** foi em 2008 com a segunda produção de materiais do kit escolar com a estampa da Turma do Contagito, de imagens e textos que trazem a história de Contagem e do seu Patrimônio Cultural. Na **décima etapa**, consolidação da Vila Contagito como Centro de Referência de Educação Patrimonial do Município. E, na **última**, ocorreu a realização dos cursos de Educação Patrimonial para professores da rede municipal de Ensino e FUNEC – Fundação de Ensino de Contagem e Educação Patrimonial/Museu do Registro para Professores da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O concurso realizado em 2005 nas escolas foi muito importante, pois foi neste momento que a cidade pôde escolher os cinco personagens que representariam a história da cidade. Os estudantes inscreveram desenhos e nomes para os personagens que remetiam à história da cidade de Contagem. Uma pré-seleção foi realizada por uma

comissão julgadora, que escolheu cinco nomes e desenhos para serem submetidos a júri popular (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009). De acordo com Santos:

> A ideia original era trabalhar apenas com um personagem, o vencedor do concurso. Como as outras mascotes também possuíam uma forte relação com elementos culturais da cidade, a equipe da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira decidiu usar os cinco personagens finalistas do concurso formando a Turma do Contagito. Os desenhos originais dos estudantes foram adaptados para a publicação posterior do livro Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito e passou a ilustrar outros materiais do Programa "Por Dentro da História" (SANTOS, 2017, p. 68).

A mascote escolhida para representar Contagem foi o Contagito, e os outros quatro personagens que também venceram o concurso foram a Faluca, Zé Gonçalo, Chami e Arturinho, que formaram a Turma do Contagito, que é constituída de uma equipe de pessoas que se vestem dos personagens e representam as mascotes.

A turma do Contagito visita as escolas, os espaços públicos da cidade com o intuito de levar um pouco da história do município por meio da educação patrimonial. Cada personagem tem uma representatividade na história do município. "Sem os personagens, criados por estudantes de Contagem, a ação educativa da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem não teria chegado aonde chegou" (SANTOS, 2017, p. 113).

O Contagito, personagem central da Turma, representa o mito da origem, do nome do arraial estar ligado à abóbora. É ele que dá voz às diferentes versões sobre o surgimento de Contagem.

A Faluca representa a jabuticaba, cuja árvore está presente no brasão do Município, e é a árvore símbolo da cidade, ainda presente em alguns quintais. Fonseca (1978) nos traz essa memória em alguns trechos colhidos das crônicas de um Frei Carmelita:

> É ainda a terra das jaboticabeiras. Em cada quintal, alinham dezenas de pés. Nos meses de setembro e outubro, são incontáveis os belorizontinos que vêm até aqui, ávidos de jaboticabas. Nas ruas, nesse tempo, ninguém tem vergonha de cuspir.... Cada pé de jaboticaba, sendo vendido ou alugado, custa 150 a 300 cruzeiros (FONSECA, 1978, p. 18).

O Zé Gonçalo tem duas representações. Ele representa os agricultores que trabalhavam nas fazendas plantando café, milho, feijão e criando gado, e também o seu nome faz uma homenagem ao santo padroeiro da Igreja Matriz – São Gonçalo do Amarante (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009).

O Arturinho representa a comunidade dos Arturos em Contagem e os escravos que povoaram o arraial.

A Chami representa as chaminés da região da Cidade Industrial e os trabalhadores da cidade. São quatro chaminés construídas nas décadas de 1940, 1950 e 1960 do século XX na Companhia de Cimento Portland Itaú – primeira fábrica instalada na Cidade Industrial. A fábrica foi desativada em 1970 depois de intensas mobilizações populares contra a poluição. Foi demolida em 1998 para a construção do Shopping Itaú Power Center, mas ficaram as chaminés e o prédio administrativo que abrigava os escritórios da fábrica e que apresenta estilo eclético, no qual se mesclam traços do art déco e do neoclássico. As chaminés têm entre cinquenta e sessenta metros de altura e são uma referência à memória do trabalho em Contagem. Foram tombadas pelo Decreto 10.186, de 17 de junho de 1999 (CONTAGEM, 2019).

Em 2007, foi realizado um concurso de Educação Patrimonial nas escolas do munícipio. Três escolas ganharam o concurso. Em primeiro lugar, foi a Escola Municipal José Silvino Diniz, com o Projeto "Heranças do madeira: o resgate da história regional". O segundo lugar foi da FUNEC – Unidade Centec com o projeto "(re)encontro, (re)conhecimentos, realiz(ação): a história de um lugar e o lugar de uma história". E o terceiro lugar ficou com o projeto "Era uma vez... por dentro da história", da Escola Municipal Virgílio de Melo Franco.

Nas etapas do Programa, é possível perceber que elas se complementam na medida em que dialogam uma com a outra no que tange aos objetivos. Percebe-se, também, na descrição das etapas, como o caráter pedagógico dos materiais é reforçado em cada uma.

Como metodologia, o programa propõe a participação social e a transdisciplinaridade. Desse modo, apresenta-se como um trabalho que foi construído coletivamente. Para isso, contou com o envolvimento da comunidade e com algumas iniciativas das escolas do município. Duas dessas iniciativas foram: concursos nas escolas para escolher as mascotes da cidade em 2005 e concurso de Projetos de Educação Patrimonial em 2007.

Em 2009, foi publicada a primeira revista do Programa "Por Dentro da História". Esse material foi extremamente importante, pois permitiu uma divulgação mais ampla do Programa no município e fora dele. As intenções, objetivos e ações do Programa também foram descritas nesse material, e outros números do periódico foram publicados até 2019, totalizando sete fascículos. Com base na leitura desse material, foi possível

compreender que o Programa tem o propósito de levar aos alunos das escolas do município não só a história local, mas também causar-lhes um sentimento de pertencimento em relação à cidade onde vivem. Além desse conhecimento da cidade a partir do Patrimônio Cultural, o programa acaba também por considerar a diversidade como propulsora da memória social.

A produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" apresenta-se como um recurso pedagógico para auxiliar os projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos nas escolas do município. Assim, o material atua como um mediador no processo de ensino e aprendizagem na Educação Patrimonial proposta pelo Programa. Entretanto, é importante ressaltar que esses materiais e as ações educativas do Programa não se restringem à escola. O Manual de Gestão Pública do Patrimônio Cultural de Contagem 2015 é um exemplo disso. Nessa publicação, podemos encontrar a Turma do Contagito apresentando os bens culturais da cidade e contando suas histórias no formato de História em Quadrinhos (HQ).

O Projeto e Programa de Educação Patrimonial, o "Por Dentro da História", tem um percurso de mais de quinze anos de ações educativas na cidade de Contagem, passando nesse período por algumas transformações, sendo que, atualmente, o Programa continua atuando.

Na página do programa no Facebook[16], é possível encontrar vários materiais educativos destinados a alunos e professores, como vídeos, atividades, revista de história em quadrinhos e outros.

O Programa também sugere para as escolas os seis passos da metodologia de Educação Patrimonial baseados no Guia Básico de Educação Patrimonial de Maria de Lourdes Parreira Horta (1999) e outros autores (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009).

Para estruturação da Produção Didática e do Programa, o "Por Dentro da História" também seguiu os passos baseados no Guia Básico de Educação Patrimonial de Horta, Grumberg e Monteiro (1999):

[16] https://pt-br.facebook.com/turmadocontagito/

> • Observação: identificação do objeto, de sua função e seu significado. Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
> • Registro: fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica. Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
> • Exploração: desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
> • Apropriação: envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem ou bens culturais.
> • Sistematização e documentação: produção de relatório ou portfólio dos resultados do trabalho ou projeto. Organização do acervo: reportagens de jornal, livros, CDs, vídeos, fotografias, etc.
> • Divulgação: publicação de material impresso (artigos, relato da experiência e ensaio) ou em audiovisual dos materiais produzidos no desenvolvimento do projeto (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL... 2009, p. 12).

Desses seis passos, os quatro primeiros podem ser identificados diretamente no Guia Básico de Educação Patrimonial, a saber: observação, registro, exploração e apropriação. Os outros dois últimos podem ser identificados de forma indireta no material.

Sobre esses passos, Demarchi (2018) acredita que, durante o processo de desenvolvimento, não houve momento para problematização do significado do Patrimônio Cultural. Imagina-se que sua preservação esteja garantida, pois "conhecido, logo, preservado" (p. 158). Assim, pretende-se que o lúdico auxilie a revelar a internalização da valorização do patrimônio realizada. Retiradas todas as marcas sociais do patrimônio cultural, resta apenas sua valorização, mas não é o que se verifica na realidade (DEMARCHI, 2018).

É preciso saber por que, mesmo sendo criticado por apresentar uma única metodologia de Educação Patrimonial, ele continua a ser muito utilizado. Sobre isso, Demarchi (2018) nos diz que esse uso pode se dar por vários motivos: pela sua chancela estatal, que lhe confere credibilidade; pela sua acessibilidade na internet, pela ausência de outras publicações, pelo seu próprio mérito, pela sua eficiência metodológica e conveniência teórica. Ele nos lembra que:

> O educador precisa ter consciência de quais são suas concepções sobre educação, patrimônio e cultura para que, assim, não adote métodos contrários às suas convicções. Nesse sentido, o Guia não deve ser descartado, mas lido e apropriado criticamente. Há muitas sugestões importantes que devem balizar as ações educativas, tais como as concepções de cultura e a de que a educação patrimonial deve ser uma prática que permita a análise crítica do patrimônio, mas é preciso pô-las em prática. Afinal, como demonstrado a partir da leitura do Guia, esses conceitos não são praticados, pois as quatro etapas metodológicas definidas não o permitem (DEMARCHI, 2018, p. 160).

Assim, a partir desses elementos teóricos conceituais, podemos estabelecer uma interlocução crítica com a metodologia de Educação Patrimonial proposta pelo Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), como também podemos utilizá-los para analisar a proposta apresentada pelo Programa "Por dentro da História". Isso nos oferece mais um elemento para analisar os materiais de auxílio ao professor e ao aluno produzidos pelo programa.

2.3 CONHECENDO A TURMA DO CONTAGITO

A Turma do Contagito é a "cara" do Programa de Educação "Por Dentro da História". Essa turma é que representa e narra a história de Contagem. As características e as formas físicas dos seus personagens contribuem para contar a história da cidade de maneira lúdica. A diversidade e vivacidade de cores também são elementos presentes nessa turma.

Figura 29 – Turma do Contagito

Fonte: Contagem no tempo, 2005[17].

[17] http://www.contagemnotempo.com.br/tag/contagito/

Escolhidos por concurso, os desenhos originais dos personagens da Turma do Contagito que venceram foram adaptados para o livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito". Assim, pelas imagens dos personagens neste material, podemos observar algumas modificações nas características estéticas dessa turma.

Zé Gonçalo

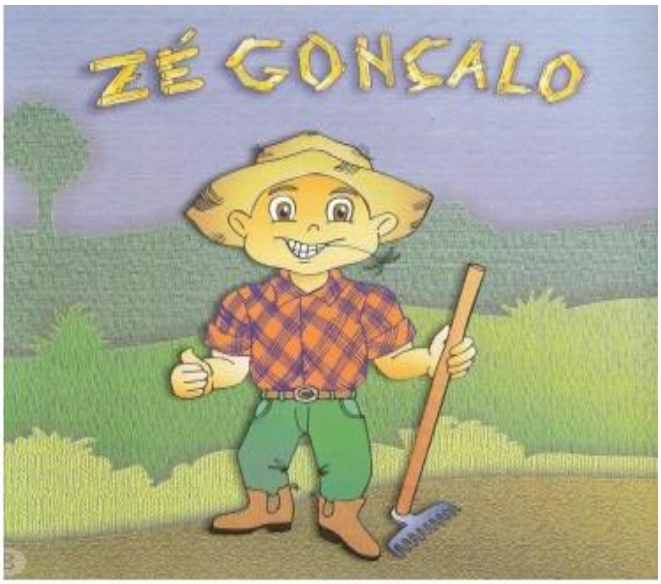
A autoria do desenho e do nome do personagem Zé Gonçalo é de Karine Steffanny Lacerda Ferreira, da Escola Municipal Sônia Braga.

As características do personagem são todas humanas. Ele é branco e de cabelos claros. Usa chapéu de palha, camisa xadrez, calça e sapatos. Tem uma aparência caipira. Representa os trabalhadores do campo e o Santo Padroeiro São Gonçalo do Amarante.

No desenho original, observa-se que o chapéu do Zé Gonçalo aparece mais alongado do que na ilustração do livro. Na ilustração, a personagem usa cinto e as calças aparecem com contornos mais definidos que no desenho original, e com cor.

Figura 30 – Desenho original do Zé Gonçalo (à esquerda)
Figura 31 – Ilustração do Zé Gonçalo no livro (à direita)

Fonte: Revista de Educação Patrimonial..., 2009, p. 13.



Fonte: Andrade, 2006, p. 8.

Tanto no desenho original como na ilustração, o personagem aparece com camisa xadrez, prevalecendo a tonalidade alaranjada. O capim entre os dentes e o instrumento nas mãos foram mantidos na ilustração.

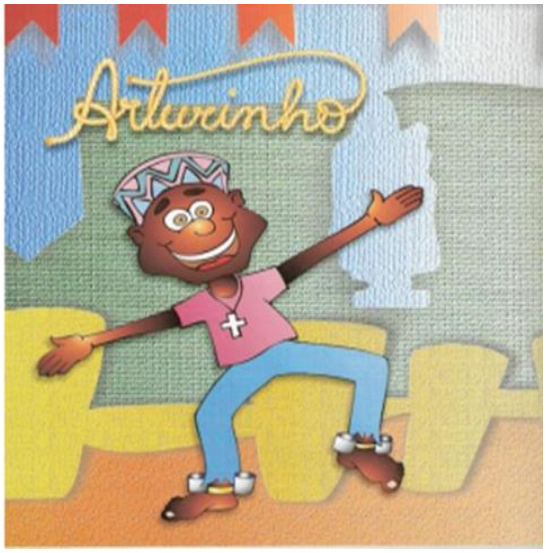
Arturinho

A autoria do desenho do personagem Arturinho é de Lucas Augusto, da Escola Municipal José Ferreira de Aguiar; e a criação do nome é da Equipe Técnica Casa da Cultura Nair Mendes. O diminutivo do nome e a aparência nos levam a pensar em um personagem mais jovem.

As características desse personagem são todas humanas. Ele é negro, de cabelos pretos, nos pés está com a gunga, aparece descalço; usa uma cruz no pescoço. O uso desse acessório – a cruz – pode significar o sincretismo religioso. Sobre o sincretismo religioso, Almeida (1971, p. 171) nos diz que "não foi apenas oriundo de pontos de contato na invocação dos santos católicos e de seus deuses, mas, também, um instrumento claro de defesa, afetando uma conversão não raro existente" (ALMEIDA, 1971 apud COSTA, 2013, p. 117).

Figura 32 – Desenho original do Arturinho (à esquerda)
Figura 33 – Ilustração do Arturinho no livro (à direita)

Fonte: Revista de Educação Patrimonial..., 2009, p. 13.



Fonte: Andrade, 2006, p. 14.

Podemos observar que, no desenho original, os olhos do Arturinho são verdes, da mesma cor que a calça, e, na ilustração do livro, os olhos são castanhos. No desenho original, o chapéu do Arturinho é de uma cor só e tem uma pontinha verde; já na ilustração, o chapéu apresenta um desenho geométrico nas cores azul e rosa; a calça é azul e a blusa é rosa. A geometria do desenho é característica da arte africana. A escolha por essas cores pode ser justificada pelo fato das cores azul e rosa terem forte simbologia no Congado. De acordo com Costa (2013):

> A escolha das cores das roupas de cada guarda segue também a lenda. Congo se veste de rosa porque foram estas as cores das rosas que usaram para enfeitar o caminho pelo qual a santa passaria saindo do mar. A saia é rodada, ampla, para facilitar os movimentos. Já os moçambiqueiros usam as cores da santa, ou seja, azul e branco, e sua saia é pouco franzida. Os símbolos condutores utilizados pelas guardas seguem também a lenda. O Congo, abridor do caminho da santa, utiliza a espada e o tambor, o mesmo utilizado para trazer a santa até a praia. O Moçambique carrega o bastão, ícone do poder, por ter conseguido resgatar a estátua (COSTA, 2013, p. 48).

Desse modo, podemos observar que a adaptação desse personagem tem propósito significativo. Desde as cores da roupa ao desenho do chapéu, os elementos que compõem a imagem do Arturinho têm forte intencionalidade.

Contagito

A autoria do desenho do Contagito é de Leonardo Beloni Rodrigues Costa, da Escola Municipal Ápio Cardoso e INECAC; e a criação do nome da personagem é de Jéssica Magda de Assis, da Escola Municipal Jenny de Andrade Faria.

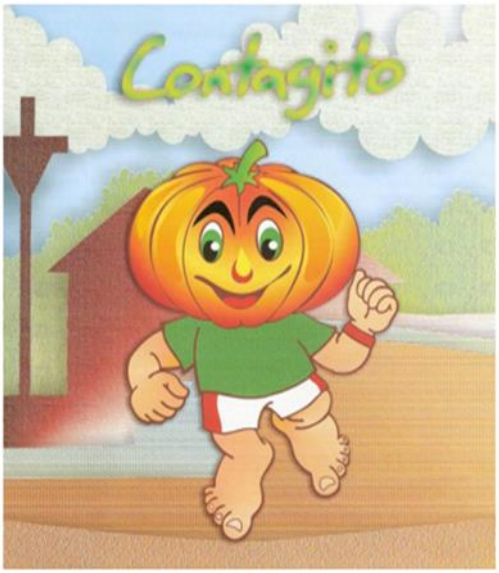
O personagem tem características humanas e não humanas. Sua cabeça é uma abóbora em referência ao mito da origem da cidade. No desenho original e na ilustração, o Contagito aparece vestido, mas está sempre descalço. Observa-se uma desproporcionalidade entre o corpo e a cabeça do personagem.

No desenho original, observa-se que os olhos do Contagito são amarelos, da cor da abóbora, e que a blusa é azul e o short é vermelho. Na ilustração, ele usa uma pulseira laranja, a blusa é verde, o short é branco com detalhes alaranjados e os olhos são verdes.

Figura 34 – Desenho original do Contagito (à esquerda)

Figura 35 – Ilustração do Contagito no livro (à direita)

Fonte: Revista de Educação Patrimonial..., 2009, p. 13.



Fonte: Andrade, 2006, p. 6.

Faluca

A autoria do desenho da Faluca é de Andrezza Morais Campos, da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida. A autoria do nome é de Ingrid Raiane Jesus Rodrigues, da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida.

A Faluca tem características humanas e não humanas. É uma jabuticaba. No desenho original, está com uma camiseta vermelha estampada com o nome da cidade de Contagem, usa um short azul com um cinto de fita vermelha; seus olhos são azuis, seu cabelo é verde com uma folhinha na parte superior, e está calçada.

Na ilustração, usa uma camiseta, uma saia e uma tornozeleira em forma de folhinhas e está descalça. A Faluca do desenho original é preta com olhos azuis; a da ilustração é roxa com olhos verdes. Na ilustração, ela traz um cesto com jabuticabas e alguns derivados da fruta, o que não se observa no desenho original.

Figura 36 – Desenho original da Faluca (à esquerda)
Figura 37 – Ilustração da Faluca no livro (à direita)

Fonte: Revista de Educação Patrimonial..., 2009, p. 13.

Fonte: Andrade, 2006, p. 12.

Chami

A autoria do desenho da Chami é de Peterson Hailander Dias Machado, da Escola Municipal Professor Domingos Diniz; e a criação do nome é de Marília Silva Xavier, da Escola Municipal Domingos Diniz Moreira.

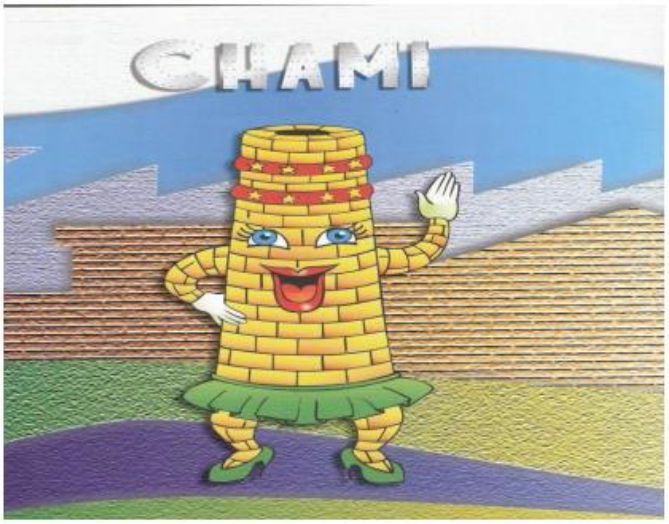
Esteticamente, tem a forma de uma chaminé, mas podemos observar também algumas características humanas. No desenho original, ela tem na cabeça duas faixas vermelhas, sendo uma com três estrelas e outra com quatro estrelas amarelas. Na ilustração, as duas faixas vermelhas têm quatro estrelas amarelas.

Observa-se também que, no desenho original, a cor dos olhos da Chami – azul – combinam com o sapato de salto azul, e, na ilustração, os olhos são azuis e os sapatos são verdes, combinando com a saia verde de babados. Na ilustração, ela também aparece

com o nariz indefinido, de luvas, e com cinco dedos; já no desenho original, a Chami tem o nariz definido e quatro dedos.

Figura 38 – Desenho original da Chami (à esquerda)
Figura 39 – Ilustração da Chami no livro (à direita)

Fonte: Revista de Educação Patrimonial..., 2009, p. 13.



Fonte: Andrade, 2006, p. 16.

3 A PRODUÇAO DIDÁTICA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”

A escassez de trabalhos produzidos sobre os usos de materiais didáticos na Educação Patrimonial coloca-nos diante de dois desafios: analisar a singularidade da produção didática do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” e apontar os elementos que permitem verificar de forma mais geral os materiais didáticos voltados para a Educação Patrimonial. Assim, ao abordarmos o tema dos materiais didáticos na Educação Patrimonial, é imprescindível passarmos não só pela análise crítica deles e problematização, mas também pela leitura, pelas suas práticas e pela maquinaria que envolve a construção do texto e dos livros.

3.1 OLHARES SOBRE A PRODUÇÃO DIDÁTICA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”

Para Bandeira (2017), o material didático é um conjunto de textos, imagens e é recebido com finalidade educativa. Desse modo, é necessário decidir sobre a adoção de um suporte em que ele pode ser veiculado. Esse suporte pode ser impresso, audiovisual ou novas tecnologias (BANDEIRA, 2017).

Chartier “defende uma vinculação entre texto e suporte que permite materializar o conteúdo, ao afirmar que o texto não existe fora dos suportes materiais que permitem sua leitura (ou sua visão) nem fora da oportunidade da qual pode ser lido (ou sua audição)” (CHARTIER, 2002, p. 61-62 apud BANDEIRA, 2017, p. 22).

Segundo Bandeira (2017), “algumas etapas são fundamentais para o desenvolvimento do material didático. A maioria das orientações indicadas para avaliar material impresso adota dois critérios”, a saber:

> 1) **Materialidade**: refere-se às características físicas do material. Determinadas por elementos como encadernação (acabamento), formato (dimensões) e tipo de papel (qualidade e especificações).
> 2) **Estrutura**: além das características que dizem respeito ao conteúdo (fundamentação teórica, metodologia, atualidade, estilo, correção, adequação à norma culta e à legislação, observância de direitos autorais e etc.), a estrutura se refere à avaliação dos elementos visuais e gráficos, tais como: texto escrito, composição visual do material com uso de recursos gráficos (fonte, tamanho, parágrafos, ícones, ilustrações, etc.) e maior eficiência com privilégio de uma abordagem dirigida ao conteúdo, combinando-se informação textual e visual (BANDEIRA, 2017, p. 64).

Desse modo, precisamos pensar o material didático nos seus diferentes suportes, os objetivos que se propõe, o contexto em que é produzido e distribuído, o público ao qual é direcionado e suas intencionalidades como um todo. Em outras palavras, precisamos compreender o seu lugar de fala, quando fala, como fala, o que fala e para quem fala.

A primeira edição da Revista de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" (2009) traz um breve histórico sobre a produção didática do Programa. Os materiais produzidos são descritos na revista como recursos pedagógicos para subsidiar os projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos nas escolas, e não como centralizadores do processo educativo. De acordo com Santos (2017):

> O processo de construção de materiais pedagógicos sobre o patrimônio cultural e a história de Contagem nasceu da inquietação da experiência de professores de história que atuavam nas escolas do município e enfrentavam com seus estudantes o dilema da identidade local e do sentimento de pertença à cidade. Outra dificuldade da prática docente era a escassez de materiais didáticos específicos sobre a história local. A partir das diretrizes do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, **a elaboração de produtos didáticos ampliou substancialmente os recursos para a prática pedagógica de professores direcionadas à educação patrimonial e estudo sobre a cidade**. Mas os desafios do trabalho educativo sobre a cidade permanecem (SANTOS, 2017, p. 105).

Com base na leitura da Revista, identificamos como produção didática do "Por Dentro da História" os seguintes materiais:

a) Livro – Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito.

b) Produção de materiais do Kit Escolar.

c) Filme "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito".

d) As músicas da Turma do Contagito.

Além desses materiais descritos na primeira edição da Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História (2009), outros materiais produzidos pela Prefeitura e pelo "Por Dentro da História" também dialogam diretamente com a temática do Patrimônio Cultural do município e contribuem para a Educação Patrimonial na cidade, a saber:

a) Mais sete edições da Revista de Educação Patrimonial "Por Dentro da História".

b) O Atlas Escolar: histórico, geográfico e cultural.

c) A Revistinha de História em Quadrinhos da Turma do Contagito.

Após a identificação da produção didática do programa, selecionamos para análise, a saber:

1) O livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito".

2) As músicas da Turma do Contagito.

3) O Filme "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito".

Para seleção dos materiais a serem analisados, foram considerados dois critérios: os materiais que dialogassem com os objetivos, com o problema de pesquisa e com o referencial teórico e o tempo destinado à pesquisa, visto que era impossível fazer uma análise sistemática de todos. Assim, era necessário realizar um recorte visando à coerência com os objetivos, o problema e o tempo.

Essa escolha se justifica pelo fato de que tanto os livros como o filme e as músicas contribuem para pensarmos a narrativa sobre a história de Contagem e de seu Patrimônio Cultural que foi construída pelos personagens que compõem a Turma do Contagito.

De forma geral, a produção didática do "Por Dentro da História" pode nos dar pistas sobre a concepção de Educação Patrimonial proposta pelo Programa, e como ela é realizada em Contagem. Assim, é preciso problematizar e analisar esses materiais a partir dos objetivos propostos neste trabalho e relacioná-los com as propostas do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", em diálogo com as referências históricas e teóricas conceituais sobre patrimônio na sua relação com a história e a memória, discutidos nos capítulos 1 e 2.

Como instrumento para a coleta de dados na produção didática, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a análise de fontes escritas e audiovisuais. Nessa etapa, realizamos a transcrição do conteúdo do livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito", do áudio das músicas do CD e das falas do filme "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito". Para organização e análise dos dados na pesquisa qualitativa, optamos por trabalhar com alguns elementos da Análise de Conteúdo e da Análise do Discurso.

No entendimento de Bardin, "a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos" (BARDIN, 1977 apud CAVALCANTE, 2014, p. 14). As fases da análise de conteúdo se organizam em torno de três polos cronológicos, a saber: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977, p. 95). A etapa da pré-análise compreende a leitura

flutuante, a constituição do corpus, a formulação e a reformulação de hipóteses ou pressupostos. Na etapa da exploração do material, o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado. A última etapa consiste no tratamento dos dados obtidos e na interpretação (CAVALCANTE, 2014).

Segundo Orlandi (2009), o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos; o discurso é efeito de sentido entre locutores, e a Análise do Discurso:

> Visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (ORLANDI, 2009, p. 26-27).

A Análise do Discurso "trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem" (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680). Nesse sentido, a ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio-histórico; e a linguagem é a materialidade do texto gerando "pistas" do sentido que o sujeito pretende dar. Assim, na análise do discurso, a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Esses ecos da memória do dizer é o Interdiscurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Sobre a diferença entre a análise de conteúdo e a análise do discurso, Orlandi nos esclarece que a análise de conteúdo procura extrair sentidos do texto, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Já a análise do discurso considera que a linguagem não é transparente, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado, e a questão que se coloca é: como este texto significa? A questão a ser respondida não é o "quê", mas "como" (ORLANDI, 2009).

Assim, a partir das referências da Análise do Discurso e da Análise de Conteúdo, podemos analisar os dados coletados da produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" em Contagem.

3.2 UMA LEITURA DO LIVRO "CONHECENDO CONTAGEM COM A TURMA DO CONTAGITO"

O livro "Conhecendo Contagem Com a Turma do Contagito", com dezoito páginas, de autoria de Noêmia Rosana de Andrade e ilustração de Joaquim de Oliveira Montiel, foi publicado no formato impresso, sendo sua primeira edição em 2006, e a segunda, em 2007.

Figura 40 – Capa do livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito"

Fonte: Revista de Educação Patrimonial..., 2009, p. 13.

A organização geral do livro é estruturada da seguinte forma: uma página é dedicada à ilustração da mascote e a outra ao texto. A obra é uma narrativa sobre a história da cidade de Contagem, e quem conta essa história para os leitores é a Turma do Contagito. Os personagens da Turma do Contagito são narradores-personagens, pois a história é escrita em primeira pessoa, e os narradores participam diretamente do enredo. O Contagito é o protagonista da história.

Na primeira edição da Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História, encontramos as informações referentes à publicação do livro. Ela nos diz que "ao final do concurso e eleição das personagens, o Programa optou por produzir um livro paradidático sobre a História de Contagem com interação dos personagens da então

formada Turma do Contagito" (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 11). Em outro momento, a revista informa que:

> Após a escolha dos personagens era necessário produzir um material gráfico que os contextualizasse. Foi produzido um livro e ele cumpre um importante papel pedagógico, incentivando a leitura do público infantojuvenil e ampliando o conhecimento sobre a história e a cultura material e imaterial do Município (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p.13).

Sobre a linguagem e o público a que o material se destina, temos a seguinte informação:

> O texto narrativo e lúdico permitiu que cada personagem se aproximasse do leitor. Cada personagem dialoga diretamente com o leitor. A linguagem foi pensada prioritariamente para o público infantojuvenil, o que a torna apropriada também para outras faixas etárias de educandos, a exemplo do público da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Como o material é um recurso didático, cabe ao educador adaptá-lo à situação e modalidade de ensino do trabalho a ser desenvolvido na escola. Pensando no público infantil, o livro foi produzido com ilustrações atrativas e coloridas. As iconografias, desenhos e mapa permitem o trabalho com educandos já alfabetizados ou em processo de alfabetização por meio da leitura de imagens (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 11).

Podemos observar nesse discurso como que a ludicidade e a linguagem contribuem para pensar o leitor esperado. Em relação à linguagem do livro, a revista afirma que ela foi pensada prioritariamente para o público infantojuvenil, e ressalta que é apropriada também para outras faixas etárias de educandos, a exemplo do público da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Depois afirma também que o livro foi pensado para o público infantil, justificando assim as ilustrações atrativas e coloridas. Assim, o público para quem o livro foi pensado não aparece de forma muito clara. Ora nos deparamos com o público infantojuvenil, ora com estudantes da EJA, ora com o público infantil.

Como é um material direcionado para estudantes de diferentes idades, não caberia a produção de um material para diferentes etapas de ensino? Ou, na impossibilidade dessa realização, o direcionamento desse material para um público mais definido, à exemplo do público infantil?

Quando apresenta os autores do livro, a revista não se refere somente aos nomes, mas também às ocupações profissionais deles: "A **professora** Noêmia Rosana de Andrade escreveu o texto e o **artista plástico** Joaquim de Oliveira Montiel ilustrou o livro

“Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito” (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 14).

A Revista chama a atenção para o uso do livro como um recurso didático, e que cabe ao educador adaptá-lo à situação e modalidade de ensino do trabalho a ser desenvolvido na escola.

A representatividade dos personagens da Turma do Contagito, a repercussão, o lançamento e a distribuição do livro são assim descritas pela Revista de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”:

> Os personagens remetem ao imaginário popular sobre a história do Município: o Contagito representa o mito da origem, do nome do arraial estar ligado à “abóbora legume”, ou a uma suposta família com sobrenome “Abóboras”; o Zé Gonçalo representa os agricultores que trabalhavam nas fazendas, plantando café, milho, feijão, criando gado e, ao mesmo tempo, o personagem homenageia o santo padroeiro da matriz – São Gonçalo do Amarante; a Faluca é uma simpática jabuticaba cuja árvore está presente no brasão do Município e é a árvore símbolo da cidade, ainda presente em alguns quintais; a Chami representa as chaminés da Cidade Industrial Juventino Dias e os trabalhadores das indústrias que ajudaram a construir a história da cidade e o Arturinho torna presente na turma a Comunidade Negra dos Arturos e os escravos que povoaram o arraial e ajudaram a construir as identidades culturais da cidade (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 14).

A Revista descreve também a repercussão do material:

> O sucesso do livro e dos personagens que, posteriormente foram transformados em bonecos de tamanho real, permitiu a veiculação da Turma do Contagito em outros materiais pedagógicos, como no caso do vídeo “Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito – o filme” e dos materiais do Kit-escolar 2007 e 2008: cadernos personalizados, agenda escolar e agenda painel. A criação das músicas e letras temas dos personagens com gravação de um CD e a consequente apresentação dos bonecos nas escolas, possibilitou um diálogo qualificado com os educadores. Os agendamentos para apresentações da Turma do Contagito só se efetivam após o desenvolvimento de um projeto de Educação Patrimonial na unidade escolar. Desta forma a Turma do Contagito se apresenta na culminância do projeto, após a contextualização dos objetivos do Programa (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 11-12).

Para o lançamento do livro “Conhecendo a Turma do Contagito”, foi realizado um evento na Casa de Cultura Nair Mendes:

> O lançamento do livro foi marcado para 9 de agosto de 2006 com um evento na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira. A tiragem inicial foi de 20.000 exemplares. O músico e educador Geraldo Amâncio criou canções para cada personagem e ensaiou as letras e coreografias com o coral Infantil da Escola Municipal Cecília Meireles. Foram confeccionadas fantasias para que atores vestissem e encenassem durante a apresentação do coral. Após o lançamento, foi organizada a semana de Educação Patrimonial, quando foram sorteadas dez escolas para visitar a Casa de Cultura e receber um Kit composto por uma pasta personalizada, um livro, uma caneta personalizada, um bloco de anotações, um adesivo e uma camiseta silkada (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 14).

Os livros foram distribuídos nas escolas municipais, estaduais e particulares, em creches e associações comunitárias. De acordo com relatos de bibliotecários, o livro tornou-se um dos mais procurados pelos estudantes. No ano de 2007 teve uma nova tiragem de 50.000 exemplares, e os livros passaram a compor o kit Escolar dos alunos da Educação Infantil, 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Fundamental das escolas da Rede Municipal de Contagem (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009).

Na apresentação do livro, intitulada "Uma Cidade Para todos", temos a informação de como a Turma do Contagito foi constituída. Os desenhos originais são mostrados, assim também como a autoria deles e dos nomes das personagens que compõem a Turma do Contagito. Nessa introdução, podemos observar, a partir da fala da prefeita Marília Campos, o propósito do livro:

> Agora, nossos novos amigos têm um grande desafio: contar a história de Contagem para todos vocês. Queremos que este livro faça parte da vida de todas as crianças, jovens e adultos de nossa cidade. Com esta publicação teremos oportunidade de viajar no tempo e observar os valores históricos e culturais do nosso município. Contagem é assim, cheia de histórias que traduzem a vida de luta e glória de um povo que trabalha e reconhece no próximo sua importância para construção de uma cidade para todos. Desejamos uma boa leitura, e que este primeiro exemplar da coleção "Por Dentro da História" faça você refletir, aprender e sonhar sobre o passado, o presente e o futuro do nosso município (ANDRADE, 2006, p.5).

No discurso da prefeita da época, Marília Campos, observamos a função da Turma do Contagito: contar a história da cidade. Sobre o livro, identificamos nos dizeres dela o objetivo do material e a repercussão que se espera dele.

Para a análise do material de acordo com os objetivos propostos, criamos as seguintes categorias de análise para o livro: 1) fatos históricos identificados na narrativa sobre a cidade de Contagem; 2) referência ao patrimônio da cidade; 3) citações sobre a questão do trabalho e 4) representatividade dos personagens.

1) Fatos históricos identificados na narrativa sobre a cidade de Contagem

Na fala do Contagito, podemos observar como ele conta sobre o surgimento de Contagem:

> **Contagito***: Lá pelo ano de 1700, o Brasil era uma colônia de Portugal e toda a nossa riqueza era também dos portugueses. O ouro era o principal objetivo dos colonizadores e ele existia em grande quantidade na região de Minas Gerais. Para cá, vinha todo tipo de pessoa em busca de riqueza. As cidades foram surgindo e crescendo em torno das lavras de ouro. Junto com os exploradores, comerciantes e funcionários da coroa Portuguesa vinham os Tropeiros, que traziam escravos e mercadoria para vender. O rei de Portugal, buscando exercer maior controle sobre o comércio, mandou construir Postos Fiscais, ao longo dos caminhos onde era feita a contagem das cargas, dos escravos e a cobrança de impostos. Um desses postos, também chamados de "Registros", foi construído numa região que, na época, era conhecida como "Região Abóboras". Quando os tropeiros saíam em viagem, vindo da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro, davam a referência: "Vamos passar no Registro das Abóboras". Pronto! O nome pegou! Era Registro das Abóboras, Contagem das Abóboras. Muita gente não gosta desse nome, alguns ainda falam de uma família que teria o sobrenome Abóboras. Outros falam do Ribeirão Abóboras, que teria sido a origem de tudo. O importante é que a Abóbora, legume da família das Corcubitácias, está presente nas histórias e os contagenses reconhecem essa ligação* (ANDRADE, 2006, p. 7).

Podemos observar na fala do Contagito que ele não diz que existem várias versões sobre o surgimento da cidade, ele apenas faz um relato superficial. Mais adiante, o Zé Gonçalo fala do Arraial surgido em torno da capela de São Gonçalo. Ao dividir a história entre os personagens, gerou-se uma fragmentação da narrativa histórica, o que dificultou o seu entendimento. Na fala do Zé Gonçalo:

> *Contagem também já foi conhecida como "São Gonçalo da Contagem" por causa do Santo Padroeiro da primeira capela do Arraial: São Gonçalo do Amarante, que foi escolhido por ser o protetor dos tropeiros. Sua imagem está no altar da atual matriz de São Gonçalo. Depois que o Registro foi fechado em 1759, o arraial de Contagem já tinha casas e fazendas. Algumas destas fazendas permanecem até hoje, entre elas, as Abóboras, a Morro Redondo, a Vista Alegre e também casarões, como o da Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, construída em pau-a-pique e considerada uma das mais antigas edificações da cidade* (ANDRADE, 2006, p. 9).

A Chami fala do desenvolvimento da cidade de Contagem e da construção da Cidade Industrial:

> *Esse arraial foi se desenvolvendo e tornou-se uma grande cidade, emancipada em 30 de agosto de 1911. A nossa Cidade Industrial, inaugurada em 1941, primeiro parque industrial planejado da América Latina, trouxe para cá muitas pessoas em busca de trabalho e de novas oportunidades. E hoje vivem aqui aproximadamente 600 mil habitantes. A cidade Industrial Juventino Dias foi construída sobre um traçado hexagonal inspirado na cidade de Camberra, capital da Austrália. O centro do hexágono é a Praça da Cemig, onde todo ano, no dia primeiro de maio, é celebrada uma missa em homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras* (ANDRADE, 2006, p.17).

É interessante a fala da Chami sobre a construção da Cidade Industrial, pois ela narra esse acontecimento como algo positivo para a cidade de Contagem e para a população. Fala da missa em homenagem aos trabalhadores, mas omite a greve dos operários em 1968, que teve repercussão nacional.

2) Referência ao Patrimônio Cultural da cidade

No que tange às referências do Patrimônio Cultural da cidade, temos as falas da Faluca, do Arturinho e da Chami.

A Faluca conta para o leitor sobre o Patrimônio Natural de Contagem:

> **Faluca***: Até há pouco tempo, Contagem era uma cidade famosa pelos seus quintais repletos de jabuticabeiras. Os donos dos quintais alugavam os pés de jabuticaba para os visitantes que vinham de Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas e outras cidades. Eles chegavam com suas famílias e passavam o dia se deliciando com o sabor da fruta doce e, quando iam embora, levavam deliciosas geleias e licores feitos pelas quitandeiras da cidade. Para muitos moradores, alugar os quintais e produzir quitandas tão requintadas significava uma renda extra. A jabuticaba tornou-se tão importante que está estampada no Brasão de Contagem, ao lado da Chaminé, outro símbolo de nossa cidade. Hoje ainda restam alguns quintais repletos de jabuticabeiras. Se você quer conhecer de perto essa árvore tão importante, visite o Parque Municipal Gentil Diniz, onde estão preservados dezenas de pés de jabuticaba. Agora que você sabe um pouco da minha história e de minha família, conto com sua ajuda na preservação desse patrimônio natural da cidade* (ANDRADE, 2006, p.13).

A Faluca chama atenção para a importância das jabuticabeiras e da preservação desse Patrimônio Natural de Contagem que está estampado no Brasão da cidade junto com as chaminés. Ela fala do período em que Contagem tinha muitas jabuticabeiras e aponta também que atualmente há poucas. A personagem faz essa constatação, mas não justifica por que e como isso ocorreu.

Arturinho conta a história da comunidade dos Arturos, tida como Patrimônio, e das manifestações culturais desse povo:

> **Arturinho***: Nossa história contada e recontada pelo mundo afora é assim: a comunidade dos Arturos é formada por uma família só, todos descendentes do senhor Artur Camilo Silvério. Somos irmãos, tios, sobrinhos, primos, filhos, cunhados, netos e bisnetos de um Arturo. Moramos e convivemos numa área próxima à Sede de contagem e guardamos no coração e na alma todas as nossas tradições, os costumes que nossos antepassados nos deixaram como herança. Dentro de nossa comunidade temos uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, santa protetora dos negros escravos e celebramos nossa fé com festas. Isso mesmo! Em maio, realizamos a Festa da Abolição e, em outubro, a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Vestimos roupas coloridas como esta que estou usando. O que vocês estão vendo nos meus tornozelos chama-se "gunga" e é um instrumento que faz som quando dançamos. Além das gungas, há outros objetos sagrados como os tambores, os bastões, o mastro e os estandartes que usamos no Congado* (ANDRADE, 2006, p. 15).

Nessa passagem da fala do Arturinho, percebemos a missão dos Arturos de guardar no coração e na alma as tradições do seu povo. Observamos também na presença das manifestações culturais dos Arturos a materialidade dos objetos, o que exemplifica a interação entre materialidade e imaterialidade do Patrimônio Cultural.

A Chami, representante das quatros chaminés da Cidade Industrial, é Patrimônio Cultural da Cidade:

> **Chami***: Nós, chaminés, somos vistas em vários pontos da cidade industrial e as maiores são as da antiga fábrica de Cimento Itaú, onde há um grande complexo comercial* (ANDRADE, 2006, p. 17).

Hoje, a presença das quatro chaminés na área externa de um Shopping Center causa um certo impacto, e fisicamente podemos sentir o contraste das chaminés em relação às construções mais modernas das lojas do Shopping.

3) Citações sobre a questão do trabalho

Podemos observar, em algumas passagens do livro, a referência aos escravos e sua relação com o trabalho e com os trabalhadores. Nas falas dos personagens, é possível identificar essa relação:

> **Zé Gonçalo**: *Mas o trabalho pesado mesmo, a maior parte do trabalho, era feita pelos escravos trazidos da África. Aqui em Contagem, viviam muitos escravos. Eles plantavam, colhiam, construíam casas, currais, cortavam lenha, abriam estradas, cozinhavam, lavavam. Ufa! Estou cansado só de falar tudo que eles faziam. Eu também trabalho pesado cuidando das roças e dos gados* (ANDRADE, 2006, p. 9).

> **Arturinho***: A cultura negra de Contagem vem de centenas de escravos africanos que já viveram e trabalharam por aqui... (*ANDRADE, 2006, p. 15).

> **Chami***: Fico pensando nos trabalhadores que construíram tudo, lutaram por melhores condições de vida, povoaram os bairros, fizeram as máquinas funcionar e até nos construíram. Puxa! Quanto trabalho!* (ANDRADE, 2006, p. 17).

Fala-se dos escravizados, dos trabalhos que eles executavam, mas não da escravidão, e nem da relação social com seus senhores e os castigos que sofriam. Há silenciamentos sobre essa memória, memória essa que podemos chamar de subterrânea (POLLAK, 1989). O que os escravos construíram é lembrado, mas as condições em que realizavam esse trabalho são omitidas.

O Arturinho fala da cultura negra e dos escravos que trabalharam em Contagem, mas não faz alusão à resistência. Foi dada voz a esse personagem, mas seu discurso é limitado, silenciado e omitido. A impressão que temos, grosso modo, é "vamos falar de coisas boas da história, as ruins ficaram no passado". Observa-se, assim, a seletividade da memória e sua intencionalidade.

4) Representatividade dos Personagens

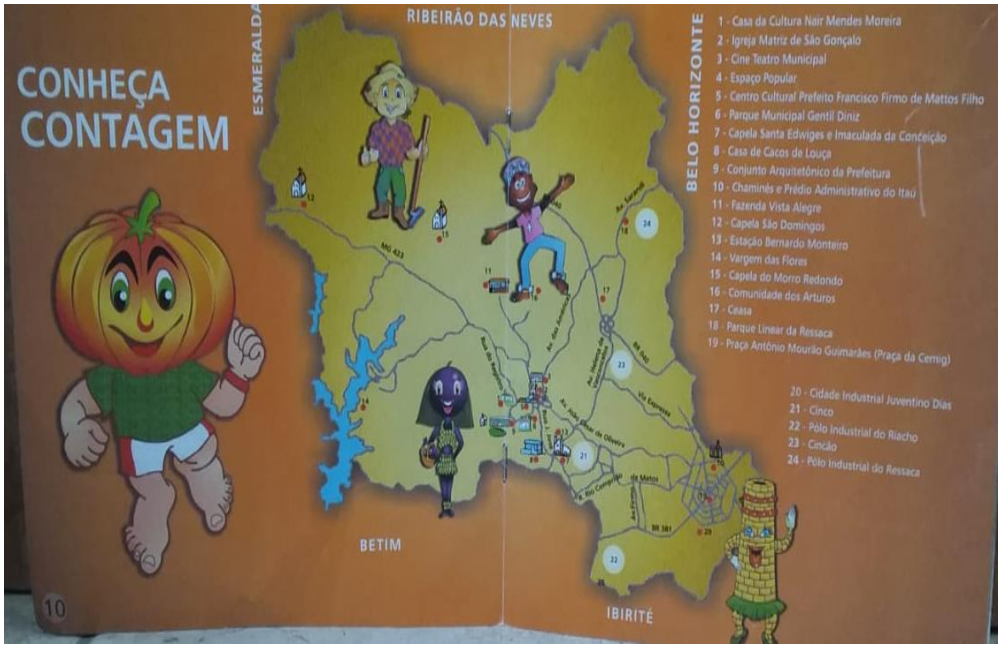
É interessante a forma como os personagens introduzem a fala. O Contagito e o Zé Gonçalo falam da sua representação e os demais só se apresentam. Observemos:

> **Contagito:** *Muitos de vocês sabem porque represento a nossa cidade. Já outros não entendem bem essa representação* (ANDRADE, 2006, p.7).
>
> **Zé Gonçalo:** *Represento os agricultores que viviam e trabalhavam na criação de gado, porcos e galinhas ou nas lavouras de café e cana-de-açúcar do antigo arraial* (ANDRADE, 2006, p. 9).
>
> **Faluca:** *Eu sou a jabuticaba Faluca e sou uma fruta muito apreciada pelos contagenses* (ANDRADE, 2006, p. 13).
>
> **Arturinho:** *Sou o Arturinho. Sou Membro da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Contagem e da Comunidade dos Arturos* (ANDRADE, 2006, p. 15).
>
> **Chami:** *Falar em trabalho é também falar das indústrias de Contagem e de mim: sou a Chami, uma chaminé muito charmosa* (ANDRADE, 2006, p. 17).

Logo após a fala do Contagito e do Zé Gonçalo que remetem à Contagem Colonial, tem-se um mapa com a indicação de alguns lugares de referência para que se conheça a cidade de Contagem. Ao todo, são vinte e quatro pontos de visitação, como podemos observar na imagem (FIGURA 41).

São descritos no mapa vinte e quatro pontos, a saber: Casa da Cultura Nair Mendes, Igreja Matriz São Gonçalo, Cine Teatro Municipal, Espaço Popular, Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho, Parque Municipal Gentil Diniz, Capela Santa Edwiges e Imaculada Conceição, Casa de Cacos de Louça, Conjunto Arquitetônico da Prefeitura, Chaminés e Prédio Administrativo Itaú, Fazenda Vista Alegre, Capela São Domingos, Estação Bernardo Monteiro, Vargem das Flores, Capela do Morro Redondo, Comunidade dos Arturos, Ceasa, Parque Linear do Ressaca, Praça Antônio Mourão Guimarães (Praça da Cemig), Cidade Industrial Juventino Dias, Cinco, Polo Industrial do Riacho, Cincão e Polo Industrial do Ressaca.

Figura 41 – Livro: Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito (p. 10-11).



Fonte: Andrade, 2006, p. 10-11.

Desses pontos citados no mapa, alguns constituem patrimônios culturais da cidade de Contagem, são eles: Casa da Cultura Nair Mendes, Igreja Matriz São Gonçalo, Cine Teatro Municipal, Espaço Popular, Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos Filho, Parque Municipal Gentil Diniz, Capela Santa Edwiges e Imaculada Conceição, Casa de Cacos de Louça, Conjunto Arquitetônico da Prefeitura, Chaminés e Prédio Administrativo Itaú, Fazenda Vista Alegre, Capela São Domingos, Comunidade dos Arturos.

3.3 UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS MATERIAIS DO LIVRO " CONHECENDO CONTAGEM COM A TURMA DO CONTAGITO"

Para a análise dos elementos materiais do livro "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito", precisamos pensar de que modo eles podem interferir na leitura que o leitor faz do livro.

As práticas de leitura modificaram-se ao longo dos tempos, passamos da leitura oral à silenciosa. Ganhamos uma liberdade em relação à leitura, na medida em que nosso corpo se tornou mais livre em relação ao ato de ler. Do rolo ao códice, do códice à tela. Todas essas transformações das práticas de leitura nos permitiram também uma

maior liberdade de transitar pelo texto, de explorá-lo, e também de imaginá-lo. Certeau (1998) nos lembra que:

> A leitura se tornou há três séculos uma obra da vista. Ela não é mais acompanhada, como antigamente, pelo ruído de uma articulação vocal nem pelo movimento de uma mastigação muscular. Ler sem pronunciar em voz alta ou meia-voz é uma experiência "moderna", desconhecida durante milênios. Antigamente, o leitor interiorizava o texto: fazia da própria voz o corpo do outro, era o seu autor. Hoje, o texto não impõe mais o seu ritmo ao assunto, não se manifesta mais pela voz do leitor. Esse recuo do corpo, condição de sua autonomia, é um distanciar-se do texto. É para o leitor o seu *habeas corpus* (CERTEAU, 1998, p. 272).

Roger Chartier, um dos grandes estudiosos da leitura, define-a como "prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações, de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros" (CHARTIER, 1990, p. 123), com o que ele mesmo justifica: " todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura" (CHARTIER, 2011, p. 20), e o leitor "é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor, como devendo ficar sujeito a um sentido único, uma compreensão correta, a uma leitura autorizada" (CHARTIER, 1990, p. 123).

Para orientar a leitura, o autor dispõe dos protocolos de leitura. "O protocolo de leitura define quais deve ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça o seu leitor ideal" (CHARTIER, 2011, p. 20). Sobre esse leitor, "autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão" (CHARTIER, 2011, p. 20). Das estratégias dos protocolos de leitura, "umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão" (CHARTIER, 1990, p. 123). Mesmo diante de uma leitura autorizada que tenta conduzir o leitor a um determinado lugar, ou a um determinado sentido, o texto:

> Só tem sentido graças a seus leitores, muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Torna-se texto somente na relação à exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de astúcias entre duas espécies de expectativas combinadas: a que organiza um espaço legível (uma literalidade) e a que organiza uma démarche necessária à efetivação da obra (uma leitura) (CERTEAU, 1998, p. 266).

Assim, “cada leitor, a partir das suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria” (CHARTIER, 2011, p. 20). Sobre o leitor, Certeau nos diz que:

> Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente, mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los (CERTEAU, 1998, p. 269-270).

Desse modo, “abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la” (CHARTIER, 1990, p. 123). “Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se diversamente nos seus leitores” (CHARTIER, 1990, p. 123).

De acordo com Chartier, é preciso separar os procedimentos de produção de textos de um lado, e os de produção de livros de outro, pois são distintos. Na produção de textos, o autor inscreve no seu texto as senhas explícitas ou implícitas, com o intuito de que ocorra uma leitura de acordo com suas intenções. As instruções dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor conduzem para uma compreensão do texto esperada pelo autor. Contudo, os protocolos de leitura que a orientam não são os únicos, os elementos tipográficos que compõem a produção do livro, tais como a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração, também devem ser considerados (CHARTIER, 2011). “Esses procedimentos de produção de livros não pertencem à escrita, mas à impressão, não são decididas pelo autor, mas pelo editor-livreiro e podem surgir leituras diferentes de um mesmo texto” (CHARTIER, 2011, p. 97). Desse modo:

> A “leitura implícita” visada pelo impressor-livreiro vem sobrepor-se, às vezes contraditoriamente, ao “leitor implícito” imaginado pelo autor. Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os “sinais” textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto (CHARTIER, 2011, p. 100).

Assim, além do texto, existem outros elementos que compõem a construção dos livros: o formato das letras, os suportes, os tamanhos, as cores, as figuras e outros.

No caso do livro “Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito”, podemos observar alguns desses elementos. As estruturas das páginas seguem a seguinte lógica: uma página é dedicada à ilustração e uma ao texto, e assim sucessivamente. A página do texto é estruturada da seguinte maneira: apresentação do personagem, sua representação, a narrativa sobre a história da cidade e a finalização.

A presença de pouco texto, de letras grandes, o contraste entre a cor de fundo e a cor da letra, a presença de figuras coloridas, são alguns elementos que contribui para pensarmos as intencionalidades e o público para que esse material foi pensado. Esses elementos interferem não só na estrutura física do material, mas também nos sentidos que o leitor vai construir da obra como um todo. Assim, a constituição de um livro nunca é neutra, ela é permeada pelas intencionalidades do autor, pelas características tipográficas. Em outras palavras, tem toda uma maquinaria por trás do texto, pois:

> Os livros não são de modo nenhum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas. Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos; os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do autor; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor. Esta distância, que constitui o espaço no qual se constrói o sentido, foi muitas vezes esquecida pelas abordagens clássicas que pensam a obra em si mesma, como um texto puro cujas formas tipográficas não têm importância, e também pela teoria da recepção que postula uma relação direta, imediata, entre o «texto» e o leitor, entre os «sinais textuais» manejados pelo autor e o «horizonte de expectativa» daqueles a quem se dirige (CHARTIER, 1990, p. 127).

A leitura pode ser orientada pelo propósito do autor e do editor, mas o leitor pode moldá-la de acordo com suas expectativas e construções mentais. O texto é mais do que palavras, é também a omissão delas, é um discurso intencional. E para a análise de materiais didáticos, podemos pautar-nos por esses elementos que estão presentes na constituição do livro e na sua organização textual.

No final do livro “ Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito”, encontra-se um glossário para que o leitor tenha o conhecimento de novas palavras. As palavras descritas no glossário são: colônia, lavras, tropeiro, postos fiscais, impostos, padroeiro, arraial, quitandeiras, brasão, irmandade, tradições, estandarte, hexágono,

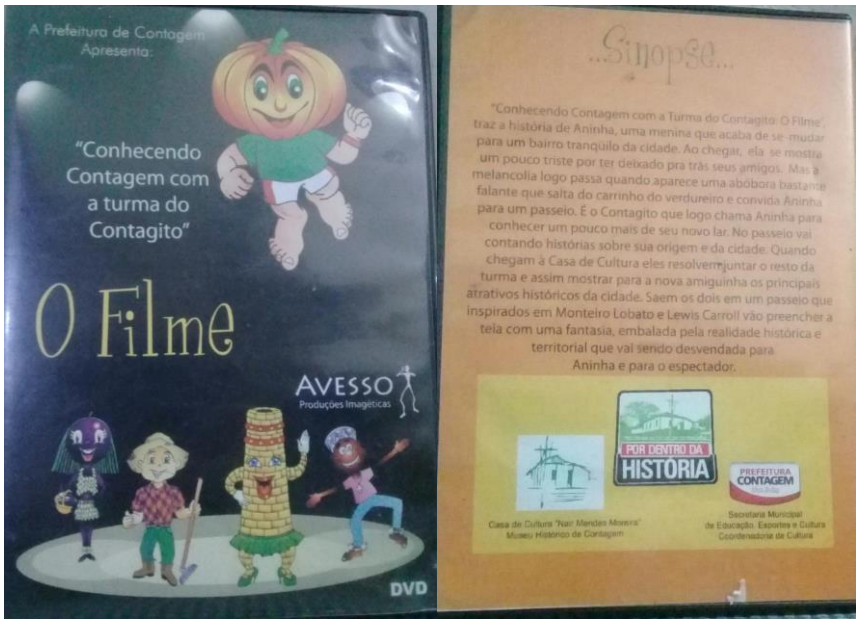
patrimônio, pau a pique, edificações, emancipação. Sem desconsiderar a intencionalidade dos produtores do material em oferecer um glossário de palavras e conceitos históricos, na sua maioria, é importante considerar que as definições desses termos pelo livro, também podem conduzir o leitor à a uma interpretação engessada cristalizada dessas palavras , o que pode influenciar na compreensão do livro como um todo.

3.4 “CONHECENDO CONTAGEM COM A TURMA DO CONTAGITO”: O FILME

O Filme “Conhecendo Contagem com a turma do Contagito”, com duração de vinte e seis minutos, foi produzido em 2007 pela Avesso Produções Imagéticas; é uma realização da Prefeitura de Contagem (Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura – Coordenadoria de Cultura), Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” e Casa de Cultura “Nair Mendes Moreira” (Museu Histórico de Contagem). Eis a sinopse do filme:

> “Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito: O Filme” traz a história de Aninha, uma menina que acaba de se mudar para um bairro tranquilo da cidade. Ao chegar, ela se mostra um pouco triste por ter deixado para trás seus amigos. Mas a melancolia logo passa quando aparece uma abóbora bastante falante que salta do carrinho do verdureiro e convida Aninha para um passeio. É o Contagito que logo chama Aninha para conhecer um pouco mais de seu novo lar. No passeio vai contando histórias sobre sua origem e a da cidade. Quando chegam à Casa de Cultura, eles resolvem juntar o resto da turma e assim mostrar para a nova amiguinha os principais atrativos históricos da cidade. Saem os dois em um passeio que inspirados em Monteiro Lobato e Lewis Carroll vão preencher a tela com uma fantasia, embalada pela realidade histórica e territorial que vai sendo desvendada para Aninha e para o espectador” (CONHECENDO..., 2007).

Figura 42 – Capa do DVD do Filme “Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito”



Fonte: CONHECENDO..., 2007.

Sobre a produção do filme e das músicas pelo Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", a Revista de Educação Patrimonial nos informa que:

> Em 2006 foi contratada uma empresa, a Avesso Filmes, para produzir um vídeo sobre a história de Contagem contada pela Turma do Contagito. Foram meses de trabalho entre pré-produção e produção, e o filme foi lançado em setembro de 2007, com uma tiragem de 2.000 cópias. Todas as escolas do município receberam um kit contendo o DVD e o CD com a trilha sonora do filme. O material constitui um **importante instrumento pedagógico** para auxiliar no desenvolvimento de atividades e projetos que focam a **diversidade cultural** da cidade. Com roteiro dinâmico e lúdico, possibilita atingir todas as modalidades e níveis de ensino. A concepção cinematográfica é neorrealista e mostra a cidade como ela é (REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..., 2009, p. 16).

A partir do exposto pela revista, nos chamou atenção o caráter pedagógico do filme e das músicas, o seu caráter de auxiliar atividades e projetos que focam a diversidade cultural da cidade, o roteiro dinâmico e lúdico, a capacidade de atingir as diversas modalidades e níveis de ensino, e a concepção cinematográfica neorrealista.

A concepção cinematográfica neorrealista teve suas origens na Itália:

> Nos anos 1940, jovens realizadores italianos criam o que viria a ser conhecido mais tarde como Neorrealismo – movimento que tinha como objetivo retratar a realidade social de uma Itália destroçada pela guerra. Seus filmes, realizados com poucos recursos técnicos e financeiros, não tinham enredo nem atores profissionais. Os cenários tanto podiam ser as plantações quanto as fábricas e/ou os locais de moradia da população mais pobre e as histórias procuravam mostrar o cotidiano daquelas famílias do modo mais "realista" possível. *Roma cidade aberta* (1945) e *Ladrão de bicicleta*, de Vitorrio de Sica (1948), são considerados os filmes mais representativos desse movimento (DUARTE, 2002, p. 30).

Porém, "o Neorrealismo não teve muito sucesso de público, mas desempenhou um papel fundamental na formação das novas gerações de cineasta e no desenvolvimento das cinematografias de países pobres" (DUARTE, 2002, p. 30). No Brasil, o neorrealismo influenciou o Cinema Novo brasileiro:

> Este modelo de cinema nascido do pós-guerra italiano, em particular seu modo de produção que se resume, *grosso modo*, a fazer cinema com nada ou quase nada e em condições adversas, usando como armas criatividade e simplicidade, tendo o homem e sua realidade como centro, a servir de inspiração para os jovens aspirantes a cineastas no Brasil, como em várias partes do mundo. Este que obteve particular êxito em território nacional, pois que se tornou o principal responsável pelo surgimento do "pré-Neo-realismo" ou o "proto-Cinema Novo" como denominado por Ismail Xavier (2001, p. 16), ou seja, o cinema realizado no Brasil por Alex Viany, Nelson Pereira dos Santos, Roberto Santos nos anos 50, que precede e origina nos anos 60 o Cinema Novo brasileiro (AUGUSTO, 2008, p. 146-147).

Esse modo de fazer cinema, com poucos recursos, e em um cenário natural, pode ser identificado no filme "Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito". As personagens andam pela cidade ao ar livre. Não observamos a presença de cenários artificiais, nem de atores reconhecidos.

É possível observar que a Turma segue um Roteiro de visitação pelos lugares de memória (Pierre Nora) da cidade. Os lugares visitados pela Turma no filme foram: Espaço Popular de Contagem, Casa da Cultura Nair Mendes/Museu, Parque Municipal Gentil Diniz, Fazenda Campo Alegre, Feira do Eldorado, Comunidade dos Arturos, Matriz São Gonçalo, Centro Cultural Francisco Firmo de Mattos, Chaminés da Antiga Fábrica Itaú, Casa de Cacos.

Durante o passeio da Turma do Contagito pela cidade, há alguns momentos em que fotografias antigas que remetem à história de Contagem são mostradas no filme, tais como as da Igreja São Gonçalo antigamente, o plano e a construção da Cidade Industrial, além de outras.

A concepção neorrealista de cinema adotada para a produção do filme, de certa forma, relaciona-se ao próprio nome da empresa que o produziu, a "Avesso Filmes". Na primeira edição da Revista de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", tem-se uma matéria de André P. Braga, da Avesso Filmes. Na ocasião, ele discute a "A Turma do Contagito e a Estética Avessal". Sobre a produção cinematográfica da Avesso, ele afirma que: "a Avesso surge exatamente com a proposta que já traz impressa em seu nome, oferecer o avesso da comunicação propagada pelos grandes instrumentos midiáticos e hegemônicos da já deveras desgastada comunicação de massas" (BRAGA, 2009, p. 19-20).

O cinema assume um grande potencial educativo na medida em que a linguagem audiovisual explorada por ele detém a capacidade de manipular as noções de tempo e espaço (BANDEIRA, 2017). É possível alterar a temporalidade, por exemplo, com efeitos de câmera lenta ou acelerada, bem como usar efeitos especiais para criar

diferentes noções de espaço de escala ou animações e simulações (BANDEIRA, 2017, p. 85). Moran, Maseto e Behrens (2001, p. 2) nos lembram que:

> A força da linguagem audiovisual está no fato de ela conseguir dizer muito mais do que captamos, de ela chegar simultaneamente por muito mais caminhos do que conscientemente percebemos e de encontrar dentro de nós uma repercussão em imagens básicas, centrais, simbólicas, arquetípicas com as quais nos identificamos ou que se relacionam conosco de alguma forma (MORAN; MASETO; BEHRENS, 2001 apud BANDEIRA, 2017, p. 84).

Desse modo, ao utilizar o cinema na educação, precisamos atentar para suas intencionalidades, seus discursos ocultos, para os ditos e os não ditos. As cores, luzes, tempos e movimentos dizem mais que a própria oralidade. Se existem as potencialidades, estão postos também os desafios de uma análise crítica e sistemática.

Para analisar o filme de acordo com os objetivos apresentados neste trabalho, optamos como categorias para análise de conteúdo: 1) os fatos históricos da cidade narrados pelos personagens, 2) a referência ao trabalho, 3) a referência ao Patrimônio Cultural e 4) a alusão à sua preservação. Para analisar, no filme, a narrativa construída sobre Contagem, selecionamos as falas das personagens que remetem às categorias de análise.

1) Fatos Históricos da cidade de Contagem narrados pelos personagens que compõem a Turma do Contagito – podem ser identificados nas falas do Contagito, do Zé Gonçalo e da Chami:

   Falas do Contagito:

   > **Contagito**: *O avô do meu avô foi um dos primeiros a chegar nessas bandas. Vinha de Portugal buscar riquezas daqui, sabe? Naquela época, tudo que importava era o ouro que eles queriam levar embora de qualquer maneira. Aqui... era por onde os tropeiros passavam, indo lá pros lados de Ouro Preto. Meu avô dizia que era lá que tinha muito ouro mesmo. Muito.... Muito....O rei de Portugal até mandou até instalar um registro. Um posto de fiscalização que era instalado ao longo dos caminhos onde se contava as mercadorias, os escravos e cobrava os impostos. Aqui era conhecido antigamente como a região das Abóboras* (CONHECENDO..., 2007).
   >
   > **Contagito***: Uai.... Antigamente, na época do ouro, os tropeiros diziam assim: vamos passar pelo registro das abóboras. E o nome pegou. Uns dizem que uma família teria o sobrenome Abóboras, outros dizem que o Ribeirão Abóboras foi o início de tudo. Eu não sei Aninha...* (CONHECENDO..., 2007).

Podemos observar que a fala do Contagito remete ao Período Colonial da cidade. Ele descreve o período que Portugal vinha buscar riquezas aqui no Brasil, mas não o denomina como colonial e nem situa a data. Ele também fala dos tropeiros, mas não define quem eram eles.

Falas do Zé Gonçalo:

> **Zé Gonçalo***: Aninha, a Fazenda Campo Alegre faz parte do meio ambiente histórico de Contagem* (CONHECENDO..., 2007).
>
> **Zé Gonçalo**: *Depois que o Registro foi fechado em 1759, o Arraial de Contagem já tinha casas e fazendas. Algumas delas permanecem até hoje, como a nossa fazenda Campo Alegre.* ***Meio ambiente histórico é isso. É tudo que está ao nosso redor. É natureza transformada pela humanidade. Pode ser um pequeno núcleo habitacional, uma cidade, ou uma cidadezona com fábricas e construções, uma área rural, ou até mesmo uma paisagem natural. E está em constante modificação, e está em toda parte ao nosso redor. Você estava pensando que Contagem era só carro correndo e rua de asfalto, né!*** (CONHECENDO..., 2007, grifos nossos).
>
> **Zé Gonçalo***: Você sabia que Contagem também é sinônimo de modernidade? Oh, com a necessidade de expansão da indústria mineira em meados da década de 30, os primeiros estudos foram feitos para a implementação do Parque Industrial de Contagem, que fica a uns oito quilômetros de Belo Horizonte* (CONHECENDO..., 2007).
>
> **Zé Gonçalo***: Oh...Você sabia que Contagem já foi conhecida como São Gonçalo da Contagem? É por causa do santo padroeiro da primeira capela do arraial, São Gonçalo do Amarante, protetor dos tropeiros, por isso que minha mãe me deu esse nome: Gonçalo* (CONHECENDO..., 2007).

Podemos observar que a fala do Zé Gonçalo diz da permanência de algumas casas depois do fechamento do Registro, mas não relata a existência de um Arraial que surgiu em torno da Capela de São Gonçalo do Amarante.

Na definição de Zé Gonçalo sobre o que é meio ambiente histórico, podemos encontrar referência com o Guia de Educação Patrimonial, que também define esse termo:

> **O que é o meio-ambiente histórico**? É o espaço criado e transformado pela atividade humana, ao longo do tempo e da história. Pode ser um pequeno núcleo habitacional, uma cidade, uma área rural. Até mesmo uma paisagem natural, rios e florestas, zonas de alagados ou desertos já sofreram, na maioria dos casos, o impacto da ação humana. Algumas áreas foram ocupadas no passado, em tempos pré-históricos, ou há séculos atrás, e hoje não apresentam sinais de ocupação visíveis, o que abre o campo para o trabalho dos arqueólogos. O meio-ambiente histórico está em toda a parte, em torno de nós; o que pode variar é a extensão e o modo em que ele pode ser identificado, no meio-ambiente do presente em que vivemos. Os monumentos e sítios identificados são fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificação ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós. O meio-ambiente histórico é dinâmico, e continua a mudar no presente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 15).

A partir da citação, podemos identificar como a fala desse personagem – Zé Gonçalo – dialoga diretamente com a definição de Meio Ambiente Histórico apresentado no Guia Básico de Educação Patrimonial (1999).

Fala da Chami:

> **Chami***: É, Aninha, você é nova aqui, então não deve saber a história da Cidade Industrial. Oh, quando o Registro da Coroa Portuguesa foi fechado, o arraial foi crescendo, tornando-se cidade emancipada em 30/08/1911. A cidade Industrial, minha casa, foi inaugurada em 1941, o primeiro parque industrial planejado da América Latina. Hoje, a cidade possui cerca de 600 mil habitantes. A cidade de Conterra, capital da Austrália, serviu de inspiração para o traçado hexagonal que construiu a Cidade Industrial Juventino Dias. A Praça da Cemig é o centro do hexágono. Lá, todo ano, no dia primeiro de maio, é celebrada a missa em homenagem ao trabalhador. Sem os trabalhadores nada disso teria sido construído* (CONHECENDO..., 2007).

A Chami comenta o crescimento e o desenvolvimento da cidade, descreve a instalação da Cidade Industrial Juventino Dias em Contagem e a celebração religiosa em homenagem ao trabalhador, mas não revela a importante manifestação dos trabalhadores que ocorreu na cidade em 1968.

2) Referência ao trabalho – é possível observar em algumas passagens do filme a referência ao trabalho, e muitas das vezes ela não vem sozinha, está associada aos escravos:

> **Chami***: Vou passear com vocês. Já trabalhei muito hoje, vou ter que divertir, porque ninguém é escravo de ninguém* (CONHECENDO, 2007).

> ***Faluca****: Muitos desses trabalhadores foram escravizados por um longo tempo. Quem pode contar essa história melhor é o Arturinho, o cara mais animado que eu conheço* (CONHECENDO, 2007).

Nas falas da Chami, observamos muito a referência ao trabalho, e isso não é por acaso. Ela representa os trabalhadores. Observamos, no entanto, que trabalho e escravo estão associados e relacionados de alguma forma no filme.

Outro elemento que identificamos no filme foi o fato de o Arturinho, descendente de escravos, não falar nada sobre a escravidão, o trabalho e a resistência. Embora a Faluca antecipe a ideia de que é o Arturinho quem pode contar a história da escravidão, essa história permanece praticamente omissa nas falas do Arturinho. A referência é somente quando ele fala da gunga, que simboliza as correntes usadas na escravidão e quando se apresenta.

3) Referência ao Patrimônio Cultural da Cidade – pode ser identificada nas seguintes falas:

> **Chami**: *Você não está vendo que eu sou feita de tijolinhos? Então, um homem teve a ideia de construir uma casa de cacos inteira com cacos, pedacinhos de vidro e de louça* (CONHECENDO..., 2007).

> **Chami***: A casa de cacos foi ideia do geólogo Carlos Luiz de Almeida, e sua construção teve início em 1964. Durante cinco anos, Carlos Luiz e sua esposa Aristolina Moreira de Almeida, com ajuda de amigos e crianças da vizinhança, colocaram pela casa inteira, cacos. Caco por caco, das mais variadas louças. Tudo começou com uma brincadeira: fazer um banheiro bem original. E a cacomania acabou se espalhando pela casa inteira: fachada, sala, quarto, cozinha, quintal, e até o terraço. Tudo na maior originalidade. O sonho de Carlos Luiz, ainda em vida, era que a casa fosse tombada pelo patrimônio para evitar que ela vire cacos* (CONHECENDO..., 2007).

A Chami foi escolhida para falar da Casa de Cacos. Ao falar de sua própria construção, ela tornou mais compreensível a construção da Casa de Cacos por meio de uma análise comparativa. Ao contar a história da Casa de Cacos, podemos imaginar mentalmente sua construção. Chami, indiretamente, fala da importância do tombamento para a preservação do bem material, quando diz que: “O sonho de Carlos Luiz, ainda em vida, era que a casa fosse tombada pelo patrimônio para evitar que ela virasse cacos”.

Fala da Faluca:

> **Faluca:** *Aqui onde eu moro, no Parque Gentil Diniz, vem várias crianças com seus pais fazer piquenique. Mas, antes, minha casa era muito maior.*

> *Antigamente, todos os quintais de Contagem tinham uma jabuticabeira. Tinha gente que vivia de fazer doces de jabuticaba, licor de jabuticaba, geleias. É uma fruta que rendeu muito trabalho para as quitandeiras da região. Você já experimentou uma jabuticaba?* (CONHECENDO..., 2007).

> **Faluca***: A jabuticabeira é tão importante para Contagem que está até desenhada na bandeira do município. Isso não é o máximo?* (CONHECENDO..., 2007).

> **Faluca***: Importante? As árvores são importantíssimas. Elas fazem parte do Patrimônio Natural. É preciso usar racionalmente a água e a energia elétrica, não sujar, conservar a natureza* (CONHECENDO..., 2007).

Nas falas da Faluca, além de observarmos a importância da jabuticaba para a cidade, identificamos também que ela é utilizada na fabricação de geleias, doces e licores. Ao falar do desenho da jabuticaba na bandeira do município, ela enfatiza o Patrimônio ambiental e a importância das árvores.

Para falar da comunidade dos Arturos, o Zé Gonçalo e o Arturinho são escolhidos:

> **Zé Gonçalo***: Os Arturos são descendentes do filho da Lei do Ventre Livre, Arthur Camilo, que constituiu família nessa região. Seus filhos perpetuaram os costumes e a cultura de seus ancestrais* (CONHECENDO..., 2007).

> **Arturinho***: Nós somos integrantes da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Contagem e da Comunidade dos Arturos. Toda minha família é descendente de Arthur Camilo Silvério, filho de escravo, que herdou o terreno de seu pai, onde todos nós estabelecemos e fixamos residência. Somos irmãos, tios, sobrinhos, filhos, cunhado, netos e bisnetos de um Arturo. Sim... guardamos no coração e na alma todas as tradições e costumes que nossos antepassados deixaram de herança. Essa foi a maneira que encontramos de não deixar morrer ou se perder com o tempo valores importantes para os dias de hoje. (Pausa). Em maio, realizamos a festa da abolição, e em outubro, a festa de Nossa Senhora do Rosário, para quem construímos essa capela em nossa comunidade* (CONHECENDO..., 2007).

> **Arturinho:** *Uso nos pés a gunga; instrumento que produz som quando eu danço e que simboliza as correntes usadas na escravidão de meus antepassados. Outros objetos sagrados também existem, como os tambores, os bastões, o mastro e os standards do Congado* (CONHECENDO..., 2007).

O Zé Gonçalo fala brevemente sobre os Arturos, e o Arturinho, como representante dessa comunidade, fala da sua história. Na fala do Arturinho, podemos

observar a concepção de patrimônio das comunidades tradicionais e a forte presença da religiosidade. Nessa passagem, podemos observar que a memória da comunidade dos Arturos é vívida, que ela é transmitida pelas e nas práticas culturais cotidianas da comunidade. A presença e a importância dos objetos sagrados no Congado são elementos que nos permitem problematizar o conceito "patrimônio imaterial".

4) Alusão à preservação do Patrimônio Cultural – pode ser identificada nas falas do Contagito:

> ***Contagito:*** *São pichações, uma coisa muito comum nas cidades grandes do Brasil. Eu não gosto. Causa poluição visual e deixa a cidade feia. Imagina tudo limpinho. Prefiro a arte, o hip hop, a arte e o cinema* (CONHECENDO..., 2007).

> ***Contagito****: [...] pois é... Muitas dessas casas nem existem mais. Foram derrubadas e deram lugar a prédios e lojas. Assim, a gente acaba perdendo parte da nossa história. Mas, para evitar isso, é que existe a lei do tombamento* (CONHECENDO..., 2007).

> ***Contagito****: Tombamento é quando as construções antigas são protegidas e preservadas para garantir a memória do lugar, Aninha* (CONHECENDO..., 2007).

Quando define as pichações, o Contagito relata como é comum essa prática nas cidades e faz uma breve reflexão sobre como seria a cidade limpinha. Nesse momento, o personagem poderia explorar melhor as pichações e o problema do vandalismo contra o Patrimônio Cultural nas cidades.

Nas falas do Contagito, observamos uma pequena referência à destruição do Patrimônio Cultural na Cidade de Contagem, e como forma de preservação desses bens tangíveis, ele cita a lei do tombamento, mas não discute a importância da participação e a contribuição da comunidade na preservação desses bens.

A definição de tombamento do Contagito também parece um tanto vaga, uma vez que ele faz referência à memória, mas não faz nenhuma referência a valor. De acordo com o site do IPHAN:

> **Tombamento -** É o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo Decreto Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (IPHAN, 2019).

É importante ter em mente que não só os bens tombados ou registrados constituem patrimônios culturais. Bens culturais reconhecidos pelas comunidades como patrimônios culturais também devem e precisam ser preservados, uma vez que constituem e integram a memória e a história dessas comunidades.

De forma geral, observamos no filme que a única personagem que fala da sua representatividade é o Contagito. Já, no livro, a representatividade dos outros personagens que compõem a Turma do Contagito é descrita com detalhes.

3.5 MÚSICAS DA TURMA DO CONTAGITO: UMA ESCUTA SENSÍVEL

A música foi uma das linguagens que o Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" escolheu para compor a sua produção didática. Em 2007, foi produzido o CD de Músicas da Turma do Contagito. Ele tem cinco faixas, com o tempo aproximado de 12 minutos. A voz é de Geraldo Amâncio e do Coral Encanto Ecológico. Cada faixa tem o nome de um personagem da Turma do Contagito.

Figura 43 – Capa do CD de Músicas da Turma do Contagito

Fonte: Revista de Educação Patrimonial..., 2009, p. 16.

Ao analisar as letras das músicas da Turma do Contagito, observamos a predominância das palavras memória e história. Identificamos também a "tarefa" dos personagens de contar a história da cidade, o que pode ser identificado na Música do Contagito:

Música do Contagito:

> Contagem, Contagem
> A Canta é boa se cartarmos na cidade
> Contagem, Contagem...
> Mas, para todos nossa querida cidade (REFRÃO)
>
> Agora temos uma mascote pra ajudar
> Junto às crianças reforçar sua identidade
> É o Contagito que chegou para ficar
> Foi escolhido pelo voto popular
>
> Essa mascote também tem a sua turma
> E todos juntos vão ajudar nesta história
> É Zé Gonçalo, a Faluca, a Chami
> E o Arturinho que não força a memória
>
> (AMÂNCIO; CORAL ENCANTO ECOLÓGICO, 2007)

Na primeira estrofe, podemos observar a qualificação que o Contagito atribui à cidade: querida. Esse adjetivo nos leva a refletir sobre o sentimento de pertencimento do personagem quanto à cidade de Contagem. Ao personagem e sua turma também é atribuída uma tarefa: ajudar a contar a história de Contagem.

Na música da Chami, ela lembra sua representação, a história e a memória que suscita:

Música da Chami:

> Tem tijolo da cabeça aos pés
> Chami, Chami representa as chaminés (REFRÃO)

Memória do Trabalho e da industrialização
Contagem pioneira no progresso da nação
Junto com a turma do nosso Contagito
Chami conta essa história de um jeito tão bonito

(AMÂNCIO; CORAL ENCANTO ECOLÓGICO, 2007)

A personagem da Chami aparece como representante das Chaminés da Itaú. Contagem é lembrada como a cidade que tem a memória do trabalho e da Industrialização. A noção de progresso também aparece ligada à industrialização. A função da personagem de contar a história da cidade é reafirmada. Outro fato observado é o modo como a personagem conta essa história: "de um jeito tão bonito". Isso dá uma ludicidade à forma que a personagem apresenta a história do município.

Na música da Faluca, representante do Patrimônio Natural da cidade, sua importância na memória e na história da cidade é lembrada:

Música da Faluca:

Quando chega o tempo das jabuticabas
O Contagito deixa toda turma até maluca
A doce pretinha é a amiga Faluca
A doce pretinha é a amiga Faluca
Que pela cidade sai cantando assim:
Laia, laia, la, laia, la, ia

Todo Contagense precisa se lembrar
Quem ainda não sabe,
Agora saberá,

> Que a jabuticabeira é um símbolo Cultural que está na nossa bandeira e no nosso brasão e na nossa bandeira.
>
> Contagem sempre foi a terra da jabuticabeira (repete)
>
> Vamos preservar as jabuticabeiras,
>
> Não deixe a memória ficar
>
> Na sua bandeira
>
> Então vamos plantar mais jabuticabeiras
>
> Elas fazem parte da cultura da Contagem hospitaleira.
>
> (AMÂNCIO; CORAL ENCANTO ECOLÓGICO, 2007)

A jabuticaba é apresentada como símbolo cultural da cidade, e está no brasão e na bandeira do município. Assim, mais uma vez, a referência de a jabuticaba estar estampada na bandeira do município é relembrada. Observa-se também a qualidade atribuída à jabuticaba: doce. Ela também é chamada de pretinha.

A personagem também faz uma apelação para a memória não ficar só na bandeira: plantar mais jabuticabeiras. Nessa fala, fica clara a necessidade de resgatar a cultura de plantar essa árvore e da sua importância para a cidade de Contagem. De acordo com Andrade, "hoje, o que resta dessa árvore, símbolo que ilustra o Brasão do Município, são cerca de oitenta jabuticabeiras preservadas no Parque Gentil Diniz e alguns pés em quintais de casas da Sede que resistem à pressão da especulação imobiliária" (ANDRADE, 2009, p. 25).

A lei municipal nº 4.278 de julho de 2009 institui a jabuticabeira como árvore representativa do Meio Ambiente do Município de Contagem. A lei proíbe a queimada e o corte de pés de jabuticaba, sob pena de multa e ainda institui que em todo material publicitário institucional, promovido pelo Poder Público Municipal, ligado ao meio ambiente, deverá constar a imagem da árvore.

Na música do Arturinho, a comunidade dos Arturos e sua religiosidade é lembrada:

Música do Arturinho:

> De Contagem para o mundo
>
> O Congado se espalhou

A comunidade negra dos Arturos
Nesse chão aís plantou

É gunga no pé
Da turma ele é
O Arturinho bate o seu tambor

É rei no reinado
É no Moçambique
É fé no Rosário, som do repique
O Arturinho bate o seu tambor

O Arturinho tem uma missão
Cuidar de sua memória neste chão.

(AMÂNCIO; CORAL ENCANTO ECOLÓGICO, 2007)

Observamos, na música do Arturinho, a referência ao Congado e aos instrumentos utilizados nessa manifestação cultural e religiosa. De acordo com Costa (2013), "a tradição da oralidade nos Arturos é ainda muito presente e é por meio dela que os mais jovens recebem o patrimônio cultural dos antepassados. Nos cantos e danças das Guardas do Congo e Moçambique, as crianças vão aprendendo a lição dos ancestrais" (COSTA, 2013, p. 37). "Através de sua religiosidade particular, os Arturos interpretam a problemática social na qual está inserido o povo negro e dialoga com a memória de resistência de seus antepassados" (COSTA, 2013, p. 42). A partir dos dizeres de Costa, podemos encontrar a referência dos Arturos em relação à resistência, o que não identificamos na música do Arturinho.

Na música do Zé Gonçalo, a história e a memória do Arraial são evocadas:

Música do Zé Gonçalo:

O Zé Gonçalo tem o nome de padroeiro
Desde o tempo que Contagem era o Arraial
De fazenda em fazenda ele foi crescendo
Grande parte dela agora é industrial

Ê...rê...rê... Zé Gonçalo...ê.... ê... ê...

Zé Gonçalo e a turma do Contagito
Querem ver vocês agora saber na escola
Possuindo um futuro: É aqui!
Respeitando a memória do Arraial.

Ê... rê... Rê... Zé Gonçalo... ê..ê...ê

Zé Gonçalo diz Pini(*)

Ê.. rê... rê... Zé Gonçalo... ê... ê... a
Vem Zé Gonçalo.

(AMÂNCIO; CORAL ENCANTO ECOLÓGICO, 2007)

O Zé Gonçalo, como representante dos agricultores e de São Gonçalo, fala do crescimento do arraial até tornar-se cidade e industrial. A ideia que se tem é a de um crescimento não só urbano, mas também de uma transição de uma economia rural para uma economia industrial. Isso pode ser identificado na fala de Ramos (2017), quando ela afirma que "em poucos anos, a cidade de Contagem passou de povoado de crescimento incipiente para polo industrial de um dos maiores estados da federação" (RAMOS, 2017, p. 53). Nesse contexto, podemos pensar como esse crescimento transformou os espaços da cidade e a relação dos moradores com Contagem. A memória de um tempo em que os modos de viver e de se relacionar com o município eram outros deve ser preservada, pois como Zé Gonçalo mesmo diz: "respeitando a memória do Arraial".

Além da letra, a melodia contribui para que o ouvinte possa não só escutar a música, mas que também possa senti-la. Uma escuta sensível das músicas pode ser provocativa dos sentidos. Nas músicas da Turma do Contagito, observamos essa intencionalidade. A voz do Coral Encanto Ecológico cantando com Geraldo Amâncio, a harmonia e os diferentes ritmos musicais são elementos que reforçam essa afirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da pesquisa nos defrontamos com muitos desafios, e um deles foi investigar a produção didática do "Programa de Educação Patrimonial" nas suas entrelinhas para encontrar os discursos ocultos e os silenciamentos presentes na narrativa histórica sobre Contagem contada por meio do seu Patrimônio Cultural.

Com a pesquisa realizada, foi possível depreender que a produção didática corrobora em parte com a materialização das propostas e perspectivas do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História". Desse modo, observamos que os materiais produzidos pelo Programa se complementam, mas se fossem mais bem sistematizados no que tange à história da cidade, poderiam ter um alcance maior concernente aos objetivos. Observa-se que a intenção é construir uma narrativa sobre a história da cidade de maneira lúdica, que consiga atrair a atenção das crianças e dos jovens, mas não conseguimos encontrar nos materiais didáticos analisados a mediação didática, ou seja, o seu papel de mediar as relações dos estudantes com o Patrimônio Cultural local e a história da cidade de Contagem mostrou-se frágil.

Não podemos deixar de lembrar também da Turma do Contagito, que deu vida e voz à história de Contagem. A representação de cada personagem na história da cidade contribuiu para a ludicidade e a lembrança de uma imagem do Programa "Por Dentro da História".

Identificamos, também, na produção didática selecionada para análise, as omissões de alguns acontecimentos históricos da narrativa histórica de Contagem. Dentre esses fatos, podemos citar a Greve de 1968, que ocorreu em Contagem e que teve uma repercussão nacional. Outra questão que nos chamou atenção foi o fato de os materiais não terem explorado a questão da resistência quando se refere aos Arturos. Cabe lembrar que o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) reconhece a Comunidade dos Arturos como "um lugar de referência cultural, de resistência, um lugar onde se vive, e se preservam diversas tradições da cultura brasileira, como as folias, a culinária, a Benzeção, o Congado/Reinado, entre outras" (IEPHA, 2014, p. 17).

Contagem tem muita história para contar. O Programa escolheu diferentes linguagens e meios para contar essa história, o que dá uma riqueza para a produção didática e potencializa os objetivos, mas acabou limitando a narrativa sobre a história da cidade à representação dos personagens da Turma do Contagito, por não apontar outras

possibilidade que permitam o aprofundamento, assim como a problematização de construções que estavam postas. Nesse sentido, compreendemos que os materiais analisados não instigam o aluno a ir além, ou seja, não o motiva a realizar uma nova leitura da cidade, a pensar e problematizar a narrativa histórica sobre Contagem. Observamos também que os materiais têm por objetivo a educação para o patrimônio, ou seja, fica notável o apelo à preservação dos bens culturais da cidade, mas a educação pelo patrimônio, a interação dos sujeitos com o Patrimônio Cultural a partir das suas vivências e experiências, não são identificadas.

Procuramos investigar a narrativa história construída sobre Contagem com base nas referências das quais dispúnhamos e às quais tivemos acesso, mas essa pesquisa pode ser expandida a partir de outras evidências documentais e referenciais. Nesse sentido, consideramos que a história nunca está pronta e acabada, ela é constantemente desconstruída e reconstruída pelos homens do tempo presente.

Ao adotar uma metodologia de Educação Patrimonial, mais especificamente a do "Guia Básico de Educação Patrimonial", o programa pode engessar uma certa concepção de patrimônio e de educação, o que pode limitar suas ações educativas no campo da Educação Patrimonial. Assim, a riqueza da educação para o patrimônio e pelo patrimônio é sua dinamicidade, construída no processo e na interação com os sujeitos.

É imprescindível reafirmar a importância do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" e da sua produção didática não só para a cidade de Contagem, mas para todo o país, por constituir-se em uma iniciativa que tem múltiplas potencialidades educativas e alcance não somente para a salvaguarda do Patrimônio Cultural local, mas também por ensejar o sentimento de pertencimento e empoderamento dos sujeitos, por contribuir para a formação da consciência histórica, das identidades culturais e da cidadania, elementos tão caros em tempos de globalização e neoliberalismo.

Assim, reiteramos a importância da utilização crítica da produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da história", uma vez que não devemos tomar a narrativa histórica como verdade, mas como uma construção. Nesse contexto, é essencial o papel do professor e dos agentes culturais como mediadores no processo de exploração desses materiais.

Ao analisarmos a produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História", procuramos questionar a Educação Patrimonial como uma única metodologia e o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) como um material prescritivo para essa proposta de Educação. Nessa perspectiva, acreditamos que esse

trabalho de pesquisa contribui de forma sistemática para repensarmos as opções teóricas e metodológicas no campo da Educação Patrimonial, a noção e o conceito de Patrimônio Cultural em diferentes sociedades, a dicotomia que se estabeleceu entre Patrimônio Cultural material e imaterial, além das tensões e disputas presentes nos campos da memória, da história e do Patrimônio Cultural.

Esperamos que esse trabalho de análise da produção didática do Programa de Educação Patrimonial "Por Dentro da História" possa abrir caminhos para que outros pesquisadores suscitem o interesse pela temática dos materiais didáticos no campo da Educação Patrimonial, pois, no processo da pesquisa, não encontramos referências que tivessem como temática materiais didáticos voltados para essa área. Observamos, ainda, que muitos trabalhos acadêmicos trazem o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) como referência central para a prática dessa educação, sem uma reflexão mais profunda da proposta de Educação Patrimonial que veicula.

A partir do estudo de caso do Programa de Educação "Por Dentro da História" na cidade de Contagem e da análise da sua produção didática, conseguimos ampliar o olhar sobre a importância da Educação Patrimonial, sobre suas potencialidades, suas intencionalidades, e mostrá-la como um campo de práticas, de mediações e ações educativas diversas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: ABREU, Regina. **Apostila Seminários Temáticos:** Arte e Cultura Popular. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal, 2007. p. 54-63.

AMÂNCIO, G.; CORAL ENCANTO ECOLÓGICO. **Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito:** as músicas. Contagem, 2007. 1 CD (26 min.) (músicas).

ANDRADE, Noêmia Rosana de. **Manual de gestão pública do patrimônio cultural de Contagem.** 1. ed. Contagem: Prefeitura Municipal, 2015. 35 p. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/cartilha-web-12112015.pdf?x=20181020084503>. Acesso em: 1.º nov. 2018.

ANDRADE, Noêmia Rosana de. **Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito.** Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 2006.

ANDRADE, Noêmia Rosana de. Jabuticaba: patrimônio natural e cultural de Contagem. **Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História**. Contagem, n. 2, 2009. Disponível em: < http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/pordentrodahistoria02.pdf?x=20191024032311>. Acesso em: 24 out. 2019.

AUGUSTO, Isabel Regina. Neo-realismo e Cinema Novo: a influência do neo-realismo italiano na cinematografia brasileira dos anos 1960. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação 140**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 139-163, jul./dez. 2008.

AURÉLIO, Cláudio Rogério Aurélio; SCALABRINI, Marina Veiga Scalabrini. Patrimônio e Cidade: "sobrevivências" do passado em Ribeirão Pires. **Arquitextos - Vitruvius**, 048.07, ano 04, maio 2004. Disponível em : http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/587. Acesso em: 18 abr. 2019.

BANDEIRA, Denise. **Material didático:** criação, mediação e ação didática. Curitiba: Intersaberes, 2017

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Materiais didáticos: concepções, produções, usos. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 293-321.

BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: uma relação indissociável. In: GOBIRA, Pablo; ROLLA, Marco Paulo; SILVEIRA, Yuri Simon; LEMOS, Flávia (Org.). **Refletindo sobre cultura:** política cultural, memória e universidade. Belo Horizonte: Ed. UEMG, 2017. p.73.

BRAGA, André P. A Turma do Contagito e a Estética Avessal. **Por Dentro da História**, Contagem, ano 1, n. 1, jan. 2009. 36 p. Disponível em: <https://bit.ly/2qISFsu>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza o patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BUONICORE, Augusto. O 1968 operário. **Portal Vermelho**, 06 de setembro de 2006. Disponível em:<http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=345&id_coluna=10> Acesso em: 22 out. 2019.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla M.J. **Contagem:** origens. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 15(4): 679-84, out-dez. 2006.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Ker. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. ***Inf. & Soc*.:** Est., João Pessoa, v. 24, n.1, p. 13-

18, jan./abr. 2014. Disponível em: < :<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>. Acesso em: 1.º nov. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê educação Patrimonial**, Iphan, n. 3, jan. - fev. 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, 2012.

CONHECENDO Contagem com a Turma do Contagito: o filme. Direção/Produção: Avesso Filmes. Contagem: Avesso Filmes, 2007. 1 DVD (26 min.)

CONTAGEM. **Prefeitura de Contagem**. Disponível em:< http://www.contagem.mg.gov.br/?es=historia_contagem>. Acesso em: 1.º nov. 2019.

CONTAGEM NO TEMPO. A transformação da cidade por imagens. Disponível em: https://www.contagemnotempo.com.br/. Acesso em: 2 nov. 2019.

COSTA, Karla Tereza Ocelli. **Arturos, Filhos do Rosário:** nas práticas sociais, uma história que se revela na Festa de Nossa Senhora do Rosário. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliana Soares. Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. **Revista Iberoamericana de Educacion**, n. 55, p. 205-223, 2011.

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 267-291, jul. /dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/119941/122092>. Acesso em: 30 ago. 2018.

DEMARCHI. O que é, afinal, a Educação Patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Rev. CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25, p.140–162, jan./set. 2018.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FERRARO, Juliana Ricarte Ferraro; NASCIMENTO, Ariel Elias. Uma experiência local de patrimônio cultural e educação no Tocantins. **Horizontes**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 91-98, jan./abr. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Tempo Brasileiro: Patrimônio Imaterial**, Rio de Janeiro, n. 147, Out-Dez, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Min. C. IPHAN, 2005.

FONSECA, Geraldo. **Contagem Perante a História**. Contagem: Prefeitura de Contagem, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. antropol**., Porto Alegre, v. 11, n. 23, Jan./Jun. 2005.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre Memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p.7-26.

GOOGLE MAPS. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/. Acesso em: 02 nov. 2019.

GROSSI, Yonne de Souza. As greves de Contagem, 1968: notas para uma revisão crítica. **Cadernos Movimentos Populares**, Belo Horizonte, DCP-UFMG, p. 48-60, out. 1979.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina: MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

IEPHA. **Cadernos do Patrimônio Imaterial:** comunidade dos Arturos. Belo Horizonte, 2014.

IPATRIMONIO. Patrimônio cultural brasileiro (beta). Disponível em: http://www.ipatrimonio.org. Acesso em: 02 nov. 2019.

IPHAN. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan; DAF; COGEDIP; Ceduc, 2014. Disponível em: <http:http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 1.º nov. 2018.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275. Acesso em: 02 nov. 2019.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

KUHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. sér. v. 18, n. 2, p. 287-320, jul. - dez. 2010.

KUHL, Beatriz Mugayar. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1990.

LEMOS, Carlos A.C. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos – 51).

MEDEIROS, Mércia Carrera de; SURYA, Leandro. A Importância da Educação Patrimonial para a preservação do patrimônio. In: XXV Simpósio Nacional da ANPUH, 2009, Fortaleza. **Anais**... Fortaleza, 2009. Disponível em :< http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0135.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, I vol.1, IPHAN. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. **Anais**, vol. 2, tomo 1, Brasília: IPHAN, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciên. Let.**, Porto Alegre, n. 27, p. 91-101, jan/jun. 2000.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs). **Interpretar o patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **An. mus. paul.**, São Paulo, vol. 24, n. 3, sept./dec. 2016.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 233-255, jul. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe et al. (Org.) **O saber histórico na sala de aula.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.129-147.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

PEREIRA, D. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. **Rev. CPC**, v.13, n. 25, p.34–59, jan./set. 2018.

PESAVENTO, Sandra J. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo Mundo Nuevos** [En ligne], Colloques, mis em ligne le 04 février 2005. Disponível em:< https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PESAVENTO, S. J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, UFSC, v.11, n.1, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 27, n. 53, jan./june 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002>. Acesso em: 1º jun. 2018.

PINTO, Helena. Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente. **CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória**, Porto, set. 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2018.

PREFEITURA DE CONTAGEM (Contagem, MG). **Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Cultural**. Contagem: Ed. Cultural Brasileira LTDA, 2009.

PREFEITURA DE CONTAGEM (Contagem, MG). **Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Cultural**. Contagem: Ed. Cultural Brasileira LTDA, 2011.

RAMOS, Simone. **A fruição dos espaços sociais tombados [manuscrito]:** o caso de Contagem-MG. 2017. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”. Contagem, ano 1, n. 1, jan. 2009. 36 p. Disponível em: <https://bit.ly/2qISFsu>. Acesso em: 30 jul. 2018.

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”. Contagem, ano 6, n. 6, mar. 2015. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/pordentrodahistoria5-12112015.pdf?x=20190523075451>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ROCHA, M. S; MOREIRA, K. S; COSTA, L. C. Resenha de estudos sobre educação Patrimonial. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 4, n. 8, p. 100-109, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5548011.pdf>. Acesso em: 1.º jun. 2018.

SANTOS, Anderson Cunha. **Patrimônio cultural e história local:** a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural.** Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v.18, n. 48, p. 5-16, jan-mar, 2017.

SCIFONI, Simone. **A construção do Patrimônio Natural.** 2006. 293 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural. ***Educ. Pesqui***., São Paulo, v. 44, e172781, 2018.

SIMAN, Lana M. C.; SILVA, Ana M.; MOREIRA, Frederico L. Trilhar uma rua: muitas histórias visíveis, invisíveis e sensíveis. In: SIMAN, Lana M. C; PÁDUA, Karla C.; SCALDAFERRI, Dilma C. M. **Memória e Patrimônio Cultural:** contribuições para o estudo da localidade na educação básica. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

SIVIERO, Fernando Pascuott. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, São Paulo, n.19, p.80–108, jun. 2015.

TAMANINE, Elizabeth. Educação Popular e Patrimônio Cultural – a complexidade entre museu, escola e comunidade. In: 37ª REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED, 2015, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis, 2015. Disponível em:<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-4359.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

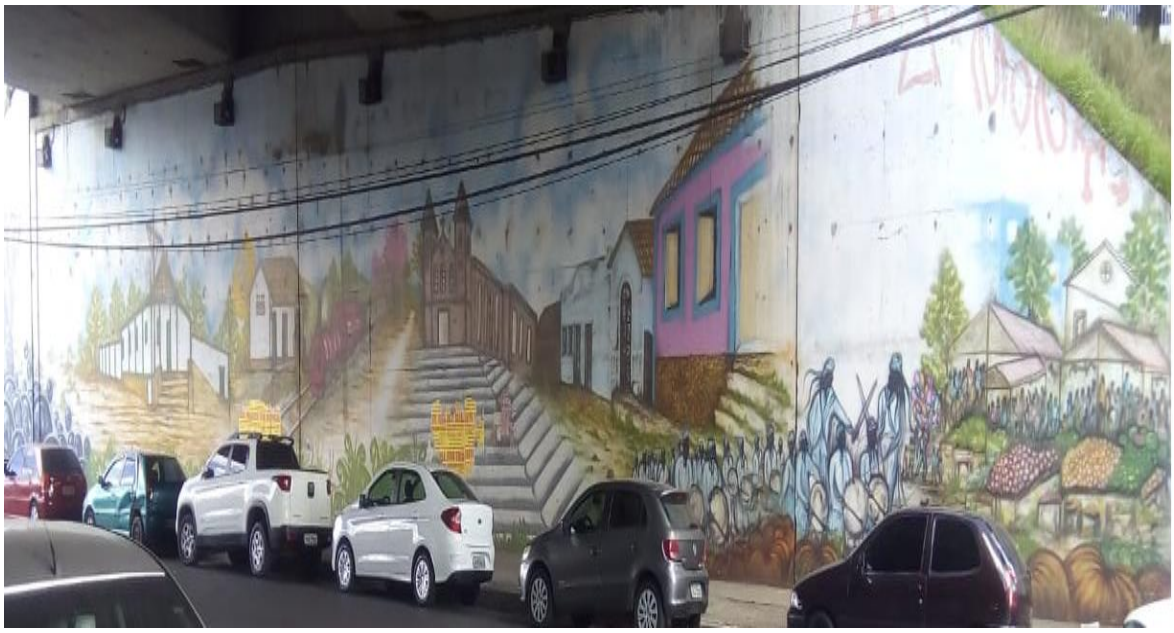
TORELLY, Luiz P. P. Notas sobre a evolução do Conceito de Patrimônio Cultural. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v.5, n.2, jul. 2012.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – O PATRIMÔNIO DA CIDADE PELA CIDADE

Figura 44 – Pintura do Patrimônio Cultural de Contagem no Viaduto da Avenida Alvarenga Peixoto no Bairro Amazonas – Contagem.



Fonte: Francilene Ramos Lourenço Soares, 2019.

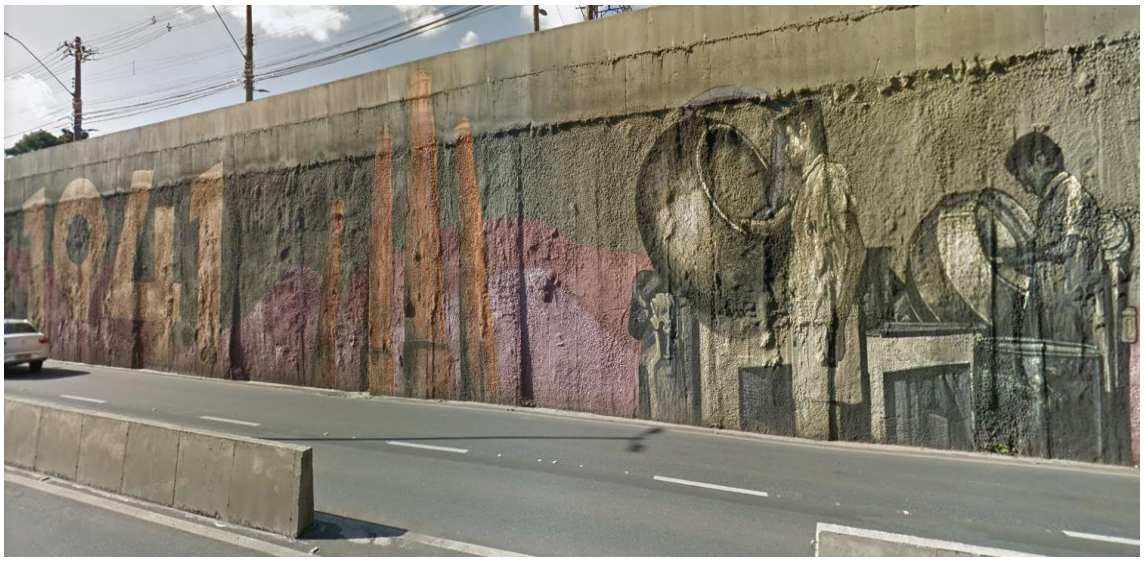
Figura 45 – Grafite do Patrimônio Cultural de Contagem no Viaduto das Américas – Contagem

Fonte: Francilene Ramos Lourenço Soares, 2019.

Figura 46 – Pintura na Trincheira José Quintão Romero, que remete à história de Contagem

Fonte: Google Maps, 25 out. 2019.

Figura 47 – Pintura na Trincheira José Quintão Romero, que remete à história de Contagem



Fonte: Google Maps, 25 out. 2019.

Figura 48 – Desenho na Trincheira José Quintão Romero, que remete à história de Contagem

Fonte: Google Maps, 25 out. 2019.

Figura 49 – Pintura do Patrimônio Cultural de Contagem em torno do Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz.

Fonte: Google Maps, 25 out. 2019.

Figura 50 – Desenho do Patrimônio Cultural de Contagem e da Turma do Contagito em torno do Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz.

Fonte: Google Maps, 25 out. 2019.

Figura 51 – Desenho do Patrimônio Cultural de Contagem e da Turma do Contagito em torno do Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz.

Fonte: Google Maps, 25 out. 2019.

Figura 52 – Pintura da Casa Nair Mendes em uma tenda na Praça da Jabuticaba.

Fonte: Francilene Ramos, 2020.

APÊNDICE B – QUADRO DOS DADOS COLETADOS NOS MATERIAIS

FALUCA

Faluca	Livro	Filme	Música
Características	...vou apresentar a vocês uma **doce amiga** (p.9)	"Eu não te falei que ela era **maluca"**	A **doce pretinha** é a amiga Faluca
Lugar de Morada	Parque Municipal Gentil Diniz	Ela mora lá em cima dessa jabuticabeira. Parque Gentil Diniz	
Representatividade	A jabuticaba tornou-se tão importante que está estampada no Brasão de Contagem, ao lado da Chaminé, outro símbolo de nossa cidade.	A jabuticabeira é tão importante para Contagem que está até desenhada na bandeira do município.	Que a jabuticabeira é um símbolo Cultural que está no nosso brasão e na nossa bandeira / Contagem sempre foi a terra da jabuticabeira
Preservação	Agora que você sabe um pouco da minha história e de minha família, conto com sua ajuda na preservação desse **patrimônio natural da cidade**. (p.13)	As árvores são importantíssimas. Elas fazem parte do **Patrimônio Natural**.	Vamos preservar as jabuticabeiras / não deixe a memória ficar na sua bandeira / Então vamos plantar mais jabuticabeiras /
Patrimônio/ História	**Patrimônio natural da cidade**. Os donos dos quintais alugavam os pés de jabuticaba para os visitantes que vinham de Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas e outras cidades. Eles chegavam com suas famílias e passavam o dia se deliciando com o sabor da fruta doce e, quando iam embora, levavam deliciosas geleias e licores feitos pelas quitandeiras da cidade. Para muitos moradores, alugar os quintais e produzir quitandas tão requintadas significava uma renda extra.	Antigamente, todos os quintais de Contagem tinham uma jabuticabeira. Tinha gente que vivia de fazer doces de jabuticaba, licor de jabuticaba, geleias. É uma fruta que rendeu muito trabalho para as quitandeiras da região.	Elas fazem parte da cultura da contagem hospitaleira.

ARTURINHO

Arturinho	Livro	Filme	Música
Características	Membro da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Contagem e da Comunidade dos Arturos	Quem pode contar melhor essa história é o Arturinho, o cara mais animado que eu conheço. …nós somos integrantes da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Contagem e da Comunidade dos Arturos.	
Lugar de morada	Vivemos numa área próxima à Sede de Contagem.	Lá na comunidade dos Arturos.	
Representatividade	Somos irmãos, tios, sobrinhos, primos, filhos, cunhados, netos e bisnetos de um Arturo.	Somos irmãos, tios, sobrinhos, filhos, cunhado, netos e bisnetos de um arturo.	A comunidade negra dos Arturos Nesse chão aís plantou
Preservação	...e guardamos no coração e na alma todas as nossas tradições, os costumes que nossos antepassados deixaram de herança.	...seus filhos perpetuaram os costumes e a cultura de seus ancestrais. Guardamos no coração e na alma todas as tradições e costumes que nossos antepassados deixaram de herança. Essa foi a maneira que encontramos de não deixar morrer ou se perder com o tempo valores importantes para os dias de hoje.	O arturinho tem uma missão Cuidar de sua memória neste chão.
História/Patrimônio	A cultura negra vem de centenas de escravos que já viveram e trabalharam aqui (quilombola) Em maio, realizamos a Festa da Abolição e, em outubro, a Festa de Nossa Senhora do Rosário. (Patrimônio imaterial) Vestimos roupas coloridas como esta que estou usando. O que vocês estão vendo nos meus tornozelos chama-se "gunga" e é um instrumento que faz som quando dançamos. Além das gungas, há outros objetos sagrados como os tambores, os bastões, o mastro e os estandardes que usamos no Congado (material e imaterial). Dentro de nossa comunidade temos uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, santa protetora dos negros e escravos e celebramos nossa fé com festas.	Os Arturos são descendentes do filho da Lei do Ventre Livre, Arthur Camilo, que constituiu família nessa região. Toda minha família é descendente de Arthur Camilo Silvério, filho de escravo, que herdou o terreno de seu pai, onde todos nós estabelecemos e fixamos residência. Em maio, realizamos a festa da abolição, e em outubro, a festa de Nossa Senhora do Rosário, para quem construímos essa capela em nossa comunidade. …uso nos pés a gunga. Instrumento que produz som quando eu danço e que simboliza as correntes usadas na escravidão de meus antepassados. Outros objetos sagrados também existem, como os tambores, os bastões, o mastro e os standardes do congado.	É gunga no pé/Da turma ele é/O Arturinho bate o seu tambor. De Contagem para o mundo O Congado se espalhou É rei no reinado É no Moçambique É fé no Rosário, som do repique

CONTAGITO

Contagito	**Livro**	**Filme**	**Músicas**
Características			Agora temos uma mascote para ajudar
Lugar de morada		**Sou** o Contagito, sou daqui mesmo. Aqui é minha área. Você não sabe, mas eu moro aqui há um tempão	
Representatividade	Represento a nossa cidade	Na verdade, eu represento Contagem.	
Preservação		O importante é que a Abóbora, legume da família das Corcubitácias, está presente nas histórias e os contagenses reconhecem essa ligação.	
História/ Patrimônio	Lá pelo ano de 1700, o Brasil era uma colônia de Portugal e toda a nossa riqueza era também dos portugueses. O ouro era o principal objetivo dos colonizadores e ele existia em grande quantidade na região de Minas Gerais. Para cá, vinha todo tipo de pessoa em busca de riqueza. As cidades foram surgindo e crescendo em torno das lavras de ouro. Junto com os exploradores, comerciantes e funcionários da coroa Portuguesa vinham os Tropeiros, que traziam escravos e mercadoria para vender. O rei de Portugal, buscando exercer maior controle sobre o comércio, mandou construir Postos Fiscais, ao longo dos caminhos onde era feita a contagem das cargas, dos escravos e a cobrança de impostos.	O avô do meu avô foi um dos primeiros a chegar nessas bandas. Vinha de Portugal buscar riquezas daqui, sabe? Naquela época, tudo que importava era o ouro que eles queriam levar de qualquer maneira. Aqui era por onde os tropeiros passavam, indo lá para os lados de Ouro Preto. Meu avô dizia que era lá que tinha muito ouro mesmo. Muito.... Muito.... O rei de Portugal mandou até instalar um registro. Um posto de fiscalização que era instalado ao longo dos caminhos onde se contava as mercadorias, os escravos e cobrava os impostos. Aqui era conhecido antigamente como Contagem da Abóboras. Antigamente, na época do ouro, os tropeiros diziam assim: vamos passar pelo registro das abóboras. E o nome pegou. Uns dizem que uma família teria o sobrenome abóboras, outros dizem que o Ribeirão Abóboras foi o início de tudo. Eu não sei Aninha...	Essa mascote também tem a sua turma. /E todos juntos vão ajudar nesta história É Zé Gonçalo, a Faluca, a Chami /E o Arturinho que não força a memória Agora temos uma mascote pra ajudar/Junto às crianças reforçar sua identidade/ É o contagito que chegou para ficar/Foi escolhido pelo voto popular

ZÉ GONÇALO

Zé Gonçalo	Livro	Filme	Músicas
Características			
Lugar de morada		Então vamos para a casa do meu amigo Zé Gonçalo, onde tem um quintal cheio de árvores de frutas. Jabuticabeira, mangueira, pés de goiaba e uma horta cuidada com muito carinho. A **Fazenda Campo** Alegre faz parte do **meio ambiente histórico** de contagem.	
Representatividade	Represento os agricultores que viviam e trabalhavam na criação de gado, porcos e galinhas ou nas lavouras de café e cana-de-açúcar do antigo arraial.		
Preservação			Zé Gonçalo e a turma do Contagito/Querem vêr cocês agora saber na escola / Possuindo um futuro: É aqui! /Respeitando a memória do Arraial. Zé Gonçalo vai falar/Só pode gostar de Contagem quem conhece sua história / O futuro de toda cidade se apoia melhor na memória/
Patrimônio/ História	Contagem também já foi conhecida como "São Gonçalo da Contagem" por causa do Santo Padroeiro da primeira capela do Arraial: são Gonçalo do Amarante que foi escolhido por ser o protetor dos tropeiros. Sua imagem está no altar da atual matriz de São Gonçalo. Depois que o Registro foi fechado em 1759, o arraial de Contagem já tinha casas e fazendas. Algumas destas fazendas permanecem até hoje, entre elas, as abóboras, a Morro Redondo, a Vista Alegre e também casarões, como o da Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, construída em pau-a-pique e considerada uma das mais antigas edificações da cidade. Mas o trabalho pesado mesmo, a maior parte do trabalho, era feito pelos	Depois que o Registro foi fechado em 1759, o Arraial de Contagem já tinha casas e fazendas. Algumas delas permanecem até hoje como a nossa fazenda Campo Alegre. Meio ambiente histórico é isso. É tudo que está ao nosso redor. É natureza transformada pela humanidade. Pode ser um pequeno núcleo habitacional, uma cidade, ou uma cidadezona com fábricas e construções, uma área rural, ou até mesmo uma paisagem naturar(natural). E está em constante modificação, e está em toda parte ao nosso redor. Você estava pensando que Contagem era só carro correndo e rua de asfalto, né! Você sabia que Contagem também é sinônimo de modernidade? Oh, com a necessidade de expansão da indústria mineira em meados da década de 30, os primeiros estudos foram feitos para a	O Zé Gonçalo tem o nome de padroeiro /Desde o tempo que Contagem era o Arraial/ De fazenda em fazenda ele foi crescendo/Grande parte dela agora é industrial

	escravos trazidos da África. Aqui em Contagem, viviam muitos escravos. Eles plantavam, colhiam, construíam casas, currais, cortavam lenha, abriam estradas, cozinhavam, lavavam.	implementação do Parque Industrial de Contagem, que fica uns oito quilômetros de Belo Horizonte. Você sabia que Contagem já foi conhecida como São Gonçalo da Contagem? É por causa do Santo Padroeiro da primeira capela do arraial, São Gonçalo protetor dos tropeiros. Por isso que minha mãe me deu esse nome: Gonçalo.	

CHAMI

Chami	Livro	Filme	Músicas
Características	sou a Chami, uma chaminé muito charmosa		Tem tijolo da cabeça aos pés
Lugar de morada	Nós, chaminés, somos vistas em vários pontos da cidade industrial e as maiores são as da antiga fábrica de Cimento Itaú, onde há um grande complexo comercial.	A cidade Industrial, minha casa, foi inaugurada em 1941.	
Representatividade	Falar em trabalho é também falar das indústrias de Contagem e de mim		Chami, Chami representa as chaminés. / Memória do Trabalho e da industrialização
Preservação/ comando para o tempo presente	Agora que você conheceu um pouco da história da nossa cidade, é hora de conhecer também seu bairro, seus vizinhos, a boa gente que mora aqui, pois a aventura do conhecimento não pode parar.	Vou passear com vocês. Já trabalhei muito hoje, vou ter que divertir, porque ninguém é escravo de ninguém.	
Patrimônio / História	Esse arraial foi se desenvolvendo e tornou-se uma grande cidade, emancipada em 30 de agosto de 1911. A nossa Cidade Industrial, inaugurada em 1941, primeiro parque industrial planejado da américa Latina, trouxe para cá muitas pessoas em busca de trabalho e de novas oportunidades. E hoje vivem aqui aproximadamente 600 mil habitantes. A cidade Industrial Juventino Dias foi construída sobre um traçado hexagonal inspirado na cidade de Camberra, capital da Austrália. O centro do hexágono é a Praça da Cemig, onde todo ano, no dia primeiro de maio, é celebrada uma missa em homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras. Fico pensando nos trabalhadores que construíram tudo, lutaram por melhores condições de vida, povoaram os bairros, fizeram as máquinas funcionar e até nos construíram.	Ô, quando o Registro da Coroa Portuguesa foi fechado, o arraial foi crescendo, tornando-se cidade emancipada em 30/o8/1912. A cidade Industrial, minha casa, foi inaugurada em 1941, o primeiro parque industrial planejado da América Latina. Hoje, a cidade possui cerca de 600 mil habitantes. A cidade de Conterra, capital da Austrália serviu de inspiração para o traçado hexagonal que construiu a Cidade Industrial Juventino Dias. A Praça da Cemig é o centro do hexágono. Lá, todo ano, no dia primeiro de maio é celebrada a missa em homenagem aos trabalhadores. Sem os trabalhadores, nada disso teria sido construído. Muitos desses trabalhadores foram escravizados por um longo tempo.	Contagem pioneira no progresso da nação / Junto com a turma do nosso Contagito / Chami conta essa história de um jeito tão bonito